ARQUITETURA

JUNHO , 1961



24

REVISTA DO INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL

3 Razões

atestam a qualidade de um veículo publicitário:

— *distribuição (público leitor)*
— *regularidade*
— *padrão jornalístico*

ARQUITETURA, o órgão oficial dos arquitetos brasileiros, é recebida mensalmente, em distribuição gratuíta, por todos os arquitetos, construtores, decoradores e outros profissionais da arquitetura, construção e urbanismo de todo o país. Sua distribuição é controlada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil.

ARQUITETURA é a única Revista brasileira do seu gênero que vem mantendo, em 24 edições consecutivas, uma regularidade constante e inalterável: circula invariàvelmente até o dia 25 de cada mês.

ARQUITETURA, pela autoridade de seu texto, pela categoria de seus colaboradores e pela variedade dos assuntos que apresenta em suas páginas (urbanismo, projetos, artes plásticas, legislação, cinema, teatro, técnicas da indústria da construção e outros) não tem concorrente no Brasil como publicação técnico-cultural.

COM UM PÚBLICO LEITOR CERTO E GARANTIDO (ARQUITETOS E CONSTRUTORES), COM UMA REGULARIDADE DE CIRCULAÇÃO INALTERÁVEL E COM O MELHOR PADRÃO JORNALÍSTICO DE REVISTA TÉCNICO-CULTURAL, SOMENTE **ARQUITETURA** PODE ASSEGURAR A PENETRAÇÃO DE SUA MENSAGEM JUNTO AOS PROFISSIONAIS DA ARQUITETURA E DA CONSTRUÇÃO.

EXPERIMENTE ANUNCIAR EM **ARQUITETURA**, O ÓRGÃO OFICIAL DOS ARQUITETOS BRASILEIROS.

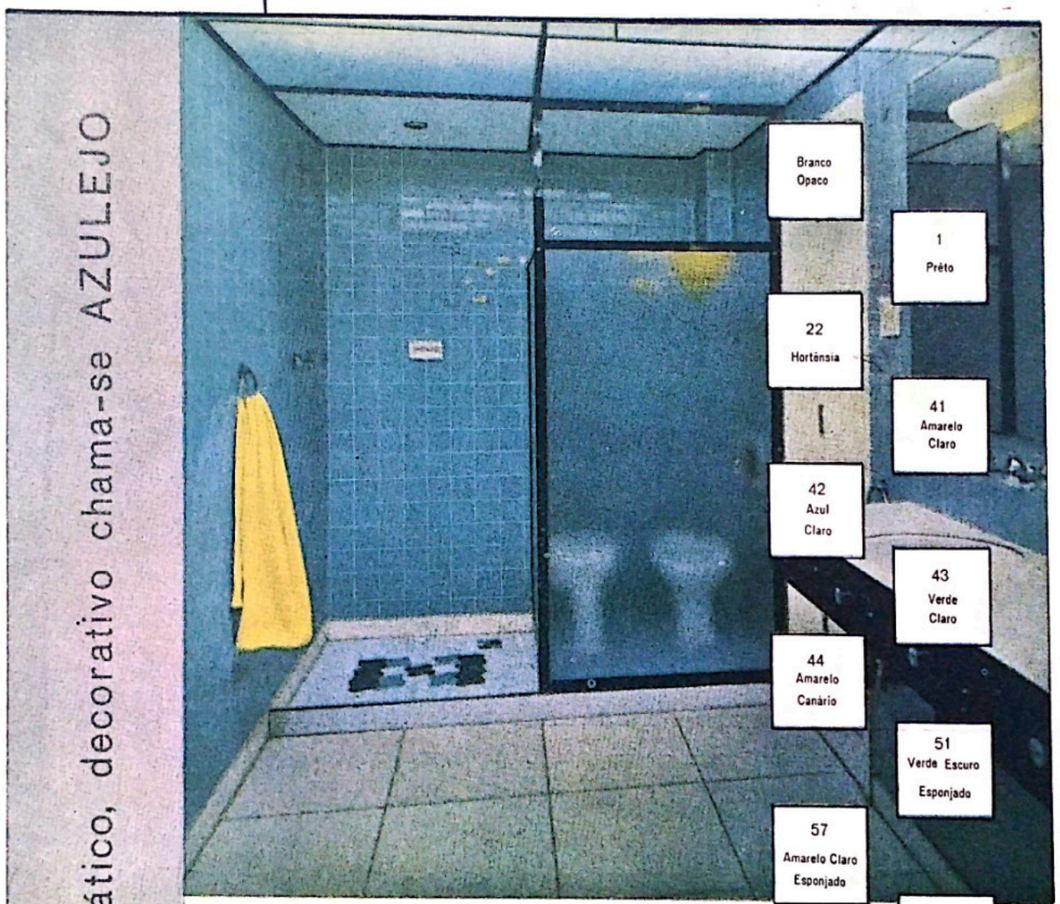
AZULEJOS KLABIN

Klabin Irmãos & Cia.

Setor Manufatura Nacional de Porcelanas

Escritório Central: Av. Rio Branco, 81 - 14. andar - Tel.: 23-5870
Caixa Postal, 1622 - End. Telegr. "Klabin" - Rio de Janeiro

Azulejos

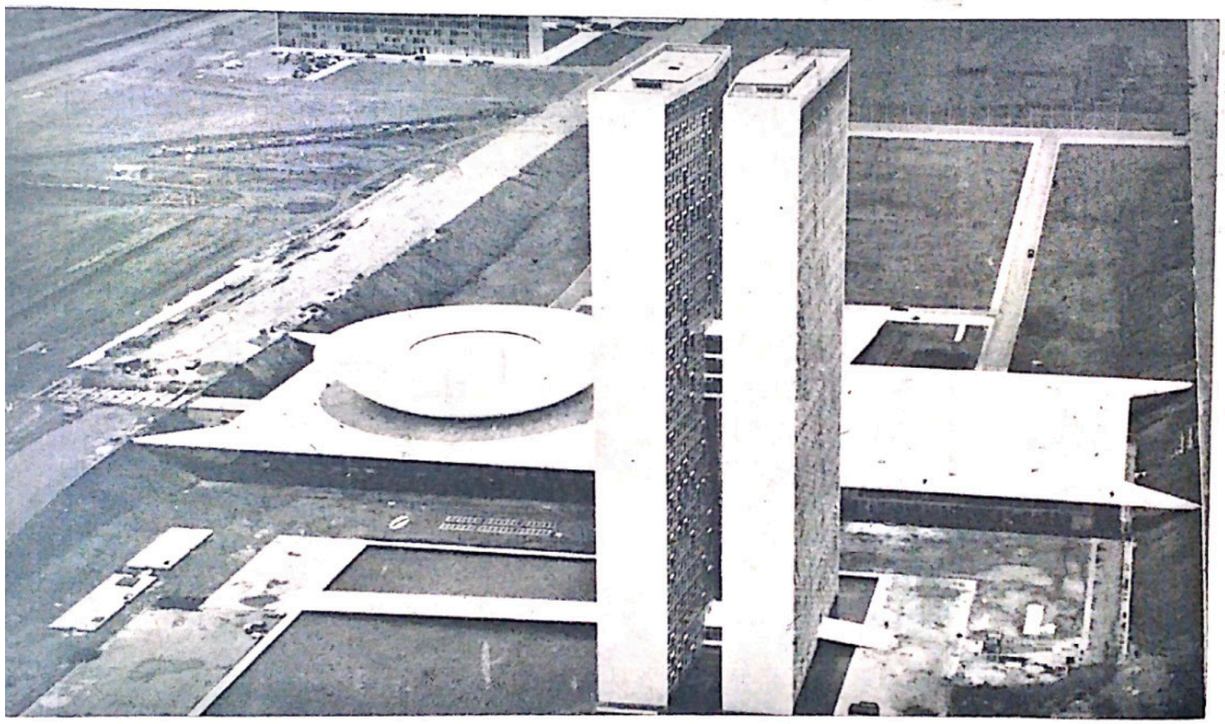


o moderno, prático, decorativo chama-se AZULEJO

Quando você vai ao seu clube, você nota que a piscina e os vestiários são revestidos de azulejos. Nos refeitórios dos colégios e das fábricas, nos laboratórios e gabinetes de física e química, e nos hospitais, onde a assepsia é um imperativo, você também encontrará os azulejos. Mas, além do grande serviço que os azulejos prestam à higienização dos ambientes, êles podem ser usados também como elemento decorativo, em magníficos painéis a côres ou decorando fachadas e corredores.

MPERMEABILIZAÇÕES...

erraços — Marquises — Piscinas — Caixas d'água — Calhas — Subsolos

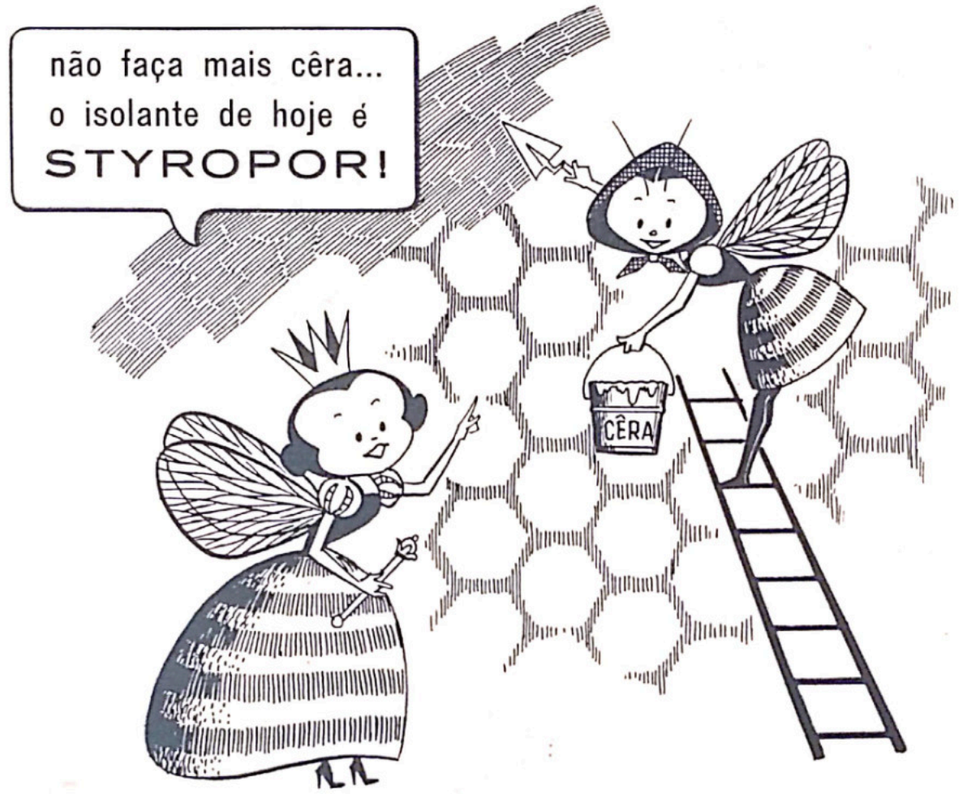


O Palácio do Congresso, em Brasília, foi impermeabilizado pela CAVO.

CAVO

COMPANHIA AUXILIAR DE VIAÇÃO E OBRAS

MATRIZ	FILIAL	FILIAL	FILIAL	FILIAL
SANTA LUZIA, 685 - 10.º	R.PRES. SOARES BRANDÃO, 163	RUA GOITACAZES, 14 - S 601	RUA 15 DE NOVEMBRO, 556. SALA 701/2	AV. DAS NAÇÕES S/N
TEL. 32-2270	TEL. 33-5998	TEL. 2-1617	TEL. 4-1220	TEL. 2-1817
TELEG. "NEUCHATEL"	TELEG. "NEUCHATEL"	TELEG. "NEUCHATEL"	TELEG. "NEUCHATEL"	BRASÍLIA
RIO DE JANEIRO	SÃO PAULO	BELO HORIZONTE	CURITIBA	



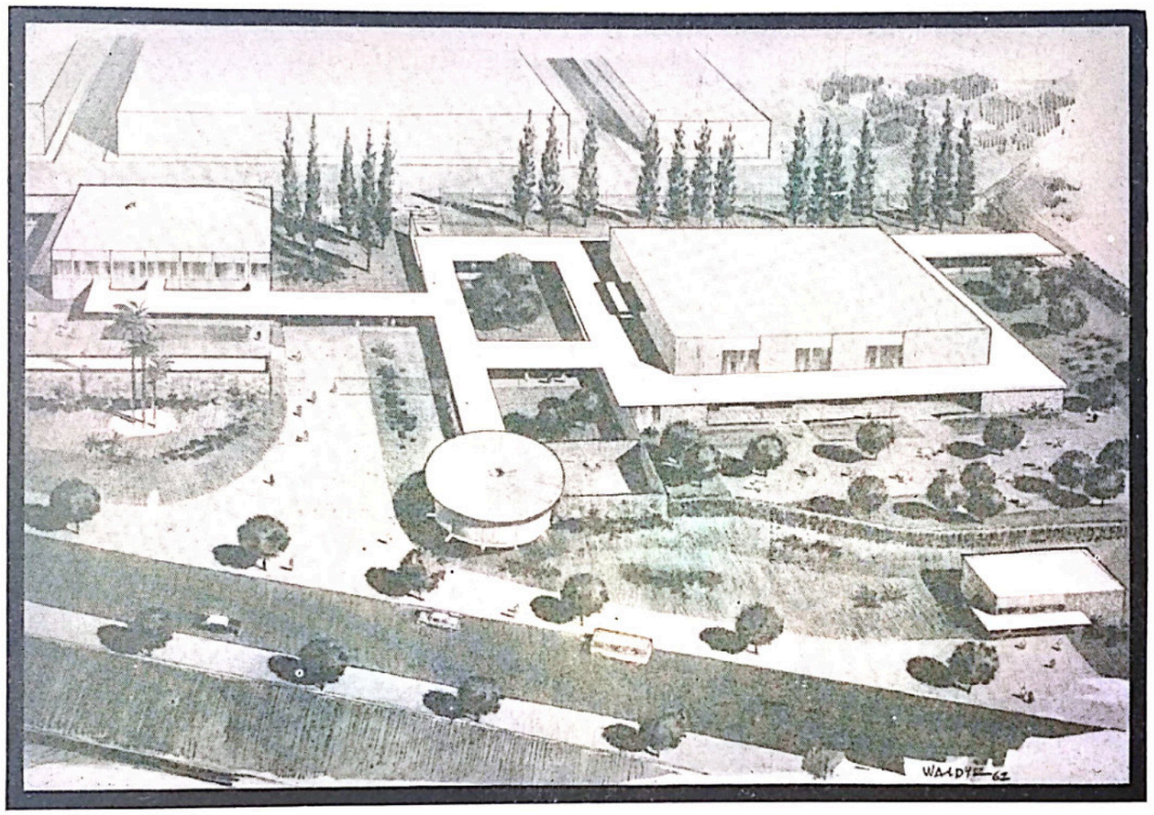
até
Dona Abelha
já sabe que

STYROPOR é isolante térmico da atualidade... Tão leve, tão fácil e tão econômico de transportar! Qualquer pessoa pode serrá-lo, fresá-lo ou cortá-lo nas dimensões e nas formas que desejar, para uma rápida colocação como corpos pré-moldados. Isola perfeitamente paredes, telhados e pisos, oferecendo ainda boa resistência a vibrações mecânicas e a ruídos. Imune à ação de ácidos, bases e muito outros produtos químicos, STYROPOR não mofa nem forma parasitas, não apodrece e não envelhece. **Dona Abelha** tem razão: **STYROPOR** dá ao confôrto uma segurança permanente.

CHAPAS ISOLANTES **STYROPOR**

prontas na exata dimensão,
fazem perfeita a construção

Procure em todo o Brasil as chapas manufaturadas à base de STYROPOR sob êstes nomes de fabricação:
FRIGOPOR – MULTIPOR – POLYSTOR – STIROPLAC – STIROPLAST (T)
Informações e folhetos na **QUIMICOLOR**-Av. São Luís, 86 - 11.º e 12.º - São Paulo - Pôrto Alegre: tel. 5401/06 - CP. 1257
Rio de Janeiro: tel.: 23-4687 - CP. 158 - Recife: tel.: 4-3983 - CP. 360. - STYROPOR - matéria prima produzida exclusivamente pela Cia de Produtos Químicos **IDRONGAL** - Guaratinguetá - São Paulo.



Sugestivo detalhe das instalações sociais planejadas para a Fábrica da Cia. Fiat Lux, de Fósforos de Segurança, cuja construção está em andamento em São Lourenço da Mata, Estado de Pernambuco. O projeto em execução prevê: capela, escola, residências para operários, pavilhão social, creche, vestiário, piscina, campo de futebol e pista de atletismo.

Projeto dos arquitetos: **Dilson Gestal Pereira**
Waldyr Antunes de Figueiredo
e Arthur Cesar de M. Soares.

ambiente - spazio

spazio móveis e decorações limitada
concessionário exclusivo para a guanabara de
ambiente indústria e comércio de móveis S. A.

uma linha completa de móveis para escritório e residência, desenhados por arquitetos de renome internacional, satisfazendo as exigências e necessidades contemporâneas de funcionalidade e beleza.

consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb



ambiente - spazio

spazio móveis e decorações limitada
concessionário exclusivo para a guanabara de
ambiente indústria e comércio de móveis S. A.

uma linha completa de móveis para escritório e residência, desenhados por arquitetos de renome internacional, satisfazendo as exigências e necessidades contemporâneas de funcionalidade e beleza.

consulte sem compromisso nosso departamento de planejamento
rua barata ribeiro 200, loja f, tel: 37-6637 rio - gb



cobertura horizontal?

meios-tubos

Eternit

Aliando a beleza estética à funcionalidade, os meios-tubos ETERNIT proporcionam coberturas horizontais impermeáveis e de duração ilimitada. Suas dimensões, além de aumentarem o rendimento da montagem, permitem beirais de grandes balanços. Com a junção de duas ou mais peças, pode-se cobrir grandes áreas sem calhas intermediárias. Os meios-tubos de cimento-amianto ETERNIT constituem a solução adequada para coberturas horizontais.

Consulte os Serviços Técnicos Eternit.

ETERNIT DO BRASIL CIMENTO AMIANTO S.A.
eternit ē cimento amianto há mais de 60 anos

Há muitos modos
de se reconhecer
a qualidade de um
móvel de escritório:
o material,
a simplicidade
das formas,
a função,
o acabamento,
os detalhes de
montagem etc.
O modo mais seguro,
porém, é procurar
esta marca:

É a marca que
distingue os móveis
Holzäpfel de classe
internacional
produzidos pela

brafor

S. PAULO: PRAÇA ROOSEVELT, 159
TELEFONE: 34-6665 e 35-4454

R. DE JANEIRO: RUA MÉXICO, 21-A
TELEFONE: 22-0180 e 32-7178

- MARCA HOLZÄPFEL CRIADA PELO "INDUSTRIAL DESIGNER" GERSTNER (SUÍÇA)
- MARCA BRAFOR CONCEBIDA PELO ARQUITETO ALUÍSIO MAGALHÃES

PINTAR É UM DESCANSO!

...COM OS PRODUTOS

TINTAS E VERNIZES PARA TODOS OS FINS

MSA
SÍMBOLO DE QUALIDADE

O elevado poder de cobertura, a grande secatividade e durabilidade e o excepcional índice de rendimento dos produtos MSA - os mais econômicos em sua categoria - tornam facílima a sua aplicação, oferecendo sempre resultados compensadores!



FLATEX - Tinta de emulsão, fôsca, lavável, excelente para paredes de interiores.

CANÁRIO - Tinta a óleo, brilhante, de primeira qualidade, para madeira. Lindas côres.

CAIÇARA - Tinta fôsca, alquídica acetinada, para interiores (paredes, portas, esquadrias, etc.

SUPER FLATEX - Tinta plástica, fôsca acetinada, à base de P.V.A., para interiores.

NIULAC - À base de nitrocelulose é a tinta ideal para autos e outras superfícies metálicas.

SINTEX - Esmalte sintético - rápido - para interiores e exteriores Excelente secatividade.

SINT-O-LIN - Esmalte sintético, alquídico-fenólico, para uso geral. Côres modernissimas.

MEB-O-LINE - Tinta à base de óleo, brilhante, econômica e de boa durabilidade.

RIO - S. PAULO - P. ALEGRE - B. HORIZONTE - RECIFE - SALVADOR
BELÉM - NITERÓI - PELOTAS - FORTALEZA - MARÍLIA - VITÓRIA

Mesbla

ARQUITETURA

N.º 24 — Junho — 1964

Órgão oficial do Instituto de Arquitetos do Brasil — Revista mensal do IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — Publicação da Editôra Artenova Ltda. - Trav. 11 de Agôsto, 6/201.

Conselho de Redação: Maurício Roberto, presidente; Affonso Reidy, Edgar Graeff, Ernâni Vasconcellos, Henrique e. Mindlin, Ícaro de Castro Mello, Marcelo Roberto, Marcos Konder Netto, Oscar Niemeyer, Paulo Antunes Ribeiro, Paulo Ferreira Santos e Sylvio de Vasconcellos.

Conselho de Direção: Odylo Costa, filho; Alfredo L. Britto — IAB; Maurício Nogueira Batista — IAB.

Conselho de Representantes: Alberto Xavier — IAB-RGS; Jorge Wilheim — IAB-SP; Vital Maria Pessoa de Melo — IAB-PE; Affonso Baqueiros Rios — IAB-BA; Carlos Eugenio Hime — IAB-DF; Almir Fernandes — IAB-PR; Elio Vianna — IAB-ES.

Editor:
Alvaro Pacheco.

Redação: redator-chefe — Maurício Nogueira Batista — IAB; secretário — Alfredo L. Brito — IAB; departamento de arte — Roberto Scorzelli — IAB.

Colaboradores: Claudius Ceccon — IAB; Ferreira Gular, Carlos Diegues, Jota, Cleber Ribeiro Fernandes, José Guilherme Merquior, Nélson Lins de Barros, Luís Miranda Corrêa, Arq. Alberto Vieira de Azevedo e Leandro Tocantins.

Editora Artenova Ltda. — Diretores: Álvaro Pacheco, Odylo Costa, Filho e Cícero Sandroni — Trav. 11 de Agôsto, 6, grupo 201.

Redação: IAB-GB — Av. Rio Branco, 277, grupo 1 301 — tel.º 22-1703, — Rio.

Administração, Publicidade e Assinaturas: Trav. 11 de Agôsto, 6 — grupo 201 — tel.: 31-2641; Rio - GB.

Representante em S. Paulo: REPRENAES — Rua 7 de Abril, 261 — 5.º andar — tel.: 32-3512.

Esta publicação é distribuída gratuitamente a todos os arquitetos do Brasil, instituições de ensino superior, associações de classe e entidades culturais nacionais e estrangeiras, professôres de arquitetura e engenharia de todo o País, centros acadêmicos, repartições públicas federais, estaduais e municipais ligadas à arquitetura, à engenharia e à construção em geral, governos estaduais, tôdas as firmas construtoras do Rio e S. Paulo, e de outros estados, firmas de decoração, galerias de arte, escritórios técnicos.

Venda avulsa em livrarias e bancas especializadas; preço do exemplar: Cr$ 350,00; exterior US $1; assinaturas: 1 ano — Cr$ 3.400,00; exterior: US $10, tiragem: 10.000 exemplares.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Composição e Impressão: EDIGRAF — Editora e Gráfica Ltda. — Pç. Cruz Vermelha, 3-A — Rio.

Capa: Madeira secular de um templo japonês — Foto de Alex Nicolaieff.

SUMÁRIO

2 Editorial

Arquitetura: profissão necessária

3 Artigo

As influências mútuas das arquiteturas do oriente e ocidente

Arq. Kunio Mayekawa

10 Planejamento

Planejamento e sua importância na formação do arquiteto

Arq. Jorge Wilheim

16 Painel

Projetos de M. M. Roberto, Ulysses Burlamaqui e Paulo Antunes Ribeiro

19 Reportagem

Assembléia Nacional do IAB

21 Galeria

Artes Visuais

Ferreira Gullar

Teatro

Cleber Ribeiro Fernandes

Literatura

M. Cavalcanti Proença

Música

Nelson Lins de Barros

25 Técnica

Norma brasileira de Desenho de Arquitetura

28 Destaque

35 Estante

36 Notícias

41 Legislação

Arquitetura: profissão necessária

A situação do arquiteto brasileiro semelha à de quem passa fome numa despensa abarrotada de comida.

O país se industrializa celeremente. O crescimento demográfico (3% ao ano) é explosivo. O aumento da população urbana é, de ano para ano, mais significativo. As cidades brasileiras tôdas, sem exceção, crescem em ritmo vertiginoso — o último censo acusou, no decênio 1950-1960, um incremento populacional médio de 63% nas áreas urbanas principais. O déficit-habitacional — estimado em tôrno de 7 a 8 milhões de unidades — exige a programação maciça de construções residenciais.

Os dados são poucos, mas dramáticos e eloqüentes. Jogados assim, êstes números poderiam levar à conclusão de que o Brasil é, para o arquiteto, um verdadeiro paraíso ou... o próprio inferno. A segunda hipótese, infelizmente, está bem mais próxima da verdade. O potencial de trabalho do arquiteto, verificadas as condições descritas, é realmente extraordinário. As oportunidades práticas de ação, entretanto, não lhe correspondem e são fracas, reduzidas e isoladas. A relação arquiteto-habitante (3 mil para 70 milhões, ou seja, um arquiteto para 23 mil habitantes) é uma das mais baixas do mundo. Se considerarmos, porém, que uma parte preponderante dêsses arquitetos está subempregada ou desviada de sua carreira — não exercendo portanto, efetivamente, a profissão — chegaremos à conclusão de que a situação real é bem mais grave do que a expressa naquela relação. Êste fato tem reflexo imediato. A participação do arquiteto no volume total da construção atinge apenas 5%. Isto quer dizer que no Brasil sòmente 5% do que se constrói é corretamente planejado por profissional para tanto especificamente formado. Nos centros urbanos mais importantes esta percentagem eleva-se um pouco, chegando a 15%.

Outro dado importante, e que reforça a contradição absurda, deve ser trazido ao plano desta análise. O valor incontestável da arquitetura feita pelos arquitetos brasileiros. A arquitetura contemporânea criada pelos profissionais brasileiros, atingiu um alto padrão e se impôs lá fora, ao correr mundo. No campo da afirmação da cultura brasileira, a obra do arquiteto nacional ocupa uma posição de inegável destaque.

As linhas gerais dêste apanhado da situação profissional do arquiteto refere-se à obra de arquitetura isolada. Sabemos todos, entretanto, que as atuais tendências da arquitetura contemporânea apontam para as soluções de conjunto. A unidade de vizinhança, o pequeno núcleo rural ou urbano, a cidade, a metrópole. No mundo de hoje quase não tem sentido a procura da solução plástica ideal de uma obra isolada de arquitetura. Esta tendência não pode todavia ser confundida com a massificação da arquitetura, — a transformação dos aglomerados humanos em algo informe e uniforme, composto de edificações construídas à base da repetição infindável de alguns projetos-padrões. O que prepondera nestas tendências é a busca constante, honesta e interminável de formas arquitetônicas integradas no meio ambiente, capazes de responderem aos anseios e à concepção de vida em comum de nossa civilização. Esta tendência é decorrente do fenômeno universal da urbanização, que se revela irreversível. A população urbana aumenta à razão de mais de 4% enquanto que o acréscimo total da população mundial é de 2%.

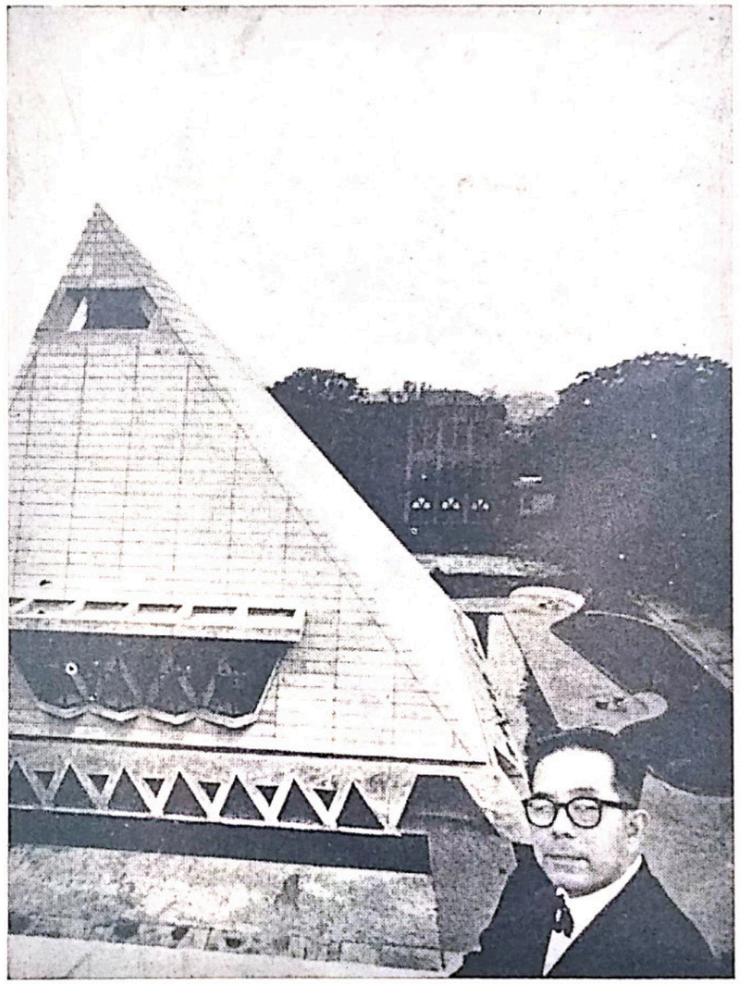
Em que pé estamos nós, ante êste quadro? O Brasil não está isento desta orientação demográfica. Sua população urbana tem sofrido violento incremento nos últimos anos. O equipamento urbano de nossas cidades defasou-se e hoje não atende senão a pequenas parcelas de suas estruturas. Outras, crescem sem que um mínimo de planejamento lhes seja dedicado Se no campo da construção a participação do arquiteto é quantitativamente desprezível o que se poderá dizer de sua contribuição no planejamento e na solução dos complexos problemas urbanos? — Pràticamente nada. Das cidades brasileiras umas poucas foram planejadas e nestas, apesar dos pesares, a influência positiva do arquiteto ficou patente. Duas ou três cidades planejadas não criam tradição de planejamento e a ausência de uma mentalidade capaz de compreender sua necessidade leva geralmente os planos para as gavetas das secretarias de obras públicas.

Ante êste quadro, justifica-se perguntar se é necessária a arquitetura, e se o arquiteto é um profissional útil. A resposta afirmativa — a arquitetura e o arquiteto são necessários — implica na revisão do trabalho dado, no Brasil, aos arquitetos e à sua arquitetura.

Esta revisão significa a mudança da orientação empírica que rege o desenvolvimento e a organização daquilo que se constrói em nosso espaço territorial, e que ao ser construído vai refletindo profundamente o estágio cultural brasileiro. No pouco que lhe foi dado fazer o arquiteto brasileiro já deixou impressa uma marca profunda e indelével.

O arquiteto brasileiro não precisa de condições especiais ou de tratamento privilegiado. Êle aspira ùnicamente à **chance** de poder participar efetivamente da solução dos problemas nacionais, para os quais tem, além da formação profissional específica, a natural sensibilidade que lhe conferiu a opção vocacional.

No mundo inteiro, os arquitetos preparam-se para enfrentar a maior tarefa construtiva da humanidade — a edificação que se necessita fazer nos próximos 40 anos, nas áreas urbanas, ultrapassará a totalidade das construções levantadas ao longo de tôda a história. O quinhão do arquiteto brasileiro nesta tarefa é formidável e êle está disposto a enfrentá-lo, munido de todo o seu entusiasmo e de tôda crença que tem no poder criado e na capacidade de trabalho do povo ao qual pertence.



As influências mútuas das arquiteturas do oriente e ocidente

Arq. Kunio Mayekawa

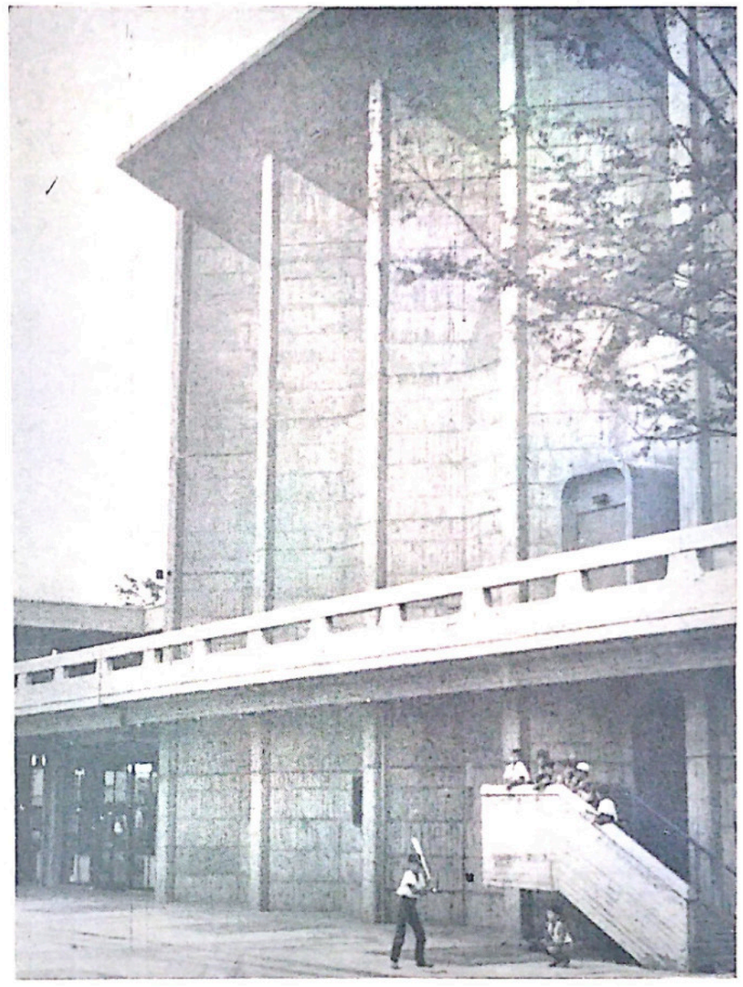
NOTA DA REDAÇÃO: A UNESCO patrocinou uma reunião, organizada pela U. I. A., de especialistas em arquitetura, com o propósito de definir os fins, precisar as modalidades e determinar as etapas do estudo a ser eventualmente empreendido, sob os auspícios da U. I. A., sôbre as influências recíprocas das arquiteturas do Oriente e do Ocidente, tendo em conta a evolução sócio-econômica contemporânea. Após numerosas consultas constituiu-se o grupo de especialistas integrado pela Srta. Minette da Silva (Ceilão), Henri Albert (França), C. Doxiadis (Grécia), Kunio Mayekawa (Japão) e Pierre Vago, secretário geral da U I A, que se reuniu em Atenas nos dias 5 e 6 de março de 1964. Os participantes elaboraram um Relatório que foi enviado ao Diretor da UNESCO, e no qual ficaram definidas as proposições fundamentais do Comitê e foram estabelecidos um plano de ação, a criação de um secretariado permanente, a realização de enquetes regionais e a publicação de informações, estudos e trabalhos destinados a profissionais e ao grande público. Os integrantes do Comitê apresentaram na reunião de Atenas relatórios individuais. Dentre êstes, ARQUITETURA, selecionou o do arquiteto japonês Kunio Mayekawa, (que aparece na foto acima, ao lado de uma de suas obras, que também ilustram o texto), — a seguir transcrito.



Na discussão das influências mútuas exercidas no passado e no presente, reciprocamente, entre Ocidente e Oriente sôbre o desenvolvimento do habitat humano, é conveniente ater-se aos períodos em que os homens através da cultura do solo se organizaram de forma estável em regiões definidas, adquirindo as habitações expressão individual segundo as variadas regiões. As relações culturais entre Oriente e Ocidente marcadas por acontecimentos históricos, tais como as conquistas de Alexandre Magno na Ásia, o desenvolvimento do comércio através dos caminhos da Seda, as viagens de Marco Polo, desenvolveram-se naturalmente, de acôrdo com os meios de transporte disponíveis em cada período histórico e no grau de possibilidade do intercâmbio. De primordial interêsse nos dias atuais é o intercâmbio cultural que se estabeleceu após a Revolução Industrial no Ocidente.

O que existia antes da Revolução Industrial pode ser classificado como relações dentro da escala humana. Durante êstes períodos os povos reagiram às culturas estranhas com uma espécie de tranqüilo espanto e admiração ,tendo esta atitude por vêzes levado a uma bem sucedida assimilação de valôres. É justo acrescentar não ter esta troca de valôres culturais entre civilizações afetado a tranqüilidade e a paz de espírito da vida dos povos. Reinava um ambiente de confortável abundância, tanto no senso físico como psicológico. Êste quadro se altera a partir da Revolução Industrial.

O Ocidente, armado com o poder da máquina, lançou-se violentamente sôbre o Oriente, destruindo sua serenidade e ameaçando sua pacífica tranqüilidade. A maioria das nações orientais foi sujeita às humilhantes condição da servidão colonial enquanto apenas uma minoria mantinha uma precária independência através de uma rápida absorção da civilização ocidental. Deram-se conta de que só poderiam enfrentar o Ocidente em igualdade de condições, adquirindo maestria no uso de suas armas. Assim, a civilização ocidental foi assimilada a largos passos por nações orientais cuja existência estava ameaçada pelo Ocidente. Apesar da absorção, talvez inadequada e inconsistente, de valôres ocidentais, foi possível ao Japão, bem ou mal, conservar sua independência nacional. A influência do Ocidente sôbre o Oriente, através da Revolução Industrial, não se limitou à submissão política e econômica de grande número de nações orientais ao poder do colonialismo ocidental. De efeito mais importante e grave e de um alcance imprevisível, foi a ação exercida pelo Ocidente sôbre a maneira de viver dos povos orientais, ação que presiste inalterada até hoje.



Centro Cultural de Satagaya — Foto de Alex Nicolaieff

Resultou dessa influência uma inevitável e profunda modificação nas perspectivas do Oriente e na maneira de pensar de seus povos. Êste é um fato da mais alta importância. Aqueles que almejam a preservação da paz da humanidade e que trabalham por um generalizado florescimento do espírito humano, experimentam um mal estar e mesmo desconfiança em relação a êste espírito do Ocidente, espírito que representa na realidade, a verdadeira espinha dorsal de sua civilização. Ao mesmo tempo, inquietamo-nos pelo futuro destino da humanidade quando constatamos que o Oriente, em face dos sistemas de pensamento do Ocidente, perde de vista sua própria cultura. Os sábios se alarmam diante das perigosas perspectivas do advir da nossa civilização baseada exclusivamente em postulados ocidentais. Êste perigo, persistirá enquanto o espírito ocidental, com sua base cristã e com sua tradição profundamente arraigada de intolerância, permanecer como fôrça motriz que anima a civilização ocidental. A capitulação do Oriente perante as idéias do Ocidente, aumentará, dentro dêste ponto de vista, de maneira sensível o perigo que nosso mundo afronta.

Esta maneira de ver torna inevitável e aumenta a importância da discusão sôbre as influências recíprocas entre Oriente e Ocidente. Parece, no entanto, mais próximo da verdade, considerar estas influências, a partir da Revolução Industrial, como uma ação unilateral do Ocidente sôbre o Oriente. Igualmente grande é o desejo de se beneficiar de suas vantagens



Centro Cultural de Satagaya — Foto de Alex Nicolaieff

O ideal de confôrto na vida ocidental tem sido um outro elemento a estimular êste desejo no Oriente. Isto atraiu naturalmente a atenção de muitos países subdesenvolvidos sôbre a civilização ocidental e sôbre as instituições humanísticas que tornaram tangível êste confôrto e bem-estar. É imediata a conclusão de serem indispensáveis estas instituições humanísticas para a efetivação dos benefícios em questão; é esta a razão do grande fascínio exercido no Oriente pela democracia praticada no Ocidente, fazendo com que as diversas instituições sociais que a caracterizam sejam ràpidamente imitadas. Por outro lado, é bem clara a existência da situação difícil e perigosa em que se encontram os assim chamados países subdesenvolvidos. Refiro-me ao fato que lhes permitiria a manutenção de tais instituições sociais. Esta situação tende, com o correr do tempo a assumir um aspecto cada vez mais trágico uma vez que a ocidentalização em si não tem brilhantes perspectivas para o futuro.

É verdade que vozes dissidentes se erguem contra esta ocidentalização unilateral, contra esta via única que conduz à imposição pela fôrça das influências ocidentais sôbre o Oriente. Discute-se atualmente a influência dos jardins e da arquitetura japonesa sôbre os modos de vida no Ocidente. O que se deve considerar, no entanto, é o fato de serem êstes jardins e caracteres arquitetônicos frutos de instituições humanas que a civilização ocidental vem destruindo gradativamente. Uma das características japonesas mais marcantes é a harmônica coexistência do artesanato e da indústria. Mas, são precisamente estas relações humanas e instituições sociais básicas para o artesanato que estão sendo destruídas hoje em dia. Perguntamo-nos como poderá ser construído um jardim japonês no Ocidente, com a sua civilização, sua política e instituições, quando o mesmo Ocidente destroi as bases de tal arte?

A situação atual é de extrema gravidade, daí a importância da discussão sôbre as influências mútuas do Este e do Oeste. Se, no entanto, pretendemos evitar estéreis discussões acadêmicas e alcançar alguma conclusão construtiva, é mistér dar um passo adiante e refletir sôbre a significação da ocidentalização em si. Devemos ater-nos à crítica e à reflexão para determinar a essência desta civilização ocidental contemporânea. Devemos dirigir nossa discussão de maneira a serem levados em conta êstes propósitos.

Uma das tendências dominantes da civilização contemporânea é a orientação para uma centralização maior de podêres. A notável redução das distâncias no nosso mundo é uma das conseqüências do progresso técnico. Surgiram arenas para debates dos problemas políticos internacionais. Porém, é necessário haver um equilíbrio entre uma organização e a quantidade de trabalho que ela se propõe a realizar. É ilusório pensar que o simples fato de manter uma organização signifique que esta, em seguida, passe a apresentar soluções para todos os problemas.

Nossa própria experiência tem mostrado com freqüência que a orientação e os conselhos dados por consultores de países adiantados não são apropriados nem eficientes quando se trata de problemas urbanos de países subdesenvolvidos. No que concerne aos problemas urbanos, há uma diferença essencial entre os índices de concentração urbana dos países avançados e os dos subdesenvolvidos; assim como nos de um país subdesenvolvido para outro. Torna-se óbvio que os estudos analíticos e as teorias elaboradas nos países avançados não podem ser aplicados diretamente, como guias para os países subdesenvolvidos. O importante é o estabelecimento de um órgão central no próprio país subdesenvolvido que considerará as recomendações recebidas, desenvolvendo sua atividade de forma independente.

A adoção de uma tal posição centralizadora do pensamento será igualmente prejudicial para as nossas pesquisas sôbre as influências mútuas entre Oriente e Ocidente no domínio do habitat humano. Se esta maneira de pensar fôr aqui adotada não alcançaremos os objetivos propostos. Um congresso centralizado só terá

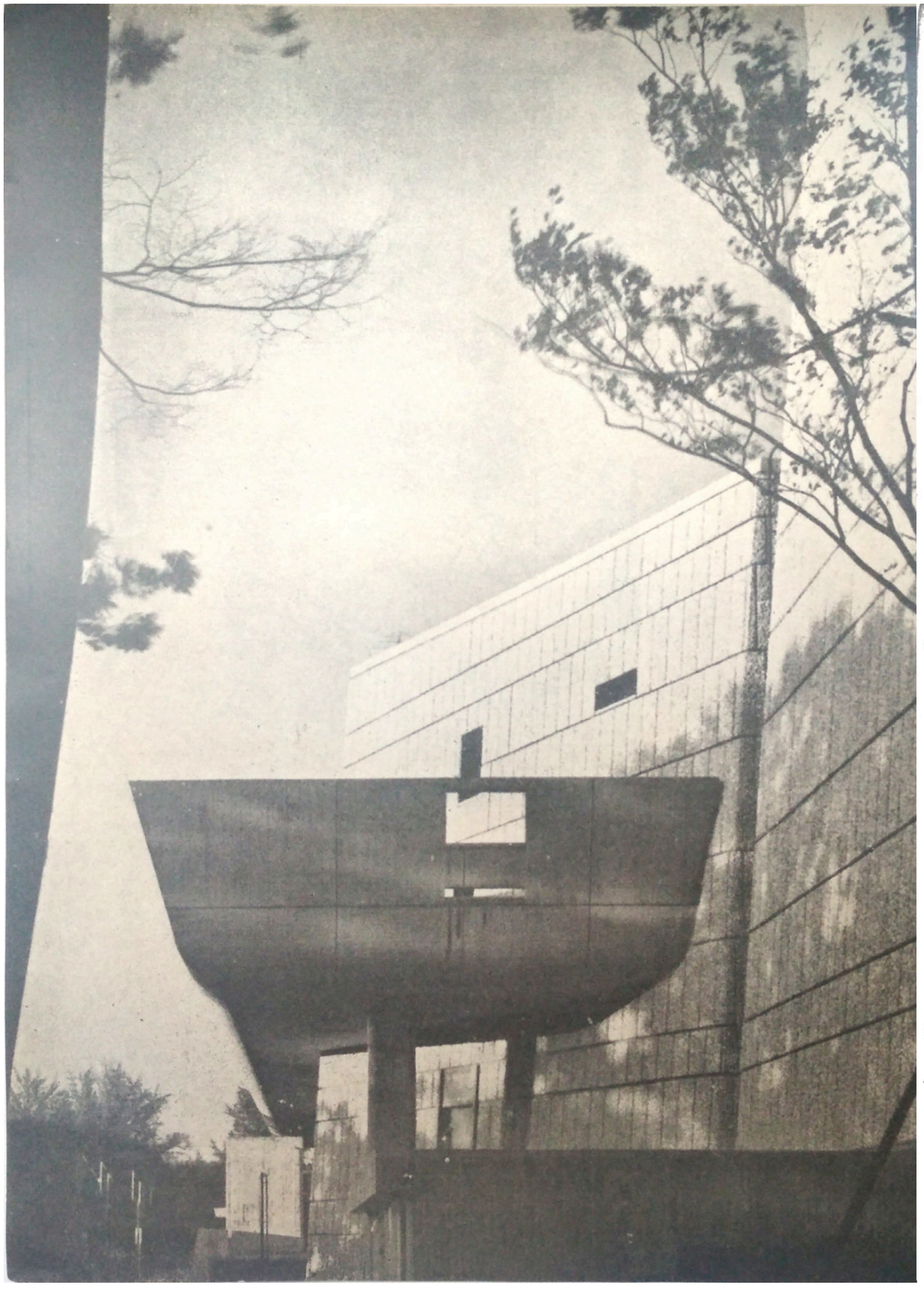


Tokio Metropolitan Festival — Foto de Alex Nicolaieff

significação se existirem centros de pesquisas de nível conveniente, distribuídos em cada nação e região. Por estas razões creio que êste congresso de alto nível só poderá alcançar os objetivos propostos fomentando a criação de centros de pesquisas em cada país e região, estimulando-os no sentido de adotar uma atividade autônoma.

PROPOSTAS CONCRETAS

Os organismos centrais ora propostos não devem atuar como meras sucursais de um organismo central de caráter mundial, mas como organizações autônomas, sòlidamente estabelecidas em cada país. Êstes organismos centrais de caráter local, manterão ligação com o comitê na sede da UNESCO, além de mobilizar os especialistas nos problemas referidos (melhoria das condições de vida) de seu país. A composição dêste organismo central variará em cada país de acôrdo com suas características particulares. O autor se expressará neste relatório em têrmos de seu próprio país, o Japão, propondo uma organização capaz de atender às conveniências japonesas. Esta proposta deverá ser considerada como um exemplo isolado, visando a ilustração da tese. Não constitui de forma alguma desejo meu ver êste exemplo imposto ao mundo inteiro. Creio, no entanto, ser viável a adoção dessa idéia sôbre o funcionamento de um organismo central, não apenas no Japão, como também em numerosos outros países. Faço essa afirmativa levando em conta que os fundos necessários para a manutenção de tais organismos na-



cionais devendo ser fornecidos por uma organização mundial centralizada como é a UNESCO não se poderá, infelizmente, contar com quantias vultosas (os diversos governos locais poderiam eventualmente cooperar até certo ponto) exigindo-se por essas razões uma certa engenhosidade na administração dêstes organismos.

Têm-se criado ,até o presente, uma quantidade de comitês e de comissões, constituídas apenas de nomes, encarregadas de coletar dados e informações cuja ação tem sido insignificante, incapaz de produzir resultados objetivos. É o que tenho verificado através de minha experiência no Japão. Analisando êste fenômeno, constatamos ser esta situação com freqüência fruto da disparidade entre os fundos administrativos disponíveis e as metas propostas pela organização.

Por estas razões prefiro encarar êste organismo nacional antes como um cérebro diretor e coordenador do que como um instituto de pesquisas. Entendo por instituto de pesquisas uma organização que tenha uma equipe composta por um número suficiente de pesquisadores. Neste caso, o número de funcionários tenderá naturalmente a elevar-se, resultando um aumento correspondente nas despesas administrativas. Em contrapartida, um cérebro diretor não contará com tal equipe de pesquisadores, podendo funcionar com um número reduzido de pessoal; umas dez a doze pessoas seriam suficientes. De qualquer forma, quanto menor, mais eficiente será. As vantagens do cérebro diretor decorrem precisamente de seu número reduzido de membros. Os trabalhos de pesquisa necessários serão feitos por pessoal recrutado dos quadros de numerosos organismos já existentes. Esta solução é viável no Japão e creio que também será em muitos outros países. Concluidos os debates necessários para a fixação de propósitos, pelos membros do centro diretor, será solicitada a colaboração de organismos externos especializados para levarem adiante as pesquisas necessárias, recorrendo-se então a arquitetos urbanistas, economistas, sociólogos, e outros técnicos. Quando necessário, serão constituidas equipes especiais. Os resultadtos serão finalmente compilados e apresentados sob forma de relatório à organização mundial central.

Não serão, evidentemente, obtidos resultados favoráveis se o cérebro diretor ou órgão central não fixar os limites do campo de ação dos pesquisadores dos diversos temas. Uma delimitação imprecisa dessas tarefas resultaria no acúmulo de dados desvinculados entre si. Tais dados não terão uma seqüência dinâmica e prática. Cabe aos membros do organismo central expor aos pesquisadores encaregados das tarefas, a natureza dos trabalhos em questão, bem como a orientação desejada. A natureza exata do trabalho a realizar deve ser determinada desde o início com a maior precisão; e, durante o desenvolvimento do trabalho quando deverão ser igualmente fornecidas, de maneira direta, a fim de assegurar o progresso dos estudos e projetos dentro do quadro geral traçado. Esta orientação e diretrizes constituirão deveres e direitos essenciais do cérebro diretor.

Para tanto, o cérebro diretor deverá ser constituido de pessoas da maior competência. Êste aspecto é ainda mais importante sendo reduzido o número de seus componentes. Trata-se, em principio, de selecionar um pequeno número de pessoas de grande envergadura, dotadas não só de longa visão como deverão ser especialistas altamente qualificados como tais. Em suma, deverão ter posições originais e dinâmicas em face de cada problema.

A base para o sucesso ou fracasso dêsse organismo diretor num país será a possibilidade ou impossibilidade de reunir uma dezena de especialistas entre os mais qualificados, e de criar possibilidades para que trabalhem em estreito contato, em equipe. Os componentes deverão provir de diversas categorias profissionais especializadas como arquitetura, planejamento urbano, ciências humanas, engenharia etc. Quanto à representação das diversas categorias na equipe, parece-me que deverá haver uma considerável flexibilidade, dando-se naturalmente um lugar predominante aos arquitetos.

O cérebro diretor necessitará ainda de um secretariado. Um secretariado altamente qualificado é indispensável para o intercâmbio de informações com a sede da UNESCO e que também poderá funcionar com um reduzido número de funcionários.

O que propomos, em resumo, não é uma organização para pesquisas, mas um cérebro central produtivo. Já existe no Japão um considerável número de centros de pesquisa. É uma proposta que tem por base o emprêgo eficaz dessas possibilidade de pesquisa. É de se esperar que êste sistema torne mais produtivo qualquer trabalho, mesmo dispondo-se de recursos limitados. Se tais cérebros diretores forem estabelecidos nos diversos países será mais fácil efetuar uma coordenação internacional de país para país através dos mesmos.

Quanto à ação da UNESCO creio ser vantajoso ter êste organismo a responsabilidade da manutenção dos contatos com os centros, limitando-se além disso a ajudá-los simplesmente a fim de facilitar seu trabalho.

Levando-se em conta que o cérebro diretor terá de certa forma uma considerável influência em cada país, poderiam ocorrer abusos se o organismo se tornar estacionário. Isto poderá ser evitado limitando-se a atividade dos membros a um determinado período fixo processando-se a substituição de antigos membros por novos.

---

* **KUNIO MAYEKAWA**, é um dos mais importantes arquitetos contemporâneos do Japão. Em 1963 foi agraciado com o prêmio "Auguste Perret" da UIA. O comitê para premiação do concurso, ao conferir-lhe a distinção declarou: "A crescente contribuição do Japão para a evolução da Arquitetura Mundial contemporanea é devida, em grande parte à inspiração e à exemplar obra Mayekawa. Suas realizações têm fôrça e distinção. Demonstram as novas possibilidades de expressão plástica do concreto armado".



O planejamento e sua importância na formação do arquiteto

Arquiteto Jorge Wilheim *

O Brasil como, aliás, grande parte dos países sub-desenvolvidos, revela um fenômeno típico de sua estrutura: a **intensa urbanização**. As razões dêste fenômeno encontram-se, de forma geral, no contraste campo-cidade (estrutura arcáica do trabalho no campo, propiciando constante emigração); êste processo emigratório, por sua vez, acentua aquêle contraste pois, simplificando, o nôvo cidadão urbano torna-se um consumidor a mais, enquanto no campo há um trabalhador a menos. Na ausência de uma intervenção institucional que altere as relações de trabalho e o aumento da produção no campo — prossegue em ritmo acelerado o movimento migratório que **aumenta as cidades** em população e em extensão. Por outro lado, a imigração do interior e do exterior, a forma predatória da ocupação do solo, acarretando a formação constante de novas faixas pioneiras no oeste, — são algumas das causas que explicam o nascimento de numerosas **cidades novas**.

As estatísticas dão definição numérica a êste fenômeno fartamente conhecido e típico dos países latino-americanos: entre 1950 e 1960 a população do Brasil aumentou de 36,6%, sendo a rural de 18% e a urbana 77%.

A urbanização tem ocorrido pràticamente sem planejamento algum; fenômeno previsível mas imprevisto, foi êle abandonado ao espontaneísmo. Não parecendo "haver tempo" para planejar, a realidade forçou atabalhoadamente nossas estruturas administrativas e a fôrça e potencialidade de país nôvo, foram superando o desperdício acarretado pela imprevidência.

Alguns exemplos de planejamento

No entanto, houve alguns escassos exemplos de **planejamento urbano** e os estamos atualmente analisando, valorizando e mesmo super-valorizando, — com o intuito de nêles descobrir as raízes de uma urbanística que reflita nossa realidade e que, por conseguinte, seja eficaz na solução de nossos problemas urbanos.

Alguns dêsses planejamentos limitaram-se ao "desenho da cidade" (Belo Horizonte, 1900, Marília, Norte do Paraná), isto é, ao traçado de um sistema viário, acompanhado por uma lei de zoneamento. Em alguns casos, (Goiânia, 1936, arq. Atílio Corrêa Lima) êste desenho de cidades refletiu as mais atualizadas preocupações da urbanística européia como o zoneamento de acôrdo com a Carta de Atenas, vias de pedestre, áreas verdes no interior de quadras, escolas previstas nas proximidades da residência, etc. Mas estas cidades planejadas tinham um denominador comum: sua **alienação** em relação aos problemas humanos e ao desenvolvimento típico das cidades brasileiras, cuja dinâmica era realmente desconhecida de nossos profissionais. (Êste desconhecimento era uma faceta característica da cultura brasileira antes da guerra).

Para efeito de estudo, podemos também considerar como planejamentos

(ou pseudo-planejamentos) os parcelamentos de terras em **zonas pioneiras**. Eram realizados por companhias colonizadoras que objetivavam meramente a venda de terra; geralmente, não passavam de retalhamento em lotes, mas sua análise global revela-nos hoje pelo menos certa sensibilidade no que tange à colocação e implantação de cidades novas. Esta experiência é, portanto, de alguma importância para conhecermos onde e como nascem e se desenvolvem cidades tipicamente brasileiras.

Finalmente, temos os esforços dos profissionais em prever ou pelo menos, acompanhar o crescimento das **cidades existentes**. Nêstes sentido, deve-se analisar os planos diretores de algumas cidades do Sul e alguns planos para a eliminação de favelas e mangues no Nordeste. Ante a ineficácia dêsses planos, o estudo limita-se também nêstes casos, ao exame do negativo: por que deixaram de funcionar? E verifica-se que sua inoperância proveio da **inadequação das formulações** à realidade brasileira, especialmente à posição da planejador em nossa administração, seus meios de ação, suas limitações, etc.

Necessidade social e demanda profissional

Os parágrafos acima indicam existir uma tremenda e crescente **necessidade** de planejadores urbanos no Brasil. Esta real necessidade foi acrescida nos últimos anos pela aguçamento de múltiplos problemas que nos impedem continuar apoiando-nos numa riqueza meramente potencial. Esta necessidade, aliás, já atingiu o nivel de consciência, em virtude daquele aguçamento e das mudanças estruturais exigidas. Ocorre, contudo, que esta necessidade de planejadores não corresponde a uma demanda imediata profissional! Há uma barreira entre êsses dois mundos: o da necessidade social e o da demanda profissional. Enquanto o país necessita planejar cidades novas e replanejar as cidades existentes, os arquitetos lutam e trabalham no mero plano de sua sobrevivência, projetando casas e prédios isolados. (Esta contradição é típica da situação de subdesenvolvimento e não se resolve no plano específico da arquitetura).

Esta situação atrasa o arquiteto em sua preparação profissional; pois — enquanto, por exemplo, a necessidade revela um déficit de 10 milhões de habitações nos próximos anos, acarretando a necessidade de conhecermos os métodos de fabricação em massa, a prática profissional nos obriga a ainda projetarmos segundo tecnologias atrasadas e artesanais.



A formação do arquiteto

Parece-nos, contudo, que quando falamos em **formação de arquiteto** devemo-nos preocupar com o futuro ou pelo menos com as tendências. E, por isso, vemos a atual situação dentro duma dinâmica progressista, através de um prisma de esperança, sabedores da rapidez com que se modificam as situações em nosso país. E abordamos o tema de **formação** pondo ênfase na necessidade social, mais do que na atual demanda profissional.

A partir dessa necessidade, verifica-se que o Brasil precisa formar quadros. Precisa formar ràpidamente e em grande quantidade, profissionais que possam intervir no planejamento de cidades novas e existentes, isto é, intervir no fenômeno da urbanização, típico e agressivamente presente em nossa realidade. Para atender à necessidade social brasileira, as características fundamentais da formação do arquiteto deveriam, a nosso ver, ser: **planejamento e desenhos de produção para construção em massa.**

A ATUAL FORMAÇÃO DE ARQUITETOS

A prática profissional

A ausência de profissionais, especialmente no interior, tem emprestado certa liberalidade à legislação brasileira. Assim, qualquer arquiteto ou engenheiro está habilitado a planejar, pois de seu curriculum universitário consta durante um ano a cadeira "urbanismo". O pequeno número de arquitetos, deixou a engenheiros (na melhor das hipóteses) a tarefa de algum planejamento. Sua prática profissional limitou-se geralmente à engenharia sanitária; rêde de águas, esgôto, pavimentação de ruas, abertura de eventuais parques, e outros.

Mais recentemente, graças ao aumento do número de arquitetos, profissionais obrigados a terem uma visão mais global das coisas, o planejamento tem sido exercido por arquitetos que são frequentemente guindados à posição de **assessores do prefeito**. Esta posição privilegiada dá-lhes autoridade e é resultante do emperramento das estruturas administrativas dos municipios. Encontramos igualmente arquitetos participantes de equipes de **planejamento econômico** regional e arquitetos, dentro e fora do funcionalismo público, abordando planejamentos setoriais de cidades.

Esta situação da prática profissional do planejador, determina uma atuação e conhecimentos típicos que não podem se enquadrar nos programas clássicos de "desenho de cidades".

As escolas existentes

Há no Brasil 8 escolas de arquitetura e 36 escolas de engenharia; as primeiras formaram em 1962 230 arquitetos e as outras 1400 engenheiros, dos quais 700 com habilitação, entre outras coisas, para planejamento, cadeiras que cursam durante um ano e para a qual raramente se voltam em sua prática profissional. Se pensarmos que o país conta com 70 milhões de habitantes (95 milhões em 1970) e com 2768 municípios, — temos que convir que o número de profissionais diplomados é escasso.

Algumas escolas ainda lecionam urbanismo como uma pós-graduação (Belo Horizonte e Pôrto Alegre), sendo no entanto aceita a tendência de incluir e desenvolver esta disciplina no curso de arquitetura, durante 3 ou 4 anos (Recife, São Paulo e Brasília). Esta tendência reflete de um lado, a necessidade de formarmos quadros numerosos em pouco tempo, e de outro lado, visa a formação de arquitetos, todos com capacidades para planejar, aptos a resolver sòzinhos os problemas urbanos em qualquer recanto do país.

Diversas escolas criaram também "Centros de Pesquisas Urbanísticas" em que professôres e alunos estagiários elaboram estudos e até planos requeridos pelo Estado.

EXPERIMENTOS E PERSPECTIVAS

Vimos portanto que uma tendência vai ganhando corpo no Brasil: conceituar planejamento como fator essencial na formação típica do arquiteto e não como uma especialização de pós-graduação.

No entanto, ao se desenvolver nos cursos de arquitetura a didática do planejamento, múltiplas dúvidas têm surgido. Ao tentarmos restabelecer princípios próprios para a formação de arquitetos aptos a planejar, **colocando-se novamente em discussão** a formação de equipes de planejadores, o nível administrativo do trabalho do planejador, suas possibilidades de atuação, etc.

Não temos ainda respostas a essas perguntas, mas cremos que de sua elaboração surgirão princípios de planejamento finalmente adaptáveis às condições de um país que deseja sair do estado de subdesenvolvimento.

Da mesma forma, precisamos recolocar em discussão alguns bem sedimentados princípios da urbanística contemporânea, tais como: a divisão entre tráfego de veículos e pedestres, o conceito de unidades de vizinhança, a continuidade das áreas verdes, a destruição da "rua", etc.

Esta **reavaliação de teses** aceitas torna-se possível graças ao campo virgem existente; torna-se necessária, em virtude de certos efeitos duvidosos ou alterados, observados em recentes aplicações dessas teses. E' o caso de Brasília. Não pretendemos, aqui, analisar esta cidade; nem apontar aquêles aspectos que lhe são próprios e originais. Limitamo-nos a apontar que nessa cidade foram postas em prática diversas "teses aceitas" sem se terem verificado os resultados esperados. A análise e a reavaliação tornam-se necessárias. Não conhecemos artigos e estudos em que o seu autor tenha se preocupado com êstes aspectos que nos parecem muito importantes e ricos para o desenvolvimento crítico do urbanismo contemporâneo.

Metodologia do conhecimento da realidade

Nesta tarefa, parece-nos importante aplicar às teses em reavaliação, aquela preocupação por nossa realidade, — de molde a procurar obter uma urbanística realmente "possível" em nossa situação. Nêste sentido, propusemos recentemente, no curso de duas escolas de arquitetura, desenvolver um trabalho experimental de planejamento a fim de, através do próprio trabalho, verificar: como pode o povo participar da formulação de problemas; quais as posições relativas de arquitetos, sanitaristas, sociólogos, assistentes sociais e outros técnicos, na composição de equipes de planejamento; qual a atuação de um assessor de prefeito; quais os pesos específicos dos problemas habitacionais e do transporte no desenvolvimento de municípios brasileiros. Tais tarefas constituiriam uma metodologia do conhecimento da realidade para efeito de planejamento. Nesta metodologia estariam compreendidas dramatizações teatrais para provocar debates e motivações, entrevistas filmadas, seminários com políticos, e outras formas.

Propusemos ainda lecionar a disciplina "urbanismo" em todos os anos de curso de arquitetura, ligando-o intimamente à cadeira de composições de arquitetura.

Esta é a situação, nossas preocupações e as perspectivas que temos. Esperamos pròximamente trazer a debate as primeiras conclusões dêsses experimentos.

A COLABORAÇÃO INTERNACIONAL

Especialmente **entre países subdesenvolvidos,** cuja problemática é semelhante, há uma necessidade de intercâmbio. Pensamos que, dentro dos quadros da U.I.A., êste intercâmbio deve ser incrementado; a dramaticidade com que nêstes países se apresentam as carências de habitações e planejamento, tornam mesmo preferenciais os planos de intercâmbio da U.I.A. entre êsses países sub-desenvolvidos.

Contudo, importante **contribuição** na **formação** de arquitetos aptos a planejar, poderá ser dada pelos **países industrializados** seja, os da Europa. E' muito importante observar (novamente) que esta ajuda deve sempre objetivar a **formação de profissionais** os quais possam equacionar e resolver os problemas de seus países. De nada nos valerá recebermos planos feitos pois, nesta hipótese, além de duvidarmos de sua objetivade e possibilidade de execução, continuaremos dependentes do "know-how" importado, em lugar de formarmos os nossos tão necessários quadros técnicos. Êste, aliás, o motivo da recente oposição maciça dos arquitetos brasileiros à contratação do colega Doxiadis para o planejamento do Rio de Janeiro. Não entramos na discussão dos méritos dêsse colega. Apenas, evidenciamos que o processo correto de utilização da ajuda de um escritório estrangeiro seria mandarmos jovens profissionais brasileiros estudarem naqueles escritório; e nunca importarmos um plano criado e elaborado no exterior. Êste processo não nos ajuda; ao contrário, impede-nos de adquirir experiência por não deixar profissionais locais participarem do aspecto fundamental do problema (concepção, interpretação, e outros). (Êstes pontos, aliás, já foram debatidos no último Congresso da U.I.A., constando de suas resoluções).

Três propostas

Além da eventual colaboração de certos países, pensamos que a U.I.A. pode dar uma grande contribuição aos problemas expostos. E' nêste sentido que, concluindo, submeteremos à apreciação dos colegas da Comissão de Urbanismo da U.I.A., as seguintes propostas, tôdas ligadas ao problema do **Planejamento na Formação do Arquiteto** e resultantes dos problemas aqui abordados.

1.ª proposta: bolsas de estudo — A pedido do Secretariado da Comissão, cada país membro interessado enviará uma indicação de quais os aspectos de planejamento de cuja falta mais se ressente e quais os países para onde desejaria enviar jovens com bolsas de estudo; cada país membro indicará os aspectos de planejamentos possíveis de representar ensinamentos ou experiências para bolsistas de outros países; de posse dêstes dados, o Secretariado organizará um esquema

de bolsas e intercâmbio para equipes de 2-3 arquitetos em estágios de 3-4 mêses; êste esquema preverá, seja o intercâmbio entre países subdesenvolvidos, seja o estágio em países industrializados, seja o estudo em países subdesenvolvidos. Os países membros formarão as equipes de bolsistas obrigando-os, depois de sua viagem, a percorrerem seu próprio país, divulgando as experiências adquiridas; no esquema organizado o Secretariado poderá prever estágios sucessivos, de uma mesma equipe, em países diferentes; o Secretariado apresentará êsse esquema à UNESCO, objetivando obter o financiamente das passagens aéreas; os países membros interessados estudarão a forma de colaborarem no recebimento e hospedagem de bolsistas estrangeiros; nêste sentido conviria estudar a possibilidade de intercâmbio de bolsistas.

2.ª proposta: questionário para países — O Secretariado da Comissão organizará um questionário especialmente destinado a países americanos, africanos e asiáticos: nêle se formularão perguntas objetivando conhecer: qual a situação do planejamento, qual a função do arquiteto, como se processa a formação de planejadores, quais os processos de desenvolver uma urbanística que corresponda a problemas locais e outros aspectos.

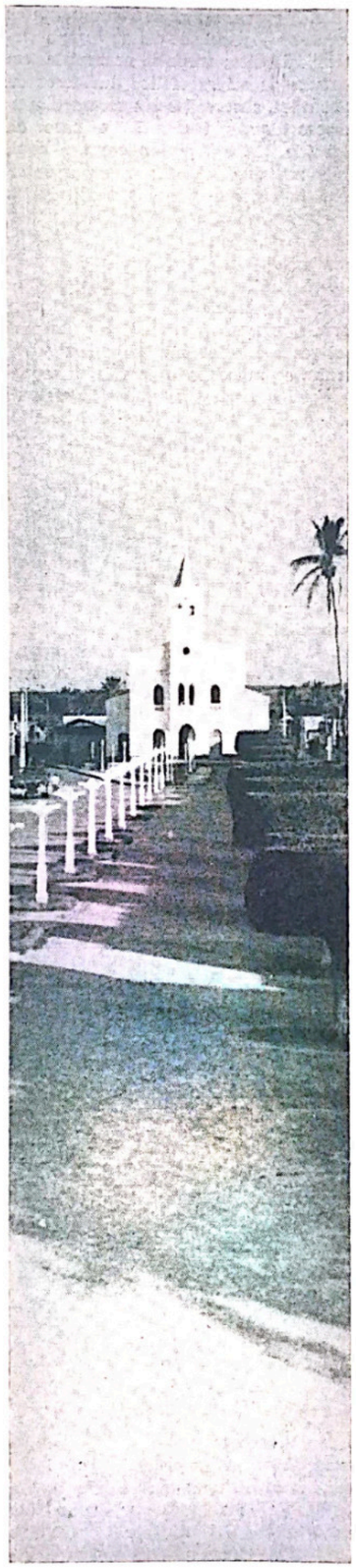
A U.I.A. informará dos resultados a todos os países membros, antes do VIII Congresso.

3.ª proposta: concurso e realização de um filme documentário — A Comissão de Urbanismo da U.I.A. indicará um responsável pela organização de edital e direção de um concurso internacional em duas fases objetivando a realização de um filme documentário sôbre o tema "A Cidade".

O filme objetiva tornar conscientes estudantes, administradores, profissionais e povo em geral da situação da sociedade, o que ela deixa de proporcionar, a possibilidade de transformação e o papel do arquiteto;

O Secretariado Geral da U.I.A., estabelecerá entendimentos com a direção cultural da UNESCO, com o fito de co-produção e financiamento do filme;

O filme seria estreado durante o VIII Congresso e um foto-documentário seria utilizado para uma exposição durante o mesmo, constituindo ambos uma contribuição da Comissão de Urbanismo ao Congresso.



CONCURSO INTERNACIONAL PARA UM FILME DOCUMENTÁRIO

Junto ao seu relatório o arquiteto Jorge Wilheim, apresentou as bases para realização de um concurso para a escolha de cineasta (ou equipe) de um documentário cinematográfico sôbre a cidade. Transcrevemos a seguir a proposta de edital:

1 — Do Patrocinado

1.1 — O presente concurso é instituído pela Comissão de Urbanismo da União Internacional de Arquitetos, 15 Quai Malaquias, Paris, — com o patrocínio da UNESCO.

1.2 — para a direção do concurso e resposta a qualquer correspondência, é indicado o arq. ....., do Secretariado da U.I.A.

2 — Dos objetivos

2.1 — O concurso visa escolher o profissional (ou equipe) responsável pela realização de um filme documentário de 20 a 30 minutos, 35 mm, colorido, sonoro, passível de redução para 16 mm., em branco e preto.

2.2 — O filme será propriedade da U.I.A., estreará no VIII Congresso Internacional de Arquitetos e será distribuido posteriormente a escolas, cineclubes, cinematecas, televisão, entidades culturais e circuitos comerciais, difundindo a mensagem contida no tema; desta forma, objetiva **tornar consciente** os espectadores, da situação, da dinymica e possibilidade de melhoria das cidades.

2.3 — E' igualmente objetivo do concurso, receber do vencedor um foto-documentário (fotografias do filme, com legendas) para divulgação impressa e exposição das mesmas.

3 — Do tema

O tema deverá ser "A Cidade"; abordará, sob qualquer prisma e segundo qualquer técnica ou meio de expressão, o significado da cidade, os benefícios que traz à vida em sociedade, como se vive nela, quais as dificuldades que suas deficiências acarretam à vida de seus habitantes, quais as formas de ajuda mútua para sanar êsses males, qual a responsabilidade do povo em tomar em suas mãos as rédeas das transformações urbanas, a responsabilidade e possibilidade das autoridades, o papel do arquiteto, sua possível atuação na compreensão dos problemas da vida urbana e nas transformações possíveis.

O tema poderá ser abordado no seu todo, ou parcialmente, devendo-se contudo lembrar os objetivos didáticos da cláusula 2.2.

4 — Dos participantes e das etapas

4.1 — O concurso é aberto a todos os cineastas do mundo.

4.2 — O concurso se dividirá em duas etapas. Para a **primeira etapa**, com prazo até 30 de outubro, os participantes deverão enviar:

4.2.1 — um "curriculum vitae" profissional, com indicação dos filmes realizados, prêmios recebidos, etc.

4.2.2 — sinópse literária descrevendo o roteiro que pretendem elaborar, ilustrando-o, se julgarem conveniente, com fotografias ou desenhos e esquemas;

4.2.3 — Baseando-se nos dois itens acima, o juri escolherá seis concorrentes para a 2.ª etapa.

4.3 — Para a 2.ª etapa, com prazo até 31 de janeiro, os seis concorrentes deverão enviar:

4.3.1 — roteiro completo ou enquadramento técnico do filme;

4.3.2 — orçamento;

4.3.3 — plano de produção (organização de equipe, prazos, etc.);

4.3.4 — baseando-se nos itens acima, principalmente no roteiro, o júri escolherá o vencedor do concurso.

5 — Prêmios e Júri

5.1 — Ao vencedor do concurso será adjudicado o contrato para a realização do filme, de acôrdo com o orçamento proposto e dentro dos prazos e condições do presente edital;

5.2 — cada um dos cinco participantes da 2.ª etapa que não foram indicados como vencedores, e cujo roteiro não venha a ser utilizado, receberá o título de pró-labore, um prêmio de .....

5.3 — O júri para a 1.ª e 2.ª etapas será constituído pelo cineasta .... e pelos arquitetos .... indicados pela U.I.A.;

5.4 — O júri terá 15 dias para julgar cada uma das duas etapas, notificando o resultado por escrito, ao diretor do concurso;

5.5 — As decisões do juri serão inapeláveis e públicas, sendo obrigatória a indicação de classificados e vencedores na 1.ª e 2.ª etapas.

6 — Dos prazos

Para a publcação do edital: até 15/7/64

Para o pedido de informações: até 30/8/64

Para a entrega da 1.ª etapa: até 30/10/64

Para o julgamento da 1.ª etapa: até 15/11/64

Para a entrega da 2.ª etapa: até 31/1/65

Para o julgamento da 2.ª etapa: até 15/2/65

Para a entrega do filme e do foto-documentário: até 30/5/65

Para o pagamento dos prêmios: até 30/7/65.

7 — Generalidadas (a excluir do edital)

7.1 — os cargos do júri serão remunerados ,sendo pagas as eventuais despesas de viagens e estadias;

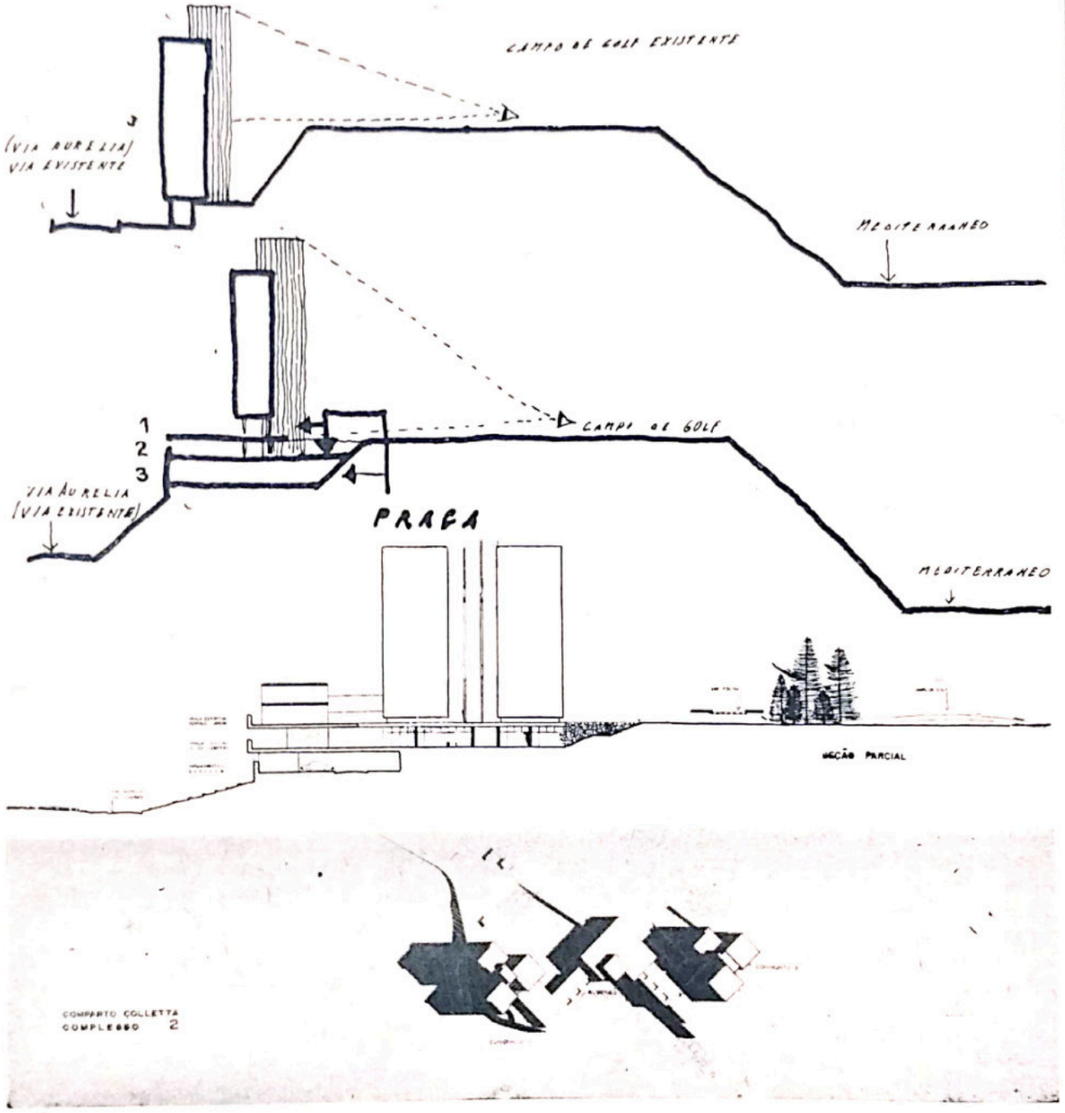
7.2 — sugerem-se como cineastas, para o júri, um dos seguintes renomados profissionais: John Grieson (Inglaterra), Paul Rotha (Inglaterra), Arthur Elton e Edgard Anstey (Inglaterra), o diretor do IDHEC (Paris), o diretor do Centro Sperimentale de Roma, Tooplitz Teny (Polonia), prof. Bronsil (Praga), um representante do National Film Board (Canadá), Fer do Birri (Argentina), Bert Haanstra (Holanda), Chris Marker (França), Joris Ivens (Holanda), Herman van der Horst (Holanda);

7.3 — para a divulgação do edital do concurso, dever-se-ão usar as associações de arquitetos, a UNESCO, os Ministérios de Cultura, as entidades profissionais estatais, as universidades, as escolas de cinema, os cine-clubes e cinematecas, as agências noticiosas e revistas especializadas;

7.4 — O júri pode sugerir e a U.I.A. pode contratar, além do vencedor, outro(s) participante(s) da 2.ª etapa.



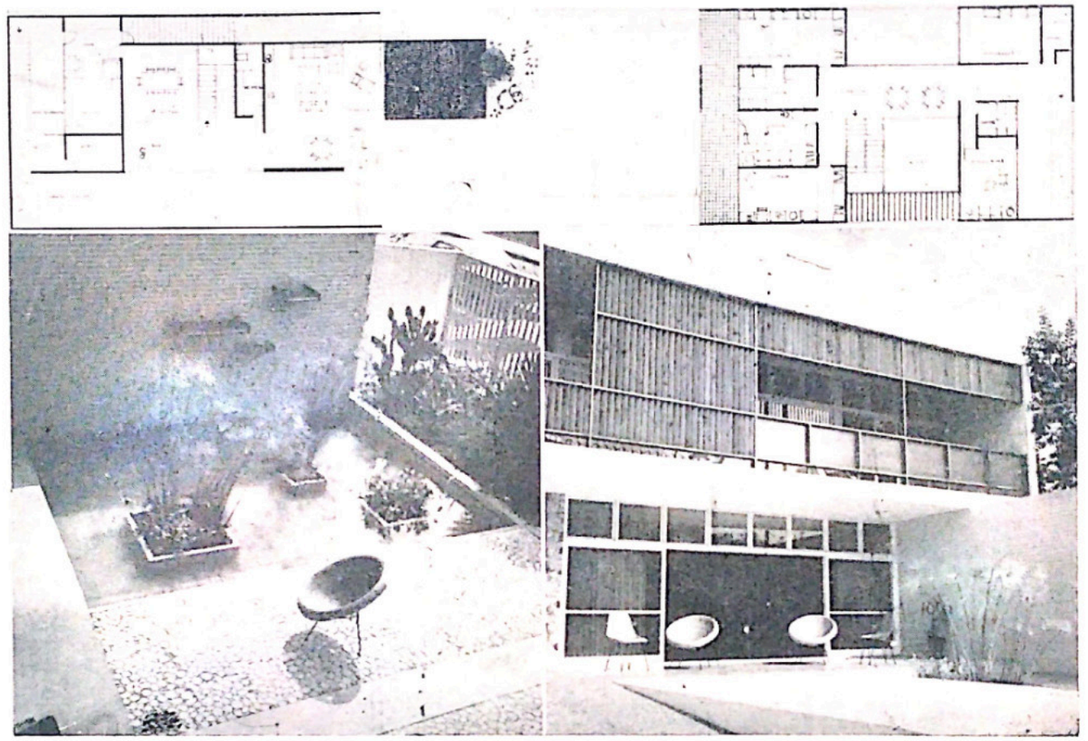
* JW é diretor da Divisão Nacional de Urbanismo do IAB e membro titular do IAB na Comissão de Urbanismo da UIA. O trabalho que publicamos se baseia no relatório a ser apresentado pelo IAB na reunião da Comissão de Urbanismo da UIA a realizar-se no corrente mês de junho. Neste trabalho, JW envoca com muita propriedade aspectos relevantes da situação brasileira face à intensa urbanização, aos problemas de planejamento territorial e à formação do arquiteto.



Projeto — 1963
ARQUITETO — M. M. M. ROBERTO
CONJUNTO HOTELEIRO
PROPRIETÁRIO — CEMADIS
Arrezano — Hália

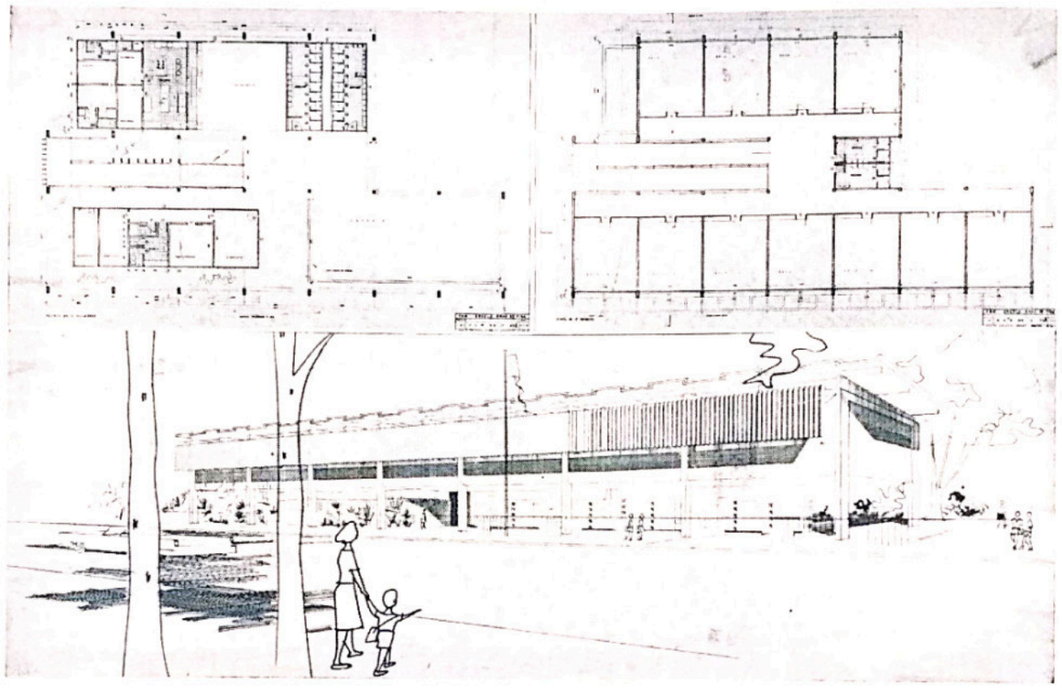
Conjunto composto de quartos, apartamentos, restaurante e lojas. A sclução baseou se na criação de uma "piazza" em 3 niveis, sendo o mais alto o nivel do campo de golf, já terminado e um dos mais belos da Riviera. A via existente (Via Aurelia) não foi aproveitada para acesso direto aos blocos do Conjunto como, à primeira vista, pareceria o partido mais espontâneo. Congestionamento de tráfego na via existente, o fato de que sòmente os andares superiores teriam vista para o mar e a visão truncada para quem do campo de golf olhasse para o Conjunto levaram os arquitetos a escolher outra solução. (Figura 1)

A implantação adotada — suspendendo todo o Conjunto, de forma a prolongar o campo de golf sob os edifícios a semelhança de um "mezzanino" — permite, em todos os pavimentos, uma visão total do Mediterrâneo e a vista completa do Conjunto para o observador colocado no campo de golf. Uma via própria leva o tráfego até à praça intermediária, localizada no pavimento imediatamente abaixo do nivel do campo de golf. Neste plano estão situadas as atividades sociais do Conjunto, as lojas e os acessos dos edifícios. Os pavimentos inferiores foram aproveitados para as dependências de serviço, garages e estacionamentos. (Figura 2)



ARQUITETO — ULYSSES BURLAMAQUI
RESIDÊNCIA DO SR. JOÃO B. FONTAN
Grajaú — Guanabara
Projeto e construção — 1960/61

Apesar das reduzidas dimensões do terreno (12.00 x 30.00) a construção resultou de uma solução bastante aberta, integrada com jardins e pátios internos, fazendo com que a casa pareça bem mais ampla do que realmente é (cêrca de 360.00 m2) de área construída.



ARQUITETO — PAULO ANTUNES RIBEIRO
ESCOLA DE 10 CLASSES
Braz de Pina — Guanabara
PROPRIETÁRIO — FUNDAÇÃO OTAVIO MANGABEIRA
Projeto — 1962

A exiguidade do terreno levou o arquiteto a colocar as salas de aula no pavimento superior, aproveitando a parte do "Pilotis" para recreio coberto, cozinha, administração e sanitários. Uma rampa com 10% de inclinação, atende à circulação entre os dois pisos.

As salas voltadas para a rua serão demasiadamente insoladas, o que determinou a colocação de um "brise" em lâminas de alumínio, sustentado por vigas de concreto, afastado de 1,50m das janelas das salas de aula. Esta proteção originou uma série de fenômenos acusticos — interferência de sons de uma aula para outra, — o que levou o arquiteto a criar entre as salas, e do peitoril para cima, uma divisão em concreto armado que, segundo os estudos do arq. Roberto Thompson Motta, solucionará perfeitamente o problema.

A cobertura é independente da laje do teto, permitindo uma perfeita ventilação das salas de aula. A cobertura foi projetada em seções independentes em forma de "U", com inclinação acentuada, de forma a evitar qualquer impermeabilização, além do tratamento do próprio concreto.

Assembléia Nacional do I. A. B.

Convocada pelo IAB nacional, realizou-se em maio último, no Rio, a Assembléia Nacional de arquitetos filiados ao **IAB**. Num país em que, as comunicações entre os pontos mais afastados não é fácil, o contato entre arquitetos das diversas regiões é esporádico. O arquiteto de Pernambuco, do Rio Grande ou de Goiás vive, pràticamente, o seu próprio mundo, isolado e sem maiores e mais significativas relações profissionais com os colegas de outras regiões.

Daí o grande relêvo da Assembléia Nacional do Instituto que, estatutàriamente, deveria ser realizada cada ano, mas, dada a falta de meios financeiros, é sempre adiada. Êste ano, porém, o Conselho Superior dispondo de verba convocou-a, reunindo assim arquitetos de quase tôdas as regiões do Brasil para debater, com entusiasmo, questões da maior relevância para o exercício profissional.

O Rio é, pelos Estatutos do **IAB**, a sede do Conselho Superior, e o local onde se reúne a Assembléia Nacional. Os departamentos do **IAB** constituem a Assembléia Nacional fazendo-se representar por seus presidentes e por delegados — eleitos à razão de um para cada cem associados. Enviaram representantes os departamentos de Pernambuco, da Bahia, da Guanabara, do Rio Grande do Sul, e de São Paulo e as delegacias do Ceará, do Rio Grande do Norte e do Espírito Santo. Deixaram de comparecer os colegas dos departamentos do Estado do Rio, de Minas, de Brasília e do Paraná. São Paulo e Guanabara constituiram as duas maiores delegações, com 22 e 20 arquitetos cada uma.

Agenda

A agenda da Assembléia incluía assuntos variados e de grande significação para a classe: atualização dos Estatutos; regimento das Divisões Nacionais; regulamentação profissional; impôsto sôbre a renda; participação em congressos internacionais; Terceiro Congresso de Urbanismo; criação dos departamentos do Ceará e de Goiás; regulamento de concursos; Federação Brasileira de Urbanismo; Colaborador Industrial; Premiação Nacional do IAB; tabelas para pagamentos de direitos autorais e outras matérias.

A fim de facilitar o exame e o debate do extenso material relativo a essa agenda, foram constituídas comissões para apreciar e estudar os documentos apresentados pelos Departamentos e relatá-los em plenário .

O sistema adotado foi da maior eficácia. Os assuntos foram todos estudados, analisados e debatidos nas comissões e posteriormente submetidos ao plenário. Desta forma, foram aprovadas modificações substanciais em alguns dos documentos básicos do **IAB** tais como: estatutos, tabelas, regulamento de concurso, e redigidas novas normas, destinadas a terem bastante repercussão, entre elas: Corpo de Jurados; Premiação Nacional do IAB; Regulamento das Divisões Nacionais e das Comissões Especiais e Departamento de Assessoria Industrial.

Aprovadas as matérias constantes da agenda a Assembléia nomeou arquitetos para procederem à redação final dos documentos. São êles: Júlio Neves (IAB-SP), "Tabela de Pagamento de Direitos Autorais"; Antônio Augusto Dias (IAB-GB), "Norma de Conduta do Arquiteto"; Wit-Olaf Prochnick (IAB-GB), "Premiação Nacional do IAB"; Maurício T. Schneider (IAB-SP), "Regulamento de Concursos" e "Corpo de Jurados"; Arnaldo Paolielo (IAB SP), "Departamento de Assessoria Industrial"; e Flávio Léo A. da Silveira (IAB-GB), "Atualização dos Estatutos e Regimento das Divisões".

Presidiu aos trabalhos da Assembléia o Arq. Icaro de Castro Mello. As reuniões, tanto das comissões quanto do plenário, processaram-se dentro de um clima de entusiasmo, boa vontade e cordialidade.

Foram realizadas 5 reuniões plenárias, inúmeras de comissões. No decorrer da Assembléia o Conselho Superior reuniu-se por duas vêzes.

Habitação e planejamento territorial

A Assembléia debateu, mais uma vez, os problemas brasileiros de habitação e planejamento territorial, em face do crescente interêsse dos arquitetos pelo assunto. Os debates da Assembléia orientaram-se no sentido dos fatos noticiados pelos jornais daqueles dias, e que tratavam do programa de habitação estudado pelos Ministérios do Planejamento e do Trabalho. Uma proposição do Departamento de São Paulo foi debatida, modificada e aprovada. O **IAB-SP**, propunha que o **IAB** se dirigisse ao Govêrno Federal aplaudindo-o pela preocupação demonstrada ante o gravíssimo problema brasileiro de habitação. Assim resolvido, determinou-se o envio ao Presidente da República de um telegrama, com o seguinte teor:

> **"O Instituto de Arquitetos do Brasil que vem se interessando há muitos anos pelo problema de planejamento e urbanização de novos núcleos habitacionais no país e a criação de uma menta-**

lidade de política urbana de âmbito nacional vg apontando falhas e sugerindo objetivamente medidas vg vem congratular-se com Vossa Excelência pela sensibilidade do atual Govêrno vg pondo em destaque no seu programa o problema habitacional e colocar à disposição do Govêrno Federal a contribuição dos arquitetos brasileiros no encaminhamento e solução do problema."

A Assembléia resolveu, em seguida, determinar que os presidentes de Departamentos presentes se reunissem para apreciar e debater o trabalho elaborado pelo **IAB SP** sôbre política territorial e habitacional, sintetizando e adaptando documentos anteriores do IAB relativos à matéria em discussão.

Desta reunião resultou o acôrdo sôbre a conveniência de serem procurados os Ministros Roberto Campos e Arnaldo Sussekind. Neste encontro, os membros do Conselho Superior ofereceriam a colaboração dos arquitetos — profissionais diretamente ligados às tarefas decorrentes do equacionamento e da solução dos problemas de planejamento e de habitação — e o resultado dos estudos feitos a respeito pelo Instituto de Arquitetos.

IAB-CE e IAB-GO, novos departamentos

A Assembléia aprovou a transformação das atuais delegacias do Ceará e de Goiás em departamentos. O fato foi saudado calorosamente como uma prova da unidade dos arquitetos brasileiros e do crescente prestígio do **IAB**. O Instituto de Arquitetos conta agora com 11 departamentos regionais: **Ceará (IAB-CE), Pernambuco (IAB-PE), Bahia (IAB-BA), Rio de Janeiro (IAB-RJ), Guanabara (IAB-GB), Paraná (IAB-PR), Rio Grande do Sul (IAB-RGS), São Paulo (IAB-SP), Brasília (IAB-DF), Goiás (IAB-GO), e Minas Gerais (IAB-MG).**

O Conselho Superior resolveu outorgar, por eleição, o título de sócio benemérito às seguintes personalidades: Embaixador Castello Branco, Embaixador Neiva Bastian Pinto, Ministro Milton Faria, Conselheiro Paulo Campos de Oliveira, Sr. Carlos Caliero Rodrigues, Arquiteto Carlos Ramos, — nome de destaque da arquitetura portuguesa, diretor da Faculdade de Arquitetura do Pôrto e que foi, durante nove anos, vice-presidente da **UIA**. Aprovou-se, também, a indicação do Arquiteto Fernando Belaunde Terry, Presidente da República do Peru e do Presidente da Sociedade de Arquitetos do Uruguai para sócio benemérito do **IAB**.

Jornada fronteiriça de arquitetos

O arquiteto Irineu Breitman, presidente do **IAB-RGS,** relatou o encontro de arquitetos brasileiros e uruguaios promovido por iniciativa da Associação Panamericana de Arquitetos. O **IAB-RGS** representou os arquitetos brasileiros nesta jornada que teve lugar em Montevidéu. Na reunião foram tratados diversos problemas relativos ao planejamento de áreas fronteiriças brasileiras e uruguaias. Fixou-se especial atenção à região de Lagoa Mirim cuja área, no Brasil, corresponde a 11 municípios e que abrange 1/6 do território uruguaio. O planejamento da área de Lagoa Mirim será desenvolvido por uma comissão mista Brasil-Uruguai, com verba da ONU. Irineu Breitman informou que uma próxima reunião está marcada para novembro. O encontro será realizado em Jaguarão, um dos municípios da baixada de Lagoa Mirim e a sessão de encerramento será em Pôrto Alegre. O presidente do **IAB** comunicou que o Conselho Superior far-se-á representar neste encontro de arquitetos uruguaios e brasileiros e que o fato será comunicado aos demais departamentos.

Regulamentação profissional

Está em tramitação no Congresso Nacional um anteprojeto de lei destinado a regulamentar o exercício profissional de engenheiros, agrônomos e arquitetos. O anteprojeto de lei é re resultado de um acôrdo a que chegaram as entidades de classe que congregam os integrantes destas categorias profissionais.

O assunto foi debatido na Assembléia, por proposta do arquiteto Alberto Botti, presidente do **IAB SP**, à luz das disposições constantes do Ato Institucional sôbre a tramitação de matérias oriundas do Poder Executivo. Argumentou Botti que, dentro do atual sistema legislativo, as entidades de classe interessadas na modificação da regulamentação profissional deveriam procurar, imediatamente, encaminhar a matéria através do Poder Executivo, a fim de obter um andamento mais rápido.

A posição do IAB

Durante a realização da 2.ª sessão da Assembléia Nacional o Arquiteto Maurício Roberto, Presidente do **IAB-GB,** fêz uma proposta encarecendo a necessidade de ser tentada, pelo Conselho Superior, uma audiência com o Presidente da República a fim de desfazer mal-entendidos a respeito da participação de arquitetos em congressos e em planos governamentais. A posição dos arquitetos nestes casos é tomada dentro de um critério exclusivamente profissional e técnico, não envolvendo esta participação vinculações ideológicas. Quanto à presença de representantes do **IAB** em congressos e reuniões internacionais é preciso mostrar que o Instituto é filiado à **UIA,** entidade que congrega profissionais de tôdas as nações e, também, organismo consultor da **UNESCO**. A presença dos arquitetos brasileiros nestes conclaves é fundamental portanto não só pelo que representam como intercâmbio profissional como para o prestígio da cultura arquitetônica brasileira. Esta legítima participação tem, todavia, ocasionado acusações infundadas e até mesmo detenções de colegas.

Acolhendo a proposta do Maurício Roberto, que obteve concordância geral da Assembléia, Ícaro Castro Melo, Presidente do Conselho Superior, informou que tomaria providências imediatas para que sejam fornecidos aos Departamentos documentos esclarecendo êstes pontos e que solicitará ao Presidente da República a audiência proposta.

Compareceram à Assembléia, como delegados e convidados os seguintes arquitetos: **Delegacia do Ceará:** José Armando Farias. **Delegacia do Rio Grande do Norte,** João Maurício Miranda. **Departamento de Pernambuco,** José Fernando Nunes de Carvalho e Maurício Castro. **Departamento da Guanabara,** Paulo Antunes Ribeiro, Marcos Konder Netto, Maurício Nogueira Batista, Flávio Léo da Silveira, Jorge Machado Moreira, Claudius S. P. Ceccon, Maurício Roberto, Ivan Oest de Carvalho, Antônio Augusto Dias, Jacques Jayme Hazan, Wladimir Alves de Souza, Salomão Tandeta, João Ricardo Serran, Alfredo Luiz Britto, Alexandre Nicolaeff, Luiz Paulo Conde, Mario Torquato Pinheiro, Durval Lobo, Hircio Fermo de Miranda, Wit-Olaf Prochnick. **Departamento do Rio Grande do Sul,** J. C. Paiva da Silva, Jayme Levanton, Francisco Pedro Simch. Flávio F. Soares, e Irineu Breitman. **Departamento de São Paulo,** Sidney de Oliveira, Paulo Celso Duarte, Luiz Groba Rinaldi, Henrique Signore Sadocio, Walter Saraiva Kneese, Carlos Brasil Lodi, Paulo T.C. de Freitas, Roger Zuekhol, Eduardo Kneese de Mello, Gian Carlo Gasperini, Oswaldo Arthur Bratke, Paulo Camargo e Almeida, Joaquim Guedes, Jorge Wilhelm, Francisco Beck, Alberto Botti, Maurício Schneider, Arnaldo Joaquim Paoliello, Júlio Franco Neves, Ícaro de Castro Mello, Eduardo Corona, Oswaldo Correia Gonçalves.

Galeria

artes visuais

Ferreira Gullar

A PINTURA ESPERA

A pintura, como fenômeno internacional, parece atravessar uma fase de estagnação. Ou, como querem os mais otimistas, de repouso e ruminação. De fato, era impossível manter a velocidade de mudanças que se vinha registrando desde o fim da II Guerra Mundial.

Não acreditamos, porém, que êsse repouso, tão necessário e benéfico, sobretudo para países como o nosso, que teriam assim oportunidade maior de opção própria, demore muito. Êle significa recessão no mercado de arte, queda das vendas em Paris, Nova Iorque e aqui mesmo.

Como já observamos em artigos anteriores, o jôgo das novidades, no campo internacional das artes plásticas, é eliminado pela máquina de promoções que os "marchands" acionam e controlam. E êsse repouso, essa repentina falta de **novidade**, só se dá por alguma razão inelutável que terá sido, sem dúvida, o esgotamento das possibilidades contidas na tendência que orientou a pintura nos últimos anos. De fato, o tachismo já era o último caldo daquela laranja que se começou a espremer por volta de 1900...

Mas nos departamentos de promoções das grandes galerias internacionais, os "experts" andam de um lado para o outro, insones, a buscar um nôvo caminho para a arte, capaz de sacudir o interêsse do burguês, seu esnobismo e sua ambição de lucro fácil. Em suma, uma arte nova que surja diante de todo mundo como um bom e seguro investimento.

Faz mais de dois anos, quando o "tachismo" começava a bruxolear, escrevi que os "marchands" estavam armando, na Europa, uma "nova tendência" artística para alastrar-se pelo mundo inteiro. E que essa tendência "nova" era o velho e manjado surrealismo, furor dos anos 20 na Europa e na América. O prenúncio se fazia, no súbito interêsse demonstrado pelas editoras de arte na edição de albuns sôbre pintores surrealistas ou afins. Ao mesmo tempo, as galerias parisienses se enchiam de exposições surrealistas, retrospectivas ou atuais, coletivas e individuais. Um verdadeiro renascimento!...

Mas a coisa parece que não pegou. Aqui mesmo, logo surgiram uns tímidos" inovadores" já nesse rumo, mas não deu pé. É que o surrealismo é uma linguagem excessivamente usada e abusada, com uma atmosfera e um abecedário muito característicos e datados. Não deu pé nas proporções que sonhavam seus promotores, mas sempre movimentou uma coisinha. Ainda há pouco tivemos, no Museu Nacional de Belas Artes, uma exposição dos "realistas fantásticos", de Viena, que se apresentam mesmo com os precursores, em tôda a Europa, da nova tendência artística. Nada tão velho, meu Deus!

Menos acadêmico é, certamente, o movimento norte-americano da "estética do lixo" e da "pop art", com suas maletas velhas ou suas "hamburgers" de papelão tamanho gigante. Menos acadêmico, por menos subjetivos e mais desligados das técnicas tradicionais. Mas uma expressão em que o autor do protesto é também a sua vítima. Depois, uma arte sem muita condição de universalizar-se, por razões inclusive econômicas. Ninguém comprará aquelas "coisas" sujas.

E é assim que no Brasil chegamos a uma espécie de coexistência pacífica entre velhos e acérrimos antagonistas. A exposição do grupo "Novas tendências" é mais clara demonstração disso: concretistas e neoconcretistas, abstracionistas líricos, tachistas, informalistas, figurativos e neofigurativos, todos agora se reunem, como feras que perderam as prêsas e que agora até se acariciam, umas às outras. Sim, a verdade não estava com nenhuma delas isoladamente: estava em tôdas um pouquinho em cada uma...

MAM — Curso de Artes Gráficas

O Museu de Arte Moderna vai promover (início 1.º de julho) um Curso de Artes Gráficas e elementos de Comunicação Visual destinado à melhoria de nível profissional do pessoal da indústria gráfica, TV, cinema, imprensa, etc. O curso será dado pelo artista gráfico Rogério Duarte em 3 aulas semanas de duas horas, em períodos de 5 mêses.

literatura

M. Cavalcanti Proença

REALIDADES BRASILEIRAS E LITERATURA

Os rios hão de continuar fornecendo similitude para as metáforas permanentes, antigas e atuais, até que êles se acabem e o povo passe a beber água do mar distilada. Rio literário é metáfora boa para o Brasil, porque fica dentro daquele conceito gideano de continuidade, porque tem correspondência alegórica com a própria evolução do pensamento nacional. Pensamento que recebe águas vindas de dentro da própria terra brasileira, as ipueiras e arroios da província; águas purificadas de zonas mais altas, águas menos barrentas, menos telúricas, chuva do céu europeu.

O último grande afluente que recebeu, provocando repiquete respeitável, foi o movimento modernista. E nesse movimento, alguns temas foram retomados,, só que os ângulos focalizados eram diferentes, com novas arestas e facetas, nova interpretação.

Aquêles romances de **Franklin Távora — Casamento no Arrabalde** e **O Matuto,** bem assim **O Sertanejo,** de José de Alencar, tudo reapareceu transfigurado no chamado romance nordestino, no grande ciclo da cana de açúcar, de José Lins do Rêgo. Aquêle **Missionário,** romance de Inglês de Souza, desabrocha, em série, com outra fôrça, no ciclo do cacau, projetando Jorge Amado.

O ponto de observação dos escritores antigos é que diferia em relação aos de hoje: os antigos, até certo ponto, arrumavam a realidade para que coubesse num ideal; os atuais procuram configurar uma realidade artística, selecionando e valorizando os próprios elementos do material de trabalho. No fundo, também, com um ideal; só que diferente.

Na verdade, essa literatura do nordeste é a mesma literatura rural; sertanista, literatura dos lugares remotos do sertão, lugares ermos e repagados, como diria Guimarães Rosa.

O tema, portanto, é homólogo. E nem podia deixar de ser, pois, no Brasil, aquilo que se delineou e, como por assim dizer, cristalizou, numa forma nacional de vida, foi a realidade rural; através dos tempos, essa realidade rural se vem impondo como tema de ficção. Seria fácil de juntar, sem escândalo, aquela narração do **Cabeleira**, do mesmo Franklin Távora, com **O Cangaceiro** de José Lins do Rêgo. O drama da sêca em Domingos Olímpio é o mesmo em José Américo de Almeida e Raquel de Queiróz.

Chegamos, então, ao ponto prefixado: o que houve foi a conquista de novas expressões. E, porque novas, essas expressões construíram também novas realidades, ou, para ser mais preciso, reinterpretaram a realidade preexistente.

Muito se tem dito do romance urbano. Seria bom notar que essas urbs que andam nos romances são, até certo época, as **urbs** dos sobrados e mocambos, isto é, transposições apenas geográficas do binômio casa grande — senzala. Urbano se considera, então, o romance, não pròpriamente porque se diversifique do rural, mas porque houve mudança de palco. Os temas desenrolados na fazenda ou no engenho podem ter seguimento sôbre o sinteco dos palacetes, em qualquer Rua Direita de qualquer cidade; janelas de aroeira no campo, sacadas com balcões de ferro trabalhado nas cidades. No peitoril, as mesmas personagens. Tanto assim que a gente citadina da literatura romântica não trabalha, vive de rendimentos, têm fazendas de onde lhes vêm dinheiro e prestigio, onde outros trabalham para que êles possam manter os filhos em Colégios caros e as mulheres em permanente desfile de modas.

Na linha dêsse romance urbano, que vem de Machado de Assis a Marques Rebelo, anexando Manuel Antônio de Almeida, Alencar e Lima Barreto no Rio, incluindo, de passagem, Maria de Lourdes Teixeira, em São Paulo, devemos notar a presença, quase sempre positiva, dos bairros da periferia, dos subúrbios, das chácaras, terrenos baldios, capinzais, enfim daqueles elementos que conservam nas cidades, traços da vida rural.

Em Marques Rebêlo, o mais urbano de todos, o Trapicheiro reaparece a tôda hora; menino ainda escuta riacho cantando nas pedras, e ainda é capaz de distinguir entre um potrilho e um bode sem chifres, coisa que menino de hoje, nascido e criado na zona sul do Rio, não consegue. E poderá morrer sem saber distinguir, sem ao menos ter visto nem potrilho nem bode. Já vi, no Jardim Zoológico, moça com voz e olhos de enlêvo perguntar ao namorado, apontando o aramado do búfalo: — Êsse é o tal do boi? — Nem vale esclarecer que o enlêvo da voz e dos olhos era todo do namorado.

Mas essa urbe-metrópole começa a impor a sua personalidade; e Copacabana parece escolhida para símbolo dessa nova realidade que ainda não achou o seu romancista. Não achou porque o verdadeiro romancista de Copacabana não lhe notará o pitoresco, o original, o contraditório, nem achará estranho, complicado, insólito o comportamento dos seus habitantes; Copacabana será a sua própria vivência e não apenas seu tema.

O romance do Rio urbano, como o de São Paulo, terá de vir de dentro para fora, não de autor-espectador, mas de autor-ator, astro ou figurante, mas personagem.

O da favela teria nascido com Carolina, se Carolina tivesse expressão artistica e o seu livro fôsse literatura e não apenas um extraordinário depoimento, válido, além de tudo, pelo material de uma linguagem primitiva, cheia de implicações filológicas e sociais.

Mas essa busca de novos temas, essa tentativa de recriar a realidade cotidiana, é um bom sinal. O rio das letras veio vindo, cresceu suas águas chegado que foi 1928, saiu o **Retrato do Brasil**, de Paulo Prado, com braço dado com **Macunaíma**, de Mário de Andrade; logo adiante se uniram ao **Cobra Norato** de Raul Bopp e ao ufanismo decepcionado de Murilo Mendes na **História do Brasil**. Daí por diante as águas serenaram, fizeram seu caminho: itaipavas, em 1945, para o lado da poesia, um pouco de corredeira, já, então, por conta de Guimarães Rosa, quando uma nova expressão, originàriamente no jeito da que fôra criada pelos modernistas, retomou todos os recursos, mobilizou tôdas as reservas — a língua portuguêsa velha, a linguagem oral e sertaneja, o latim dos clássicos e o das ciências naturais, numa colheita muito mais ampla e em muitas mais lavouras.

Agora já estamos sentindo que houve parada nas águas. O remanso se fez e, porque águas remansadas regiram, os rebojos aí estão. A busca de novos temas, misturando testemunho e invenção, invenção e testemunho (necessário êsse cruzamento para significar que os catadores de inovações ainda não encontraram a expressão dos novos temas) vêm com o reaproveitamento de temas conhecidos, revistos e reapresentados, num estruturar de novos meios expressivos.

E, por isso, os temas antigos que encontraram expressão se renovaram e aí estão, valendo e superando os atuais, ainda vestidos de expressão velha.

A literatura do Brasil é a de suas realidades, onde convergem fatôres históricos, fisiográficos, sócio-econômicos. E dêsse ponto de vista a literatura regional se presta muito à demonstração. Que tentaremos.

música

Nelson Lins e Barros

MUSICA MODERNA

(Décimo segundo e último de uma série de artigos sôbre os problemas da música através de sua história).

A reação contra a burguesia, iniciada no fim do século dezenove, resultou na mais violenta revolução musical, conhecida geralmente como Música Moderna. A denominação é controvertida. Os musicólogos preferem a expressão Nova Música, restringindo o movimento ao ultra-radicalismo do século vinte. A Música Moderna compreenderia apenas a música de vanguarda da segunda metade do século dezenove. E' uma posição justa, principalmente no que se refere à tonalidade. Entretanto, é muito discutível definir exatamente onde começa uma revolução musical. Por isso, uma distinção, em têrmos, do que certamente foram duas etapas de um movimento, iria na realidade, confundir mais do que esclarecer a situação.

Prefiro a definição popular de Música Moderna que, embora menos técnica, tem a vantagem de englobar tôdas as tendências precursoras ou revolucionárias da música, desde o fim do século dezenove até os nossos dias.

Mais importante que a definição é a extensão e a profundidade do movimento. Esta é mais uma razão por que não se deve firmar-se em uma definição muito limitada, passivel de êrro de interpretação histórica que só o futuro pode decidir. Assim, prefiro integrar a Música Moderna aos grandes acontecimentos sociais, precursores ou revolucionários, que vêm se processando desde o fim do século dezenove até hoje e que se caracteriza como uma luta contra a burguesia.

A Música Moderna luta contra a burguesia através de sua expressão típica: o romantismo. Colocado nêsses têrmos, o movimento inicia-se com alguns precursores nacionalistas, alguns neo-wagnerianos e mais precisamente com os impressionistas.

A reação ao romantismo foi possibilitada pelas suas próprias contradições. Essa música, que pretendia atingir um público cada vez maior, era fruto do mais exaltado individualismo. A expressão individual, apoiada a uma liberdade crescente quebraram as formas e dissolveram a harmonia. A destruição da tonalidade foi uma decorrência fatal.

No sentido harmônico, Wagner foi o precursor. Não há um único músico moderno que não tenha sofrido sua influência direta ou indireta. Bruckner, Mahler, Wolf, Strauss, Debussy, Schönberg, até o nosso Villa Lobos foram pós-wagnerianos, pelo menos no início de suas carreiras. Mas Wagner não foi um moderno. Sua música estava ainda envolvida da maior intensidade romântica. Foi um grande inovador individualista, um destruidor involuntário de seus próprios princípios. Esta destruição agravou-se com Richard Strauss. Dissonâncias mais atrevidas nunca tinham sido arriscadas, "Morte e Transfiguração", "Assim falou Zaratustra" assombrou o mundo com seu final em dois tons: si maior e dó menor. Strauss não teve escrúpulo em usar progressões harmônicas proibidas como quintas e oitavas e as incríveis sétimas paralelas. Acima de tudo, seu contraponto não levava em consideração relações dissonantes entre as partes que seguiam adiante a um fim desejado, em completa contradição com as regras ortodoxas da sintaxe.

A harmonia de Debussy, embora aparentemente menos agressiva, foi na realidade muito mais revolucionária. Porque Debussy, com sua escala de tonos inteiros destruiu o próprio sentido de tonalidade. Com Debussy e os impressionistas, o romantismo terminou de vez. Se Debussy foi o último romântico ou o primeiro moderno pouco importa. Mas depois de Debussy, o radicalismo musical iria atingir cada vez maiores extremos. Mas, além da harmonia, Debussy e os impressionistas deram uma sentido nôvo à música, onde forma, tom e estrutura perderam a delineação, o arrebatamento, o virtuosismo e tantas outras características românticas e burguesas.

O que restou de harmonia foi arrazado por Schönberg e seus seguidores, Hindemith, Alberg, Weber e outros.

Êsses homens compunham em uma escala de doze tons, que, como a escala de tons inteiros de Debussy, eliminava a tônica, existente desde o tempo dos gregos. Mais radicais ainda que Debussy, construiram acordes em quartas em vez dos acordes em terça, base de tôda a harmonia desde o século quatorze.

Mas a revolução não parou ou não encontrou a nova ordem. Se alguns compositores pesquisaram novas ou revisaram antigas formas, no movimento néo-clássico (na verdade uma espécie de expressionismo musical), como Stravinsky, Prokofieff Bartok e Villa Lobos, outros continuaram a destruição, agora dos próprios timbres, com a música concreta e eletrônica.

Assim a revolução da música moderna continua. A direção ninguém sabe qual é. Os músicos estão perplexos. A nova ordem não se estabelece. Nêsse impasse refugiam-se, como conspiradores sem massa, num hermetismo que não assusta mais ninguém. E transformaram-se, de anti-burgueses, em elites aristocráticas.

Creio que a única saída para a chamada música erudita será através da música popular. Esta é uma tendência que já se delinea. Mas só o futuro pode confirmar.

* * *

S.N.M.

Considero essencial, para a música brasileira, a criação do Serviço Nacional de Música. Sem possibilidades de defesa, criação, difusão e desenvolvimento, tanto a nossa música chamada erudita, como a folclórica e principlamente a popular estão condenados à morte, enquanto expressão autêntica do povo brasileiro. Se a música erudita no mundo inteiro está em crise, no Brasil ela está à beira da sepultura. O nosso riquíssimo folclore não terá utilidade enquanto separado do público pela distância ou pelos arquivos. A música popular, cada vez mais dominada pelo twist e sucedâneos, não tem como vencer a pressão todo-poderosa do cinema, televisão, rádio e principalmente das gravadoras. Caso não sejam tomadas providências muito sérias e urgentes, aconselho a todos os meus amigos compositores autênticos a mudarem de profissão ou mudarem de país.

teatro

Cleber Ribeiro Fernandes

A "INOPORTUNIDADE" DO TEATRO

Embora não seja um privilégio do teatro, nenhuma manifestação artística, nenhuma "celebração" traduzem melhor do que êle as disposições de uma coletividade. Os empresários escolhem um texto pensando sempre no público: ou em agradá-lo ou, hipotèticamente, em "melhorá-lo". Os atores e técnicos, ainda que à mercê da lei de oferta e procura, nem por isso se eximem da responsabilidade, aceitando ou recusando as imposições do mercado, da mesma forma que o público, diante de um espetáculo, comparece ou se ausenta — a sua maneira de pronunciar-se. Trata-se de um complexo, de intenções cuja estrutura, mesmo exposta rùsticamente, permite entrever as razões que fazem do momento teatral uma radiografia fiel do momento social. Caso exista alguma lógica nesta generalização, percorrendo o roteiro de nossos teatros neste mês de maio, temos que a população da Guanabara, aquela parte que se deixa refletir no público de teatro, não pode ter motivos para orgulhar-se de si própria.

Começando pelo gênero mais popular que entre nós, sempre foi o teatro musicado, a "revista" para sermos mais precisos, existe o fato indiscutível de que êle simplesmente desapareceu. Os palcos da Praça Tiradentes e similares estão vazios, há apenas uma "revista" em cartaz, cujo nivel lhe confere, com tôda justiça, a função de atestado de óbito oficial do gênero que pretende evocar. É verdade que os vestígios daqueles ingredientes que deliciavam tôda uma platéia de aficionados, heterogênea mas sempre compacta, ainda podem ser encontrados nas estações de televisão e — a iniciar, talvez, uma nova fase — nos auditórios dessas mesmas emissoras, o que, entretanto, não significa que a televisão tenha enterrado o teatro musicado. Talvez, isto sim, tenha propiciado o golpe de misericórdia, mas a decadência por todos advertida já se vinha processando há bastante tempo. A montagem

pois, aproxima-se a comemoração do IV Centenário desta cidade e não seria agora, após tantas obras que êste Governador anuncia como prontas, e, até então, altamente valorizadas pelos arquitetos da Guanabara, que o coroamento das mesmas e o planejamento para o futuro, devesse escapar às mãos dos valorosos profissionais cariocas".

IAB de Goiás. A Delegacia de Goiás **"acompanhando pelos jornais rumoroso caso contrato plano diretor Guanabara autêntico menosprezo arquitetos brasileiros que até aqui contribuiram eficazmente e seguros nossa realidade profissional vg donde ser sabida nossa influência e contribuição internacional em arquitetura e urbanismo pt colocamo-nos disposição colegas Guanabara a tomar defesa daquilo que representa nossos ideais e reivindicações.**

IAB — do Rio Grande do Sul. O Departamento do Rio Grande enviou ofício ao Governador do Estado da Guanabara, estranhando a assinatura do contrato com o escritório grego Doxiadis, visando a formulação de um programa a longo prazo de desenvolvimento urbano da Guanabara, e solicitando do Govêrno, a reconsideração da **"solução adotada para obter o planejamento, sem dúvida necessário, ao Estado da Guanabara, de modo a que nossos profissionais capazes e mais entrosaods no meio em que devem atuar, recebam a incumbência dessa tarefa, a qual temos absoluta certeza executarão de modo brilhante.**

Sindicato de Engenheiros do Rio de Janeiro: O eng. Luiz Santos Reis, presidente do **S.E.R.J.** hipotecou, por telegrama **"integral solidariedade campanha contra entrega urbanismo Rio firma estrangeira vg considerando-se também atingido agresão sofrida.**

Associações estudantis: A **"Executiva Nacional de Estudantes de Arquitetura e Urbanismos", o Diretório Acadêmico Atilio Correia Lima,** da Faculdade Nacional de Arquitetura, o **Conselho de Acadêmico da Escola Nacional de Engenharia,** assinaram notas de protesto e hipotecaram solidariedade na luta contra a contratação da Doxiadis Internacional Associados, liderado pelo Instituto de Arquitetos.

Ação do IAB-GB

A Comissão deignada pela Diretoria do **IAB-GB,** não tendo conseguido obter maiores detalhes sôbre o contrato, apresentou na reunião do dia 16/1/64 relatório das suas atividades onde tecia considerações sôbre aspectos do planejamento urbano no Brasil e a introdução de um escritório internacional de planejamento no País, e recomendou a Diretoria do **IAB-GB**, além da convocação da Assembléia Geral, que se mantivesse **"uma campanha esclarecedora do que representa como consequência para a cultura nacional a contratação da firma grega e que se divulgue de maneira clara e objetiva, ao alcance de todos os setores culturais os princípios básicos do planejamento e a sua importância para a coletividade. Recomendava, ainda, que "caso fracassem tôdas as tentativas de acôrdo, caso a intolerância, a prepotência, prevaleçam, é necesário que se tome o fato como lição e, com a cooperação de tôdas as camadas da população brasileira, se empreenda uma luta para impedir que fatos dessa natureza se multipliquem pelo Brasil afora, levando atrás de sí tôdas as decorrências de uma dependência cultural que julgávamos já coisa do passado.**

O Conselho Superior do IAB

O **IAB-GB,** imediatamente após a notícia da contratação da Doxiadis, percebendo até onde poderiam ir as consequências do ato do Govêrno do Estado da Guanabara, e concluindo, que o fato extravasava o âmbito de interêsse do Depatramento, comunicou o fato oficialmente à Diretoria do Conselho Superior do **IAB,** que o convocou para uma reunião conjunta.

O vice-presidente do **IAB,** arquiteto Jorge Moreira, em contrato com o Gabinete do Governador do Estado, conseguiu que fôsse remetida ao **IAB** uma cópia do contrato assinado com a Doxiadis. Na reunião conjunta das duas diretorias, do Conselho Superior e do **IAB-GB,** realizada em 21-1-64, foi dado conhecimento do conteúdo do contrato e emitida uma nota, na qual as duas diretorias concluiam **"inicialmente que o mesmo (contrato) está em discordância com os princípios básicos que o IAB defende intransigentemente e deliberaram que o IAB-GB estude minuciosamente o referido documento a fim de que, em nova reunião conjunta das duas diretorias, sejam afixadas as alterações julgadas indispensáveis para permitirem a colaboração do Instituto de Arquitetos do Brasil com o Govêrno do Estado, na elaboração de um Plano Diretor para o Estado da Guanabara.**

Assembléia Geral do IAB-GB

Instalada no dia 23-1-64 declarou-se em assembléia permanente até que a Comissão — nomeada pela Diretoria do IAB-GB, de acôrdo com a decisão tomada juntamente com o Conselho Superior, e por ela uma ampliada — concluisse os estudos sôbre o contrato. A Assembléia Geral emitiu uma nota na qual decidia, após conhecer os têrmos do instrumento firmado pelo Govêrno Estadual:

"1 — **Levar ao conhecimento dos profissionais interessados em problemas de planejamento e à população carioca os têrmos do contrato.**

2 — **Repudiar o ato do Govêrno Estadual por considerá-lo incompatível com o nosso estágio de desenvolvimento técnico e atentatório à cultura brasileira**

3 — **Nomear uma comissão para prestar amplos esclarecimentos sôbre o referido contrato e a posição assumida pelos arquitetos."**

ARQUITETURA, pretende no próximo número trazer aos seus leitores a continuação do "caso Doxiadis", em maiores detalhes, apresentando manifestações pessoais de inúmeros arquitetos e de outros profissionais ligados ao planejamento, e que bem representam a intensa e negativa repercussão do ato do Govêrno do Estado da Guanabara.



GIANFRANCO

Reprodução de obras antigas e modernas

* **murais**
* **armários**
* **biombos**

Colocação em:

Rua Hilário de Gouvea, 66 S.L. 210
rec./tel. 37-5857 (esq. Av. Copacabana)

Serraria Santana Ltda.

COMPENSADOS EM GERAL

DURATEX — FORMIPLAC E EUCATEX

MADEIRAS E MATERIAIS

PARA

MARCENARIAS E CONSTRUÇÕES

28 ANOS DE

TRADIÇÃO E

BONS SERVIÇOS

Rua Santana, 149/151 — Telefone
Rio de Janeiro — 23 - 6131

de "My Fair Lady", ressuscitando o gênero por instantes, veio apenas confirmar a necessidade de uma renovação, sob pena de um colapso definitivo. Não houve a reação, o público, envolvido por sua vez na espiral inflacionária, economizou no preço do ingresso com vistas à prestação do televisor. Resultado: o hábito de "revista", que servia inclusive para comemorar as datas familiares da classe média, foi substituído pelo ambiente melancólico de uma sala à meia luz, que evidencia ao espectador sua expulsão do convida social. Não resta nenhuma dúvida de que, especulações estéticas à parte, estamos ficando cada vez mais tristes.

Enquanto isso, às platéias do "teatro declamado", tirou-se, aos poucos, a possibilidade de escolher. O preço dos ingressos tornou-se extorsivo, alijando dos teatros os que vivem de modestas rendas fixas — a maioria sempre crescente. Por outro lado, aquêles que não dispondo do suficiente para a consumação de uma "boite", mas ainda assim aptos a elaborarem um "programa" semanal, não encontraram nenhum incentivo para repetir a dose teatral do mês, já que todos os cartazes se equivalem, já que a maioria dos teatros oferece a **mesma comédia,** picante e bem vestida, baseando suas tentativas humorísticas no "nonsense" invariàvelmente distanciado de sua equipagem sensorial e psicológica. A comunhão entre palco e platéia eventualmente se efetiva, é verdade, mas até o espectador menos atento termina por se dar conta de que o incômodo de "ir ao teatro" já não é compensado nem mesmo por um passatempo excepcional. Êle reconhece no palco as fórmulas esquemáticas que presidem às situações e os personagens, o que predispõe a um certo agrado. Mas de tanto deslizar na superfície, o desinterêsse se impõe, não havendo como evitar a frustração. Os especialistas afirmam que o público gosta cada vez menos de "pensar". O argumento é ponderável tanto mais porque o progressivo alheiamento pode ser identificado sem muito esfôrço inclusive em setores mais imediatamente significantes que o teatro. Mas, então, que aquêles que são pagos para "pensar pelo público" dêm-se ao trabalho de variar o estoque.

Até o proprietário de uma casa de refeições a preço fixo, no seu repúdio pelas sutilezas, conhece esta necessidade básica da clientela. Na maioria dos palcos do Rio de Janeiro nada existe, no momento, que o espectador já não tenha visto e revisto, podendo logo às primeiras cenas de cada peça, e sem a ajuda de qualquer bola de cristal, prever não só o desfêcho da intriga mas sobretudo o mecanismo das gargalhadas. Até truques de Agatha Christie, depois da enxurrada de policiais impingida nos últimos tempos, estão mais do que "manjados".

Duas excessões confirmam a regra. Não pelo contraste que, porventura ofereçam, mas porque, por outros caminhos, nos levam à mesma conclusão. São elas "O Inoportuno" e "Antígona".

Esta última foi montada no Rio e em São Paulo nos áureos tempos do T.B.C. Na época, a geração que hoje constitui a maioria do público entrava nos seus primeiros contactos com o que de melhor se fazia nos palcos internacionais. A peça de Jean Anouilh chegou-nos através de um espetáculo impecável, com Cacilda Becker, então nosso único "monstro sagrado" em disponibilidade, numa de suas melhores interpretações. A feliz atualização do mito grego, o clima poético (hoje deteriorado a ponto de nos parecer pseudo-poético) evocado pelo autor, a emoção decorrente da própria estrutura da trama, corretamente captada pelo elenco, tudo isto sensibilizou o público que, no entanto, não dispunha da vivência histórica que transformou a peça, lançada durante a ocupação da França pelos nazistas, num símbolo de resistência patriótica. Desta feita, os fatos emprestam ao espetáculo, visìvelmente inferior ao do T.B.C., a dimensão que a êste faltara. No momento, qualquer repertório que desejasse capitalizar a opinião pública mais lúcida teria que optar entre "Antígona", "As feiticeiras de Salem", de Arthur Miller, "As môscas", de Sartre ou "Os rinocerontes", de Ionesco. Como, porém, "Antígona" é, dentre estas, a peça de montagem mais fácil, o diretor Antônio de Cabo, responsável pela maioria dos espetáculos digestivos que tão bem caracterizam o desgaste de nosso panorama teatral, preferiu o texto de Anouilh. O apôio à iniciativa é hoje, para nós, como o foi para os franceses nos idos de quarenta, uma obrigação, mas o oportunismo (não a oportunidade) nos impõe uma incontornável restrição mental.

"O Inoportuno", espetáculo importado de São Paulo, merecia um comentário à parte dos suas características excepcionais. Acontece, porém, que também estas nos conduzem à mesma amargura. A iniciativa do grupo "Decisão" pretende opor-se conscientemente à leviandade vigente. Trata-se de uma experiência ambiciosa, é flagrante o apuro de todos os seus elementos: as últimas conseqüências de cada pesquiza não se deixaram neutralizar por qualquer espécie de temor. A escolha do texto é, porém, sintomática. A peça de Harold Pinter pertence àquele gênero, cultivado por Ionesco e Samuel Beckett, cuja intenção e realização estabelecem uma contradição insclúvel. O autor tenta surpreender seus personagens numa situação absolutamente cotidiana, dando-nos a entender que tal situação representa a média da condição humana ou, em todo caso, sua expressão mais encontradiça em todos os niveis sociais: a generosidade é uma loucura; a gratuitade, quase sempre cruel, esta sim, conduz às realizações; entre uma e outra, a necessidade de uma constante adaptação, não como dado de um plano racional, mas como imposição visceral. Após tais conclusões, nenhuma possibilidade de romper o circulo vicioso é sequer sugerida. Se é assim, nada justifica qualquer esfôrço, muito menos o empregado na concepção de um texto escorreito como "O Inoportuno" ou o da equipe responsável pelo alto nível do espetáculo. Se nada vale nada e, por uma questão de sobrevivência econômica, os profissionais precisam da atividade teatral, que importa que um espetáculo seja bom ou mal, gratuito ou significativo? Se nosso destino é repetir os esgares de Davis, o melhor então é darmos por encerrada tôda e qualquer pretensão altruista, sob pena de nos afogarmos na baba do louco.

Um comentário superficial como êste não pode pretender nenhuma conclusão definitiva. De qualquer modo, se o período que estamos atravessando não fôr apenas um anti-fato, capaz de gerar uma fase positiva, seria o caso dos profissionais que um dia pensaram em fazer do teatro algo mais do que um meio (insatisfatório) de ganhar o pão de cada dia, especularem sem complacência se o teatro, afinal, ainda tem direito a um lugar neste século, tal como nos foi entregue para vivê-lo.

Norma brasileira de desenho de arquitetura

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) preparou um anteprojeto de norma de desenho de arquitetura. A iniciativa é, sob todos os aspectos, das mais louváveis. Dada a sua importância para os profissionais brasileiros de arquitetura transcrevemos o anteprojeto de normas elaborado pela ABNT, a fim de que os arquitetos o conheçam e possam depois de analisá-lo e estudá-lo, fazer as sugestões porventura cabíveis e capazes de aprimorá-lo e melhorá-lo.

O IAB está estudando o anteprojeto de norma, havendo designado para este fim um Grupo de Trabalho. Os arquitetos que tenham sugestões a apresentar deverão encaminhá-las ao IAB, a fim de que o Grupo de Trabalho possa incluí-las no relatório que o órgão da classe encaminhará à ABNT.

O Engenheiro Paulo Sá, Secretário Geral da ABNT, está empenhado, no momento, não só em promover os estudos finais para a aprovação da norma de desenho de arquitetura como também em rever a de desenho técnico.

ANTEPROJETO DE NORMA DE EXECUÇÃO DE DESENHO DE ARQUITETURA

CAPÍTULO I

Generalidades

Objetivo

Art. 1 — Esta Norma recomenda as condições particulares que devem ser observadas na execução dos desenhos de arquitetura e construção. As condições gerais e os significados dos têrmos empregados são os fixados pela NB-8, "Norma Geral de Desenho Técnico".

Art. 2 — A prescrições nela contidas visam obter um desenho suficientemente claro e de execução simplificada; assim não há restrições para maiores detalhes do que os recomendados nesta norma.

CAPÍTULO II

Formatos

Art. 3 — Serão empregados o formato A4 (210 x 297) e os formatos consecutivos obtidos pela conjugação de formatos A4.

Art. 4 — Os diversos formatos serão indicados pelos símbolos constantes da tabela seguinte em que o primeiro número se refere à largura e o segundo à altura, indicando os mesmos quantas vêzes a dimensão respectiva do formato básico participa do formato considerado.

Símbolo	Formato
1 x 1	210 x 297
2 x 1	420 x 297
3 x 1	630 x 297
4 x 1	840 x 297
etc.	
1 x 2	210 x 594
2 x 2	420 x 594
3 x 2	630 x 594
4 x 2	840 x 594
etc.	
1 x 3	210 x 891
2 x 3	420 x 891
3 x 3	630 x 891
4 x 3	840 x 891

CAPÍTULO III

Cortes e Superfícies Cortadas

Art. 5 — O sentido de observação do corte poderá ser dado, quando necessário, por duas letras colocadas a primeira no início e a segunda no término da linha de corte.

Assim os cortes AB e BA serão observados em sentidos opostos.

Art. 6 — Quando o corte fôr determinado por um plano único êste será indicado fora da planta.

Art. 7 — Quando o corte fôr determinado por mais de um plano serão marcadas dentro da planta as mudanças de plano.

At. 8 — As superfícies cortadas, de um mesmo material, serão sempre indicadas de maneira idêntica. Quando hachuradas, as hachuras terão a mesma inclinação: afastamento e espessura (Fig. 2).

Art. 9 — Quando, entretanto, houver várias superfícies contínuas da mesma natureza, deverão variar a direção das hachuras a fim de destacar cada elemento e a ligação entre os mesmos.

Art. 10 — Nas superfícies pequenas e outras para as quais se queira chamar particularmente a atenção, as hachuras poderão ser substituídas por uma côr única. Neste caso a separação das peças será feita por uma linha de luz (Fig. 3).

Art. 11 — As peças cortadas serão representadas como indicado na figura 4.

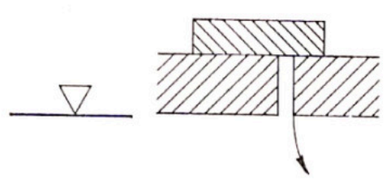
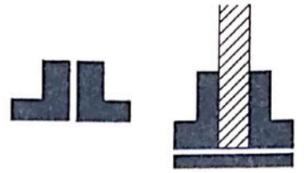
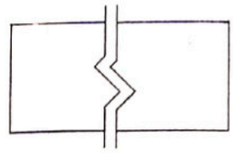
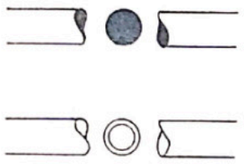

FIG. 1

FIG. 2


FIG. 3


FIG. 4


FIG. 5

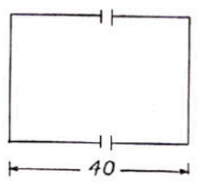


FIG. 6

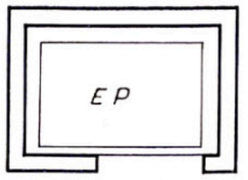
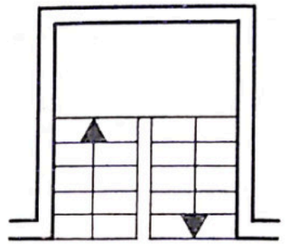
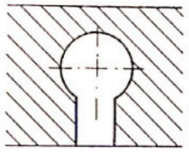
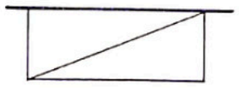
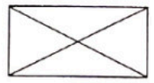


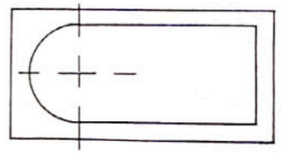
FIG. 7

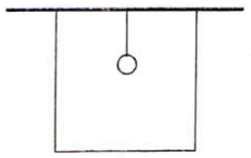

FIG. 8

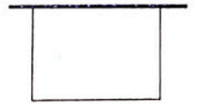

FIG. 9

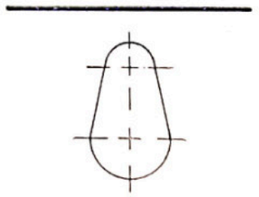

FIG. 10

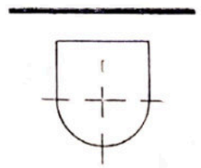

FIG. 11

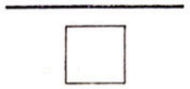

FIG 12


FIG. 13


FIG. 14


FIG 15


FIG. 16


FIG. 17

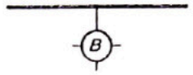
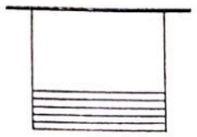


FIG. 18


FIG. 19


FIG. 20

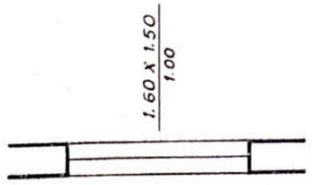


FIG. 21

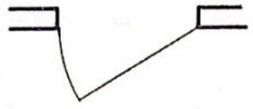

FIG. 22


FIG. 23

Art. 12 — Nos corpos cilíndricos maciços ou ôcos a ruptura será representada como indicado na figura 5.

Art. 13 — Quando uma peça fôr representada por suas linhas de contôrno, para interrompê-la basta fazê-lo nas referidas linhas, com pequenos traços normais devendo a linha de cota ser contínua (Fig. 6).

CAPÍTULO IV

Linhas

Art. 14 — A natureza, a escala e o tipo de apresentação do desenho determinarão a espessura das linhas a serem utilizadas

Art. 15 — Nos desenhos, coisas da mesma espécie deverão ser representadas por linhas do mesmo tipo, côr e espessura de traço.

CAPÍTULO V

Dimensionamento

Art. 16 — Os desenhos normalmente devem ser cotados em metros, com duas casas decimais. Sempre que as cotas fôrem inferiores ao metro serão representadas simplesmente pelo número de centímetros. Assim:

12,00 — dôze metros

14,30 = quatorze metros e trinta centímetros

25 = vinte e cinco centímetros

10 — dez centímetros.

Art. 17 — Quando necessário uma cota com aproximação de milímetros êstes serão representados por algarismos menores que os da cota, colocados em nível mais elevado que o desta. Assim:

0^{5} = cinco milímetros

7.8^{2} = sete metros, oito centímetros e dois milímetros.

Art. 18 — As áreas nas plantas serão indicadas com êrro inferiores a dm^2...

Art. 19 — Cada dimensão só será cotada uma vez. As cotas serão colocadas externamente ao desenho, salvo quando para maior clareza, fôr julgado conveniente cotar internamente.

Art. 20 — Os pontos de intersecção das linhas de cota com as de extensão ou as do próprio elemento cotado, serão marcados por pequenos traços a 45º, sempre que houver conveniência.

Art. 21 — Deve-se fazer referência em todo o desenho ao critério adotado para cotá-lo: se em ôsso ou acabado.

Art. 22 — As cotas dos vãos devem ser indicadas sob a forma de fração colocando-se no numerador a largura seguida do sinal X e da altura e no denominador a altura do parapeito (Fig. 21).

Art. 23 — Cada pavimento terá a cota altimétrica referida a um RN geral, escrita na forma indicada na fig. 1.

O nível dêste pavimento (7,50 m no exemplo citado) será um nôvo RN para todos os seus elementos.

Art. 24 — As cotas de nível, elementos de cada pavimento serão inscritas dentro de um círculo, precedida de um sinal (mais) ou (menos) se estiver acima ou abaixo do RN do referido pavimento. Exemplo:

$+5$ $\qquad$ -5

Art. 25 — As cotas que representarem medidas aproximadas devem ser escritas entre parênteses.

CAPÍTULO VI

Letras e Anotações

Art. 26 — Nos desenhos, coisas da mesma espécie, deverão ser designados por um mesmo tipo de letra.

Art. 27 — Os nomes das peças poderão ser escritos por extenso ou abreviadamente como indicado no Capítulo VII.

Art. 28 — Os nomes das peças e respectivas áreas serão, sempre que possível, escritos no canto superior esquerdo.

CAPÍTULO VII

Convenções, Abreviações e Indicações

Art. 29 — Serão adotadas as seguintes convenções para a representação dos elementos de um projeto:

a) **Elementos arquitetônicos**

Elevadores — dentro de desenho as iniciais indicadoras da finalidade — EP, ES, MP, MC. (Fig. 8.)
Tubo de lixo — (Fig. 9)
Armários — (Fig. 10)
Tubos ou parte vasada — (Fig. 11)
Banheira — as linhas interrompidas apenas indicam a construção (Fig. 12)
Chuveiro com ralo — (Fig. 13)
Lavatório — (Fig. 14)
Bidê — as linhas interrompidas apenas indicam a construção (Fig. 15)
Bacia sanitária — (Fig. 16)
Aquecedor — (Fig. 17)
Bebedouro — (Fig. 18)
Fogão — (Fig. 19)
Tanque — (Fig. 20)

b) **Representação de vãos**

janelas — serão representadas por um traço singelo (Fig. 21)

Portas — quando ligando peças do mesmo nível serão representadas sem traço, com indicação do sentido da abertura; **sem esta o vão não terá esquadrias** — (Fig. 22)

— quando as peças ligadas tiverem níveis diferentes será colocado um traço do lado do nível mais baixo (Fig. 23)

c) **Alvenaria de tijolo**

Alvenaria atingindo o teto: será representada com traço forte.
Alvenaria sem atingir o teto: será representada com traço leve, sempre com indicação da altura, na forma: h=
Concreto armado ou simples: as faces do pilar que permaneram no mesmo plano serão indicadas com traço reforçado.

d) **Convenções cromáticas**

A construir: Vermelho ou em branco.
Existente: Preto.
A demolir: Amarelo ou em branco, contôrno tracejado.

e) **Abreviações**

B — banheiro
BB — biblioteca
C — cozinha
Cp — copa
E — entrada
ES — escritório
G — garagem
H — hall
L — loja
N — nook
Q — quarto
QC — quarto de costura
QE — quarto de empregada
R — rouparia
SE — sala de estar
SC — sala comum
SL — sobreloja
SJ — sala de jantar
SS — subsolo
SV — sala de visitas
T — terraço
V — varanda
WC — water closet.

Art. 30 — A indicação dos diversos tipos de esquadrias será feita na ordem natural dos números inteiros, um para cada tipo de esquadria. O número indicativo de cada tipo será inscrito:

a) em uma circunferência, para as esquadrias de madeira;

b) em duas circunferências concêntricas, para as esquadrias metálicas.

DESTAQUE



MAURÍCIO DIAS DA SILVA

Tràgicamente, em desastre de automóvel ocorrido no dia 27/V/64, próximo a Campina Grande, na Paraíba, morreu o arquiteto Maurício Dias da Silva.

ARQUITETURA lamenta profundamente o prematuro desaparecimento de Maurício Dias. Com a sua morte o **IAB-GB** perde um elemento entusiasta, combativo e amigo. Uma perda difícil de reparar.

Formado em 1952, Maurício Dias, integrava, como diretor, a atual Comissão Diretora do **IAB-GB.** Na gestão anterior ocupara o cargo de 1.º Secretário.

Maurício nasceu em 1926, 11 de Janeiro, e iniciou sua formação profissional, antes mesmo de entrar para a Escola, no escritório dos Irmãos Roberto (1945-47). Durante o curso e logo depois de formado trabalhou com os arquitetos Renato Soeiro, Renato Mesquita, Jorge Ferreira e Tomaz Estrela, e viajou pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Chile (1947-1951).

Grande parte de sua vida profissional foi dedicada à colaboração com o **DHAPN,** na restauração e adaptação de monumentos de nossa arquitetura colonial. Neste campo, projetou a ampliação e o agenciamento do Museu das Missões de São Miguel; estudou a restauração da igreja de N.S. da Conceição do Viamão e respectiva Casa Paroquial, no Rio Grande do Sul. Orientou o final da restauração da Casa de Câmara e Cadeia de Laguna, em Santa Catarinta. Estudou a restauração e adaptação das Fazendas União, (Mimoso do Sul) e a do Padre Correia (Correias) ambas no Estado do Rio e dirigiu as obras de recuperação e restauração da cidade de Ouro Preto.

Integrou a equipe que sob a orientação de Lúcio Costa desenvolveu o Plano Pilôto de Brasília. Ainda com o arquiteto Lúcio Costa, desenvolveu e e orientou a construção de residência na Fazenda Manga Larga, no Estado do Rio.

Entre os seus projetos destacam-se residências, clubes recreativos, escolas, as capelas do cemitério de Brasília, e um estudo para a urbanização da Praia de Gaeca, São Sebastião, em São Paulo. Estudou com o médico Bandeira de Melo a planificação do sistema hospitalar de Brasília.

Maurício Dias era membro do **INCOM** e fez viagem de estudos percorrendo vários países da Europa e da África do Norte. Durante sua estada no continente europeu trabalhou na seção de arquitetura da fábrica de casas pré-fabricadas da Cooperativa HSB-BORO, na Suécia, participou do Curso de Verão do **CIAM** em Veneza e do 9.º Congresso **CIAM** em Aix-En-Provence (1952-1953).

MNB

DEPOIMENTOS SÔBRE ARQUITETURA

Da revista da U.I.A. (fevereiro — 1964, n.º 25) transcrevemos mais dois depoimentos sôbre arquitetura. Tanto nestes quanto nos publicados no número anterior nota-se que a preocupação principal dos autores liga-se a algo que, à primeira vista, parece exterior ou estranho à arquitetura. De fato, nenhum dêles parece preocupado com qualquer obra arquitetônica específica. Atribuem todos, por outro lado, uma considerável importância ao planejamento urbano. O fato se para alguns não chega a ser novidade, para muitos, principalmente para os não arquitetos, é de certa forma inusitado. Acostumou-se, aqui, a ver-se a arquitetura — quando ela o chegar ser — como uma obra que vale exclusivamente por si, isto é, que tem o mesmo valor de uma escultura.

A inserção do obra arquitetônica no contexto urbano e suas implicações — plásticas, volumétricas, sociais, econômicas ou culturais — não são pensadas ou simplesmente vistas. Entretanto, como frisa Giedon, até o ano dois mil, para atender ao crescimento urbano, que é da ordem de 4%, seria necessário, neste período de 40 anos, construir mais do que tudo o que foi construído desde o início de nossa época até agora.

Normalmente, quando se fala em construir habitações, pensa-se sòmente no aspecto prático de levantar um determinado número de casas. Esta perspectiva induz a erros consideráveis. Um grupo de residências, qualquer que êle seja, exige muito mais do que o simples ato de levantar paredes e cobrí-las com um teto. Na maioria das vêzes, êste grupo de casas será implantado em terreno urbano e irá se constituir numa parcela da cidade. O simples considerar assim já dá uma outra dimensão ao problema, provocando o aparecimento de ilações importantíssimas. Umas, próprias da unidade em si, outras, relacionadas com o meio urbano existente: Um sistema vário deixará articular-se para proporcionar a circulação e as ligações da unidade com todo; o abastecimento deverá ser previsto; os serviços públicos (água, luz, esgotos) serão instalados e um mínimo de equipamento social (escolas, centro médico, diversões, etc.) é indipensável. Se considerarmos que as cidades tornam-se através da organização (e não meramente da agregação) de unidades de habitação, compreenderemos que o priblema maior e mais imediato não está na tarefa de construir estas unidades e sim no fato de que devemos construí-las sim, porém sem perder de vista o organismo que ela vai constituir: a aglomeração humana, o núcleo urbano, a cidade.

Os arquitetos brasileiros, as autoridades responsáveis pelos programas de habitação e as autoridades municipais não podem continuar esquecendo êstes aspectos. As nossas cidades — grandes e pequenas — já foram suficientemente sacrificadas pelas omissão e pela ausência de planejamento. Êstes fatos não são exclusivamente nossos, têm dimensão universal — e disto os depoimentos transcritos são uma prova — mas, com pesar notamos o quanto êles têm sido negligenciados entre nós.

GIEDON: Continuidade e evolução da vocação do arquiteto

Extratos de uma conferência de S. Giedon.

As variações que regem a posição do arquiteto não são um fenômeno

nôvo. O que, ao contrário, é nôvo, é a importância e a complexidade dos problemas que êle e a humanidade devem enfrentar. Mencionando apenas um dêles: a explosão demográfica poderá atingir o número de 6 a 7 bilhões de indivíduos no ano 2.000.

O acréscimo de população nas aglomerações urbanas é de 4%. Êste acréscimo implica em que, nos 40 próximos anos, o número de construções urbanas a serem levantadas seja superior a soma de tôdas as já construídas desde o início da história humana até nossos dias.

As condições de trabalho do arquiteto são sempre variáveis. O fator imaginação, entretanto, permanece sempre essencial. A missão do arquiteto não difere da de outros "criadores de emoções": escultores, pintores, poetas e músicos.

A visão universal sem a qual a imaginação não pode florescer, começou a desaparecer em fins do século XIX. Schopenhauer escreveu em 1813 que "a faculdade de abstração divide as representações globais nas suas componentes, para as pensar isoladamente". Êste ponto de vista é o "leitmotiv" do século XIX. Hoje, êle constitui o principal obstáculo às soluções do problema do mundo que, forçosamente, transforma-se num mundo de acontecimentos correlatos.

Para reencontrar uma visão universal é preciso recriarmos um aspecto fundamental da vocação do arquiteto e retornarmos à consciência global dos problemas arquitetônicos. A partir do século XIX passamos a cultivar um tipo de especialista confinado em seu próprio ofício, sem levar em consideração o lugar que deveria ocupar no problema como um todo.

Êste género de especialista deve desaparecer. A atitude espiritual que preside tôdas as pesquisas, deve integrar cada problema particular em uma concepção universal da vida; aí está o segredo de tôda a cultura.

Nas primeiras civilizações, a liberdade de imaginação era freiada pelos rituais e por preciosos programas arquitetônicos. As dificuldades com que nos defrontamos hoje são devidas a um fenômeno de sentido inverso: a imaginação pode se desenvolver em todos os ritmos e em tôdas as direções concebíveis. Nós fomos ultrapassados por nossas possibilidades.

Nos dias de hoje, os transtornos enormes que devem ser enfrentados pela humanidade tomaram o primeiro lugar. A saturação demográfica nos ameaça. Tornamo-nos supernervosos Sucumbimos sob o impacto da técnica, o automóvel entre outras. Hoje, nos agarramos às estatísticas para buscar conselho e orientação. Mas, as estatísticas não diferem das flutuações da Bolsa, que têm raízes psicológicas.

Um outro elemento não deve ser perdido de vista: a indispensável visão dos acontecimentos futuros, violentamente defendida por Kandinsky. Estamos, sem nenhuma dúvida, na presença de capitais inovações as quais cumpre-nos a tarefa de resolver. Êste conceito de evolução diminuiu a nossa perspectiva universal a um ponto tal que nossos arquitetos não podem mais apresentar projetos que não sejam concebidos em função de mudanças ulteriores. Esta não é senão uma aberração passageira.

Nossa época não é sòmente a época das mutações espantosas, mas, também, a de uma tendência que pode se comprovar mais segura que qualquer das profecias estatísticas; a tendência de que a ambição do artista desde o início dêste nosso século consiste no despertar dos valores latentes da alma humana e a prova de que "tôdas as idades são contemporâneas"

O futuro da vocação do arquiteto repousa, em grande parte, nas mãos da futura geração. As oportunidades que ela terá para defender a integridade de sua ética profissional constitui, a nosso ver, um problema de grande importância.

O papel da futura geração é inteiramente diverso do desempenho pelas que lhes precederam. Sua tarefa será a de forjar as novas formas de expressão.

Hoje não há mais uma revolução a fazer contra a opinião pública. O risco é ser excluído dos problemas globais de arquitetura e de planejamento territorial.

—●—

NEUTRA: Arquitetura e biologia

Extratos de uma conferência

Os arquitetos, os planejadores urbanos, que fornecem o meio tangível para as atividades dos homens, têm efetivamente as rédeas dos destinos da espécie humana em suas mãos, e representam, de certa maneira, o indivíduo que se opõe à estandartização e a monotonia que dela decorre. E' o arquiteto que deve, sempre, preestabelecer o meio ambiente geral, com suficiente flexibilidade para o enriquecimento do indivíduo.

A idéia de Darwin de que o indivíduo está em conflito com os outros, e a da luta de todos contra todo o mundo é uma opinião ultrapassada do século XIX.

O indivíduo se fortalece quando serve de estímulo ao seu meio ambiente, quando pode mover-se em um meio que se relaciona a êle, quando se sente, êle próprio, estimulado por êste meio e age de forma vital em seus limites.

O arquiteto pode contribuir para esta vitalidade individual ou, pelo contrário, enfraquecê-la.

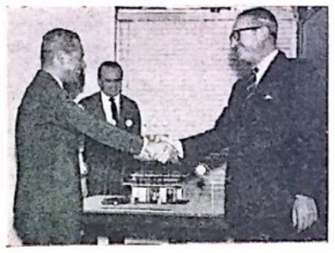
O indivíduo vive sempre em virtude de sua auto-identificação, mas são sobretudo os sêres humanos conscientes de si mesmos que sentem mais profundamente a necessidade de tal identificação. Nós nos comunicamos com os outros por meios de sons, pelas formas sensoriais, as côres e sua intensidade. E, tal como o nosso meio de sêres humanos, o arquiteto elabora também formas sensoriais, côres e imagens.

A comunicação individual é feita por intermédio de meios de estímulos dados e recebidos. A relação arquiteto-consumidor, seu cliente, é muito semelhante. O cliente será estimulado durante tôda sua vida pelo projeto do arquiteto.

Os efeitos menos importantes são os que se tornam, por acumulação, os mais perigosos. Não se pode conceber o arquiteto elaborando um projeto de edifício no qual o ocupante não entrará senão para morrer no mesmo instante. Êle terá um sofrimento lento, às vêzes inconsciente que o fará perecer lentamente, após um longo período de amortecimento. Trata-se de uma cruel acumulação de ínfimas impressões sensoriais; a perda de radiações contra uma parede feita de materiais não apropriados, ou o rádio do vizinho que se deita tarde e que ouve perniciosos programas, ou ainda o ruído dos vizinhos do andar de cima que parecem nunca tirar os sapatos.

O arquiteto planejador deverá se converter num especialista em biologia aplicada para satisfazer seus consumidores do futuro, da mesma forma que a indústria farmacêutica, através de uma imensa equipe de cientistas, se preocupa com a saúde do homem. A produção destinada a abrigar as atividades dos homens deverá ser protegida por métodos atuais e meticulosos. Aqui é que deve nascer a verdadeira inspiração, mais profunda e durável que as noções efêmeras, por mais atraentes que elas possam ser momentâneamente.

SHELL DÁ PRÊMIO



A Shell do Brasil S.A. (Petróleo) decidiu associar-se ao **IAB-GB**, na Premiação Anual, conferindo, anualmente, um prêmio em dinheiro ao arquiteto vencedor na categoria A-3 — PROJETO DE EDIFÍCIO PARA FINS COMERCIAIS.

A Premiação Anual do Instituto de Arquitetos é honorífica, mas, sua regulamentação prevê a hipótese de firmas comerciais ou industriais se associarem ao **IAB**, dotando as diversas categorias da premiação com recompensas em dinheiro.

Na Premiação Anual do **IAB-GB**, 1963, o contemplado com o Prêmio Shell foi o arquiteto Ulysses Burlamaqui que aparece na foto recebendo-o das mãos do Sr. G.W. Niblett, da diretoria da Shell, na presença de outros diretores da emprêsa e do arquiteto Maurício Roberto, presidente do **IAB-GB**.

—●—

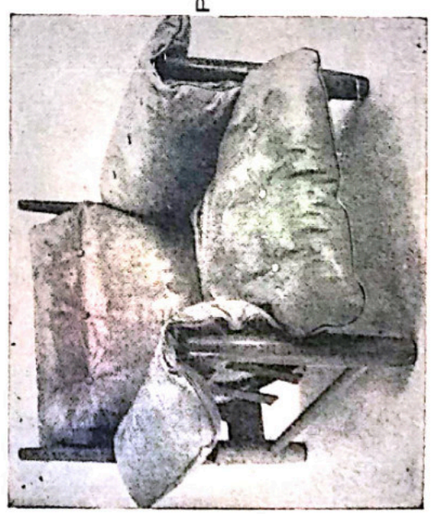
NOVA HONRARIA PARA OSCAR NIEMEYER VINDA DO EXTERIOR

Oscar Niemeyer voltou a ser distinguido por duas instituições estrangeiras, desta feita norte-americanas. Foi eleito membro-honorário da "American Academy de Letters" e do "National Institute of Arts and Letters". É êle um dos poucos artistas estrangeiros alvos de tão elevada honraria, que é destinada "aquêles que prestem contribuição incomum nos campos das letras e das artes, nos Estados Unidos ou noutros países".

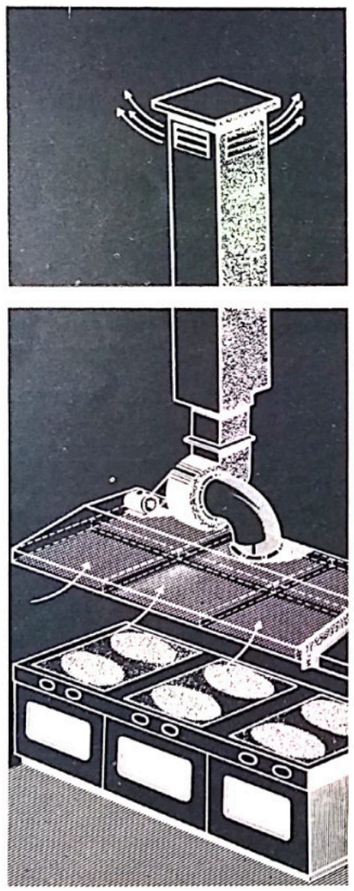
Oscar que se encontra atualmente em Tel-Aviv, projetando a convite do Govêrno de Israel, foi recentemente demitido de suas funções de Coordenador do Curso de Arquitetura da Universidade de Brasília.

A.L.B.

sigla que representa
PRESTIGIO INTERNACIONAL EM EQUIPAMENTO DE INTERIORES
PRIMEIRO PRÊMIO IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE MOBILIÁRIO — ITÁLIA 1961 CRIAÇÃO ARQ. SERGIO RODRIGUES
oca arquitetura interiores s.a.
RUA MARQUÊS DE S. VICENTE, 52 - GÁVEA
2º COM INDUSTRIAL ELEVADOR DO OCA
POLTRONA



resolva o seu problema!

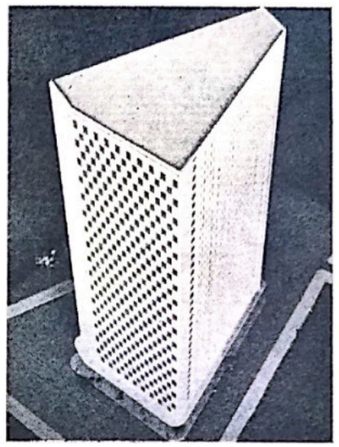


ZAULI executa as melhores instalações para exaustão de fumaça e vapores nas cozinhas com retenção das gorduras

ZAULI S.A.

ventiladores para indústria • ar condicionado • refrigeração

SÃO PAULO - RIO - BELO HORIZONTE



Edifício "Rodolpho de Paoli" Nova expressão da arquitetura brasileira

Funcionalidade e estética que proporcionarão um ambiente de tranqüilidade ao trabalho em todo o prédio, foram as preocupações dos arquitetos Marcello de Paoli e Mário A.F. Silva na elaboração do projeto do edifício "Rodolfo de Paoli", de 36 andares e todo em estrutura metálica, que começa a ser erguido na avenida Rio Branco.

Partindo de um terreno em forma triangular, que possibilitará o prolongamento da avenida Nilo Peçanha, os arquitetos procuraram evitar ao máximo as salas não retangulares e criaram a área de circulação vertical interna localizada no centro do triângulo, com apreciável sentido de equidistância para as salas e menor circulação horizontal nos pavimentos .

O edifício terá três frentes, uma para a avenida Rio Branco, a segunda para a rua da Assembléia e a última para o futuro prolongamento da Avenida Nilo Peçanha, a ser aberto com a conclusão do "Rodolpho De Paoli". Cada fachada terá um tratamento estético diferente, proporcionando o microclima desejado no interior do prédio.

O "hall" principal, no pavimento térreo, com cêrca de 14 metros de fachada, dará acesso cômodo aos 15 elevadores sociais, projetados de modo a atender com folga às necessidades do funcionamento do prédio, todo distribuido em grupos de uma a sete salas.

Grupos de salas

A ordenação adotada na planta de pavimento tipo, proporcionou a necessária variedade de tamanho para os escritórios, obtendo-se 39 salas para 18 conjuntos, assim distribuídos:

a) — Vestíbulo — 1 sala, 1 sanitário;

b) — Vestíbulo — 2 salas, 2 sanitários;

c) — Vestíbulo — 3 salas, 3 sanitários;

d) — Vestíbulo — 4 salas, 3 sanitários;

e) — Vestíbulo — 7 salas, 5 sanitários.

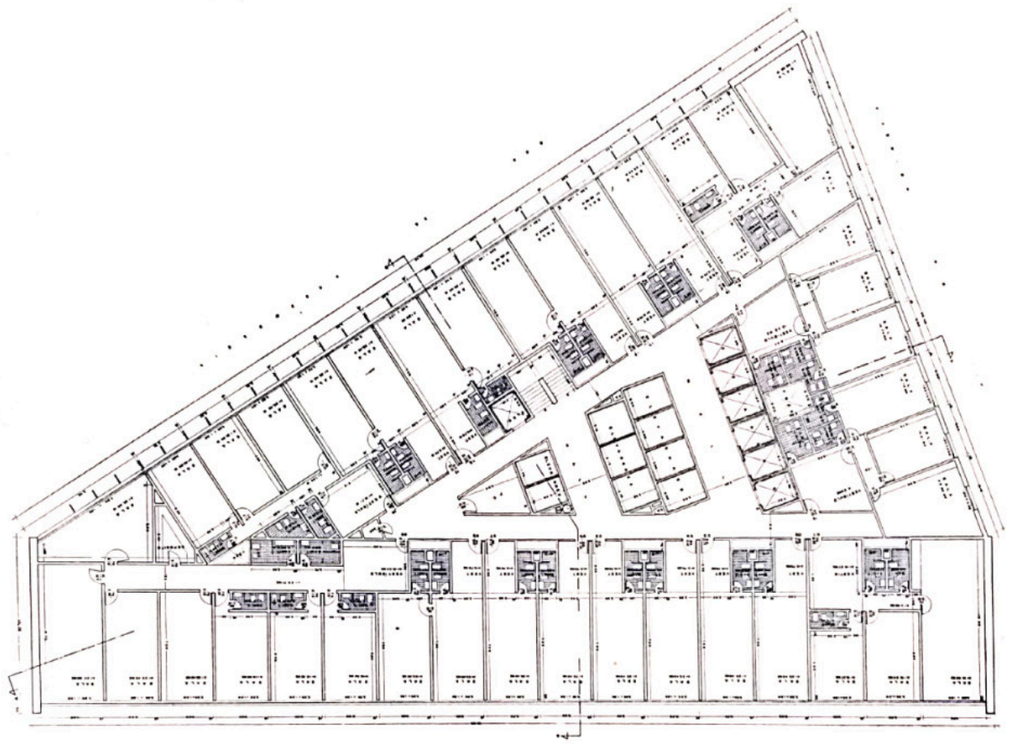
A variedade dessa distribuição permite a instalação das firmas dentro de suas conveniências sem necessidade, de um modo geral, de futuras adaptações.

Tomando por módulo 1,75 m foram obtidas salas de largura de 3,35m livre (3,50 entre eixos de parede) mais amplas que as usuais, permitindo melhor arranjo interno e funcionamento mais proveitoso.

A disposição dos pontos de luz nos tetos obedece à mencionada modulação, não sendo, por conseguinte, alteradas quando se agrupam 2 ou mais salas.

Tetos falsos nas salas escondem vigas, tubulações, iluminação embutida, rebaixado o pé direito para 2,65 m, mais próprio à escala humana.

Os tetos das circulações, gerais e das salas e vestíbulos terão 2,30m de altura. Aí ficarão os dutos de ar condicionado e nos vestíbulos os condicionadores individuais de refrigeração.



Planta do 2.º ao 15.º andar — pavimento tipo

Microclima

A orientação solar para um terreno fixo não pode evidentemente ser escolhida e sim corrigida.

Prévios gráficos de insolação, determinaram correções que proporcionaram o microclima desejado em todo o interior do edifício.

A fachada da avenida Rio Branco, de insolação matutina, será parcialmente fechada, deixando apenas a iluminação necessária. A insolação na fachada da rua da Assembléia, que terá insolação direta apenas no inverno, quando não importa em desconfôrto, foi corrigida com "brise-soleil" vertical. A fachada da avenida Nilo Peçanha apresentará insolação mínima, permitindo a execução de amplas janelas corridas.

Essa correção vem favorecer de modo apreciável à instalação de ar condicionado, diminuindo as fontes de calor e conseqüentemente a vazão de ar frio insuflado, o que determina menor potência da maquinaria.

O "hall" principal do edifício, no pavimento térreo é amplo, ocupando cêrca de 14m de fachada, que evitará o congestionamento para a entrada e a saída do edifício.

No pavimento térreo há 4 lojas de grandes dimensões, sendo 3 com respectivas sôbre-lojas e 2 com sub-lojas.

O edifício terá uma entrada de serviço, pela rampa da garage, que possibilitará o acesso de móveis, encomendas, etc., à qualquer hora, sem prejudicar o setor social. Completa esta entrada, um elevador de serviço que atenderá à todos os pavimentos, inclusive às sobrelojas, a partir do 1.º subsolo além do estacionamento de veículos, na garage.

Serviços

A administração do prédio ficará localizada na sobreloja, com acesso fácil e rápido. Um sistema de comunicação interna dará maior rapidez à ligação entre a administração e os conjuntos com a utilização para avisos comuns e avisos de emergência, em caso de necessidade de evacuação geral do prédio, ou de andares em particular, e para contrôle de funcionamento dos escritórios no quadro de condôminos instalado no "hall" principal.

No subsolo estão localizados os serviços gerais, tais como, ar condicionado (instalação central) oficina mecânica, carpintaria para conservação do prédio, reservatório d'água (1 milhão de litros pelo sistema hidropneumático de distribuição d'água sob pressão, incinerador de lixo, grupo gerador diesel, medidores de luz e fôrça, depósitos gerais, entrada da telefônica, água e etc.

O acesso a êsse subsolo é feito simultâneamente por escada e elevador hidráulico, possibilitando fácil entrada de maquinaria pesada de constituição e manutenção das instalações.

No 1.º subsolo ficará localizada a garage para 34 veículos, 2 sublojas, contrôle e vestiário para o pessoal de serviço do edifício. Acesso por escada, elevador hidráulico e elevador de serviço.

Canalizações

A tubulação vertical das instalações hidráulicas, elétricas, água gelada do ar condicionado, e sistema contra incêndio, estão dispostas em linhas de canalização fàcilmente identificáveis, por pintura característica à cada função.

Essas linhas dispõem de acesso direto pela circulação dos pavimentos em armários, não sendo necessário perturbar qualquer escritório para consêrtos gerais.

Entre a sobreloja e o 2.º pavimento foi intercalado um entrepiso com 1,50m de altura por onde serão feitos todos os desvios de canalizações. Tal dispositivo possibilitará o reparo ou desobstrução superveniente, sem afetar a tranqüilidade dos ocupantes do 2.º pavimento e sobrelojas.

Por êsse entrepiso será feita também parte das tomadas de ar exterior para o ar condicionado, bem como a exaustão dos subsolos em pontos diversos, reduzindo à metade os poços necessários que, se levados até à cobertura, ocupariam grande área útil dos pavimentos-tipo.

A distribuição da água não será por gravidade e sim por sistema hidropneumático, isto é, pressão nas tubulações. Por gravidade haverá apenas a instalação contra incêndio, que será tôda automática, sistema Sprinkler.

O edifício contará com 3 grupos Diesel geradores, ligados em série, com braço de sincronização para fornecer luz e fôrça de emergência.

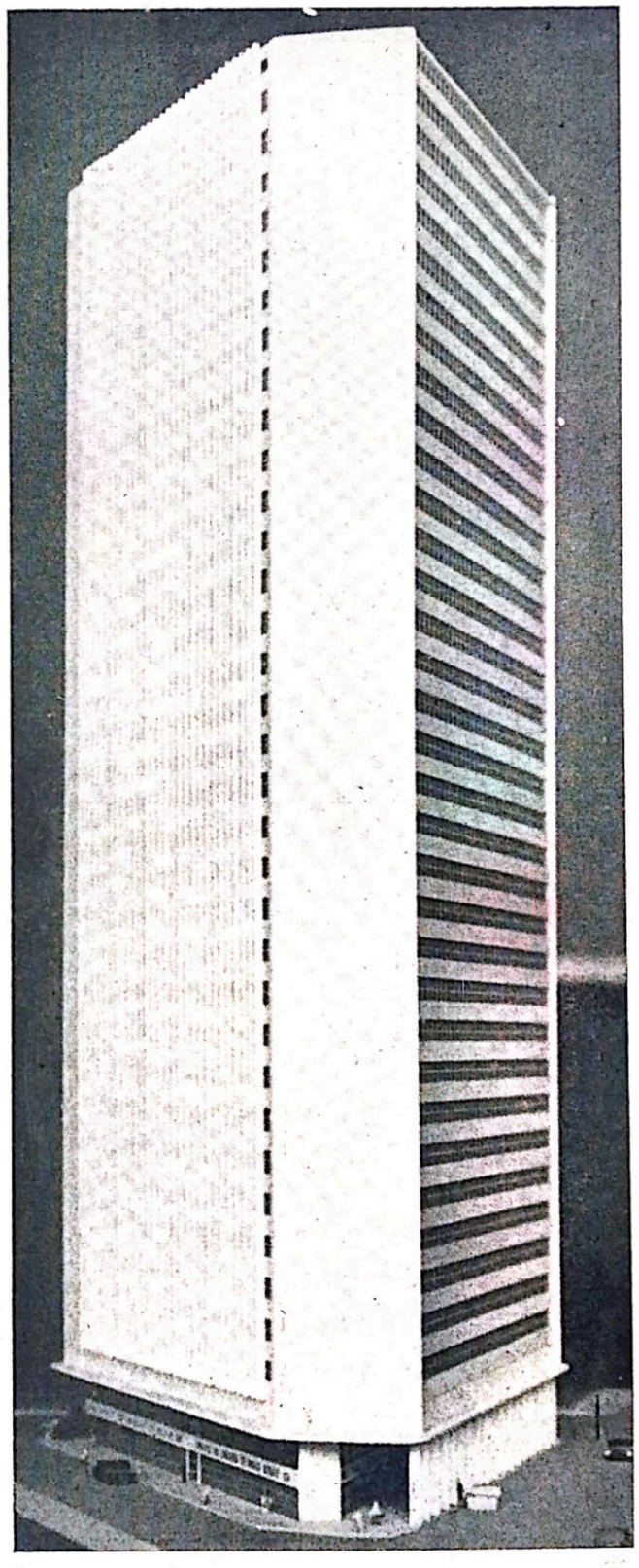
Estrutura

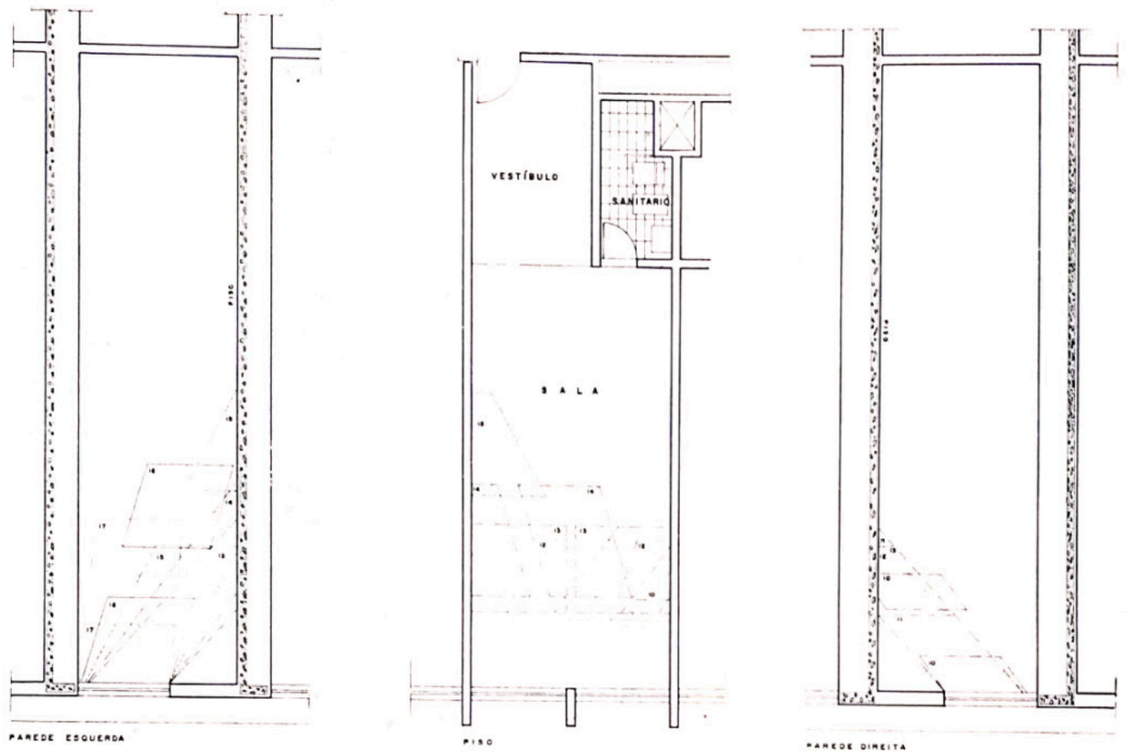
A infra-estrutura será feita em concreto armado, compreendidas as paredes de 1.º e 2.º subsolos (cortinas), laje de sub-pressão, laje-piso do 1.º subsolo, pilares no trecho compreendido entre os pisos do 2.º e 1.º subsolo, poços de elevadores, reservatório d'água subterrâneos (2.º subsolo) e escadas.

Além da infra-estrutura teremos em concreto armado a laje-piso de cobertura e reservatório dágua contra incêndio. As lajes dos pavimentos tipo serão do tipo pré-moldado.

Tôda a superestrutura (pilares e vigas) desde o piso do 1.º subsolo até a cobertura, será em perfis de aço, com sensível redução da área dos pilares, e grande rapidez na execução da obra, facilitando a utilização de canteiro de obra de pequenas dimensões.

As paredes divisórias das salas deverão ser de chapas duplas de cimento





No gráfico aparecem os quadriláteros desenhados pelo sol, no piso e paredes da sala, nas horas nêles marcadas, durante sua trajetória no solstício de inverno (21 de junho). São obtidos pela orientação da fachada (Assembléia — 18.º NNO) e os ângulos de altura e azimute do sol.

amianto intercaladas com isolante acústico, ou de tijolos de espuma de cimento, ambas muito leves, trazendo economia a tôda parte estrutural.

Êste tipo de parede dará o isolamento acústico no sentido horizontal. No sentido vertical será obtido pelo vazio entre as lajes-pisos e os fôrros falsos.

Haverá um sistema de água gelada com 2 bebedouros por pavimento, um na sobreloja, um no 1.º subsolo e outro no 34.º pavimento.

O sistema de ar acondicionado será geral com o equipamento frigorígeno localizado no 2.º subsolo. A água gelada será conduzida pelas linhas de canalização até os vestíbulos, onde haverá um condicionador individual insuflando nas salas o ar frio, pelos dutos instalados nos fôrros falsos das circulações. Dessa forma serão evitados furações na estrutura metálica. As tôrres de resfriamento se localizarão no 34.º pavimento.

Será utilizada a exaustão mecânica para os sanitários e subsolos, com saídas pela cobertura e pelo entrepiso entre a sobreloja e o 2.º pavimento.

Elevadores

Além de ampla escada convenientemente localizada, a circulação vertical será feita por 16 elevadores, assim distribuídos:-

Zona "A" — Elevadores e 1 a 6, com paradas no 1.º pavimento e do 2.º ao 15.º, com capacidade para 15 pessoas cada e velocidade de 210m.p.m.

Zona "B" — Elevadores de 7 a 10.º com paradas no 1.º pavimento e do 16.º ao 24.º, com capacidade para 220 pessoas cada e velocidade 240m.p.m. No trêcho entre o 1.º e o 16.º pavimento haverá portas de emergências, com espaçamento não superior a 7m.

Zona "C" — Elevadores de 11 a 15, com paradas no 1.º pavimento e do 25.º ao 33.º. Os de números 11, 12 e 12, para 20 pessoas cada, o 14 e 15 para 12 pessoas cada todos de 240m.p.m. No trêcho entre o 1.º e o 25.º pavimentos haverá também portas de emergência, com espaçamento não superior a 7m.

Haverá ainda um elevador expresso de serviço, com paradas no 1.º subsolo, 1.º pavimento, sobreloja e do 2.º ao 33.º pavimentos, com capacidade para 12 pessoas e velocidade de 210 m.p.m.

Os elevadores de 1 a 6 terão sua casa de máquinas no 18.º pavimento e sua localização possibilitará o aproveitamento do espaço útil para salas nos andares superiores.

Os elevadores sociais serão de duplo comando, automáticos e para cabineiros que, em casos de emergência ou horas críticas, poderão controlá-los com maior rendimento; serão do tipo Selectomatic Mark 1V.

Inovações

O Departamento Técnico do De Paoli S.A. — Comércio e Indústria, que projetou todo o edifício, está estudando a possibilidade de introdução de duas inovações no moderno prédio.

A primeira é a utilização de esquadrias de fibras "poliester", pràticamente eternas, bonitas, incombustíveis e que dispensam pintura e conserva-

ção. Entendimentos estão sendo mantidos com industriais, para a fabricação das esquadrias do "poliester" no Brasil, com base nas necessidades do edifício "Rodolpho De Paoli". Se de todo fôr impossível êsse tipo, as esquadrias serão de alumínio.

A outra inovação, ainda em estudo, permitirá a limpeza das áreas comuns do edifício por um sistema de exaustão, instalado nos corredores de cada pavimento.

Stand e escritório

Também mereceram atenção especial do Departamento Técnico os projetos do "stand" de exposição e vendas, e os escritórios e canteiro de serviços.

O recinto de exposição de plantas e dos vários aspectos do edifício foi realizado para, sem luxo ou ostentação, propiciar ao público ambiente estético e confortável.

Seu maior dimensionamento resultou afinal, na amplitude desejada pois que, havendo previsão usual de atendimento a cêrca de 50 pessoas por hora, a afluência de visitantes, atingiu a 200 p/hora no primeiro dia de exposição, sem que o recinto se apresentasse excessivamente superlotado.

Dispõe das seguintes dependências:-

a) Entrada principal:

1 — Recepção, 2 — Vitrine, 3 — Exposição de plantas, 4 — Espera, 5 — Atendimentos, 6 — Sala de datilografia (escritório), 7 — Copa, 8 — Sanitário feminino, 9 — Sanitário Masculino,, 10 — Sala de espera dos chefes,

b) Entrada do estacionamento

c) Saída especial:

11 — Subchefe, 12 — Chefia geral,

13 — Jardins,

d) Entrada de automóveis.

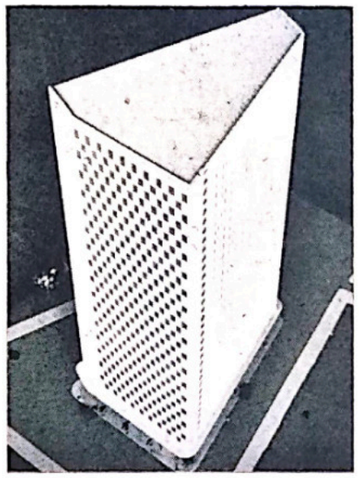
Além da característica funcional, foi também considerada a característica econômica do "stand", totalmente desmontável e recuperável para outro empreendimento ou vários outros, mesmo de menor porte.

As paredes do "stand" de vendas são de "interflex" (cimento e amianto) aparafuzadas e pintadas, tetos do mesmo material, com caixas de iluminação fluorescente embutidas e removíveis. Esquadrias de ferro, com janelas fixas ou móveis e portas aparafuzadas no madeiramento de estrutura, obedecendo igualmente à modulação dominante.

Os escritórios da obra foram executados com materiais de categoria, em elevado padrão de estética funcional, embora sem maiores preocupações quanto ao seu total reaproveitamento, dada a sua utilização por 4 anos.

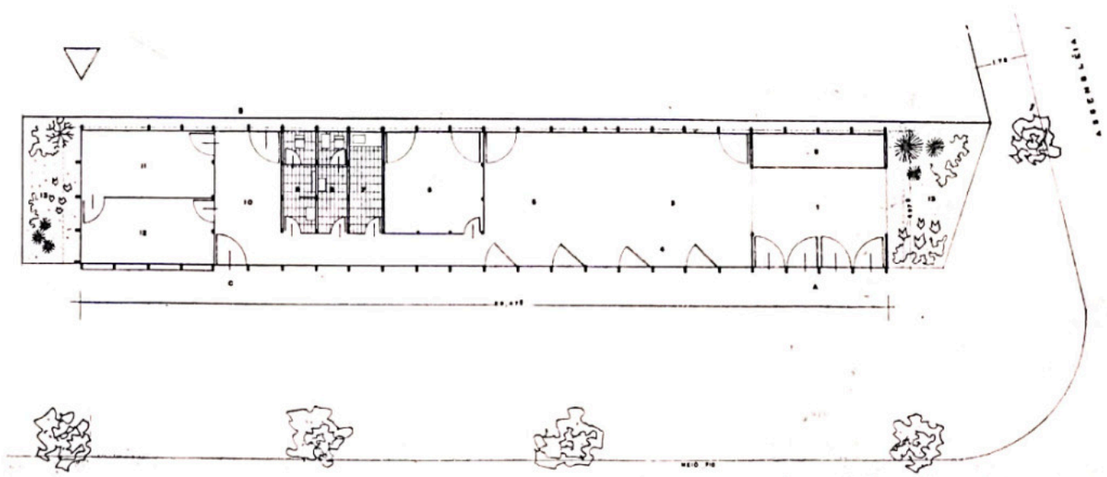
Consta de: Entrada principal; Entrada de caminhões e maquinarias; Almoxarifado com 2 depósitos anexos; Grupos geradores; Depósito de combustíveis; Praça de materiais no térreo.

Para proporcionar melhor visão da obra em sua fase inicial, bem como proporcionar uma galeria externa para pedestres, os escritórios da obra contam no plano elevado com sala de estar (proprietários e comissões fiscais); Copa, Sala de diretoria, sanitários, Sala dos engenheiros, Departamento Técnico, Encarregado geral, Escritórios para as diferentes firmas de sub-empreiteiros de serviços, Escadas de acesso.



A De Paoli S.A. — Comércio e Indústria cuidou para que os proprietários do Edifício "Rodolpho De Paoli" tenham periódico acesso às obras, introduzindo nos escritórios salas especiais de recepção e visita, com visão panorâmica dos trabalhos de construção.

Um engenheiro de plantão ficará encarregado de prestar informações sôbre o andamento das obras.



Planta do stand

Estante

● **OBRAS DE EDIFÍCIOS PÚBLICOS**
Normas de projetos e métodos de execução de serviços — discriminação orçamentária

A Divisão de Edifícios Públicos do DASP, organizou as normas de projetos e métodos de execução de serviço e discriminação orçamentária que constam dêste volume e que foram aprovadas pelo Presidente da República, pelo Decreto n.º 52 147, de 25 de junho de 1963.

Edição da Fundação Getúlio Vargas, Serviço de Publicações, Rio de Janeiro 1 964, 227 pgas., 16 x 23 cm.

● **"LES PLANS D'URBANISME (2.ª edição)**

Esta obra de Pierre Rossillon, Chefe do Service Juridique de L'Agence Foncière e Technique de la Région Parisienne, prefaciada pelo Professor Liei-Veaux, constitue um documento básico no momento, na França. A Segunda edição conserva a mesma distribuição de capítulos, mas cada um dêles sofreu cuidadosa revisão e numerosos esbôços foram substituídos e adicionados. Nesta obra nada falta. Contendo a jurisprudência, uma bibliografia e um índice alfabético. É de capital importância para juristas, planejadores urbanos e administradores. (UIA n.º 24)

● **NEW ARCHITECTURE OF LONDON**

Esta edição, em formato de bôlso, é um guia das construções modernas situadas num raio de 8 milhas do centro de Londres. Foi publicado pela "BRITISH TRAVEL AND HOLLIDAYS ASSOCIATION" em colaboração com a Associação de Arquitetos, tendo o seu presidente Anthony Cox escrito a introdução. Êste guia, destinado aos turistas que visitam Londres, inclue 180 edifícios, dos quais 90 são apresentados em fotos. O guia tem ainda um texto explicativo em 4 línguas: inglês, francês, alemão e espanhol e contém 7 mapas. Cada obra constante do guia é apresentada por um pequeno texto, pelo nome do arquiteto autor do projeto e do cliente. (Preço 7 s.) (UIA n.º 24)



Além de garantia - dá mais economia!

50% no tempo exigido pelas lajes comuns. 30% no custo do lajeamento. 70% na mão de obra. 10% no custo total da estrutura. 100% no isolamento termo-acústico. 80% no escoramento. (Adapta-se a qualquer estrutura. Simplifica a compra e desafoga a obra). Comprove êstes dados visitando construções que têm esta placa:

LAJES VOLTERRANA

Lajes pré-fabricadas para pisos e forros. Lajotas de cerâmica ou de concreto. Lajes "X" com armação cruzada para casos específicos. Consulte-nos para maior eficiência de sua construção.

Colábor 59CP 302

SÃO PAULO (Barão de Itapetininga, 151 – 11.º – Fone 35-7245) – RIO (Rua da Lapa, 180 5.º – Fone 22-5470) — BELO HORIZONTE (Rua São Paulo, 893 – 8.º – Fone 4-1326) RIBEIRÃO PRETO (Rua Álvares Cabral, 576 – Fone 3701) — BRASÍLIA — RECIFE

Notícias

● **CURSO DE TÉCNICAS DE PLANEJAMENTO**

A Associação Brasileira de Assistentes Sociais — Diretoria Nacional — e o Centro de Planejamento Social da Escola de Serviços Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro estão promovendo um curso cuja finalidade principal é de informar sôbre técnicas de planejamento, oferecendo instrumental analítico baseado nos aspectos relativos a cada matéria ministrada.

O programa do curso compõe-se de 3 tipos de matérias: a) de caráter informativo (geografia, demografia, sociologia, economia, antropologia cultural, psicologia social, enfocando problemas nacionais e experiências de outros países); b) de caráter técnico (as técnicas de planejamentos em seus aspectos econômico, social, administrativo e territorial); c) palestras (temas atuais relacionados com a situação nacional e internacional).

O curso em realização estender-se-á até agôsto, perfazendo um total de 147 horas de trabalho (aulas, debates e palestras).

● **REPERTOIRE DE LA CONSTRUCTION DE L'HABITAT E DE L'URBANISME**

Louis de Quirielle, Chefe do Serviço Jurídico do "OFFICE CENTRAL INTERPROFISSIONAL DE LOGEENT", deu a êste seu trabalho (repertório de leis, decretos, portarias, circulares, sentenças judiciais), um tom às vêzes muito pessoal. As questões técnicas e arquitetônicas sòmente são tratadas quando implicam em problemas jurídicos ou administrativos.

Cada rubrica é desenvolvida mais ou menos longamente e classificada alfabèticamente, com freqüência seguida de um quadro analítico e de um índice detalhado. Palavras-chaves intermediárias e abundantes permitem ao leitor apressado saber onde e tratada a questão que lhe interessa.

Volume em formato de bôlso, vendido a 48 F. (UIA n.º 24)

● **ANTEPROJETOS CONCURSO PEUGEOT**

A Sociedade Central de Arquitetos da Argentina devolveu, aos cuidados do IAB, os anteprojetos de arquitetos brasileiros que concorreram ao concurso internacional para o Edifício Peugeot. Êstes anteprojetos encontram-se já no Rio de Janeiro, na Alfândega. A Secretaria Geral do IAB, solicita dos colegas abaixo mencionados, um urgente contato (Av. Rio Branco, 185-s/817-Rio-Gb.) a fim de que sejam tomadas providências imediatas para retirada dos trabalhos. A Secretaria Geral informa ainda que não poderá se responsabilizar pela guarda dos anteprojetos por prazo superior a 30 dias.

São os seguintes os arquitetos ou responsáveis a quem se solicita as providências:

Guanabara

João Luis Bentes, Djanira Cunha da Silva e Souza, Hiran Fraga Moreira, Geraldo Tranato, A.M. Braga, Maria Helena Rubinato.

São Paulo

Newton Rodrigues, Joseph C. Selensky, Manoel Paiva Felix (Santos), Vicente Ignatti, Antonio Pinto Pereira, Armando Espinosa, Claudio Cianca Rullo.

Rio Grande do Sul

Nilo da Silva Basto, Jandyra Tabajara, Zeno Giacomet, Rui Moraes Paredes.

Minas Gerais

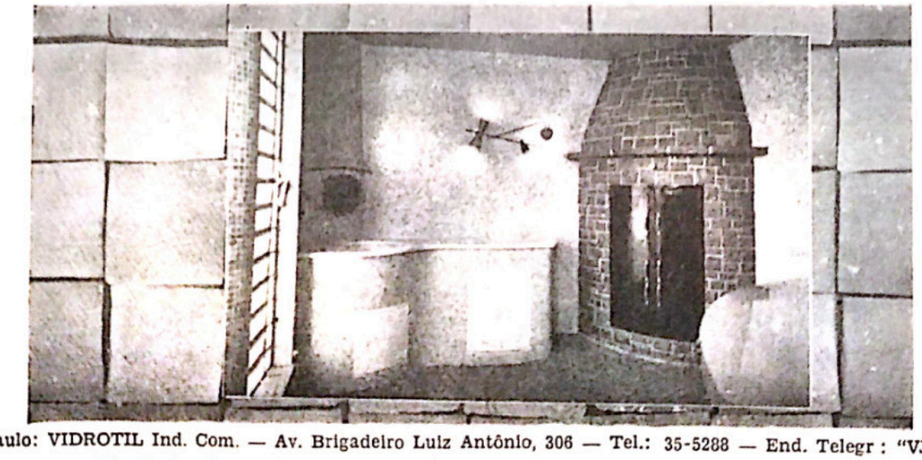
Maria Helena Schettino, Wanda Vasconcelos.

Pernambuco

Anselmo L. de Siqueira Campelo.

VIDROTIL — Mosáico Vidroso

Para revestimentos, pavimentações e decorações.



São Paulo: VIDROTIL Ind. Com. — Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 306 — Tel.: 35-5288 — End. Telegr: "VIDROTIL"

Rio de Janeiro: Arthur Krug — Rua Prefeito João Felipe, 382 — Tel.: 34-9177

● **FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR**

O arquiteto Rubens do Amaral Portela é o nôvo responsável pelos destinos da Fundação da Casa Popular a qual, segundo consta, está reservado um destacado papel no programa habitacional do Ministro Roberto Campos.

● **EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL**

As associações e institutos de arquitetos do Japão, resolveram, em conjunto, promover por ocasião da realização dos Jogos Olímpicos de Tóquio um congresso de arquitetos. Uma Exposição Internacional de Equipamentos Esportivos e Recreativos, montada sob o patrocínio da LUI, funcionará durante o Congresso.

O congresso, que reunirá cêrca de 5.000 arquitetos japoneses, terá lugar em Tóquio no período de 1 a 4 de novembro de 1964, e é apoiado pelas seguintes entidades profissionais japonesas: Architectural Institute of Japan, Japan Federation of Architects and Building Engineers Associations, Japan Architects Association, Zen Nihon Kenchiku hikai, The Archtectural Association of Japan, The Associated General Contractors of Japan, Inc., Building Contractors Society e Zenkoku Architects and Engineers Office Corporation.

Os interessados deverão se dirigir, até 31 de julho do corrente ano, ao presidente do Comitê Executivo, Kogoro Komoda usando o seguinte endereço: **1,3 — Chome Ginza — Nishi Chuo-ku — Tókio — Japan**

● **LE CORBUSIER**

Le Corbusier legou sua obra à França apesar das proposições feitas, neste sentido, pela Suiça e pelos Estados Unidos. Uma Fundação Le Corbusier que reunirá tôda a obra do arquiteto será criada na cidade de Poissy.

● **IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARTES PLÁSTICAS**

Realizou-se em Nova York no Hotel Hudson, reunindo um limitado número (70) de participantes, no período de 6 a 12 de outubro do ano passado.

Duas sessões foram dedicadas ao tema: "Integração das Artes". Theo Crosby, no n.º 24 da revista da UIA, relata o que foi debatido nestas sessões.

"Os participantes, em sua maioria, mostraram-se insatisfeitos com os exemplos existentes de integração da obra de arte na edificação, se bem que estivessem convencidos do valor desta obra. O artista deveria estar intimamente ligado à concepção do edifício ou, pelo menos, ser consultado desde o primeiro estágio. Os arquitetos presentes, em sua maioria, eram favoráveis à colaboração com os artistas ou, quando menos, a favor de que a êles fôssem confiados certos trabalhos. Todavia, frisaram que os artistas raramente tomam consciência dos problemas técnicos próprios da construção e ignoram geralmente o papel extremamente instável do arquiteto na sociedade industrial de hoje, cada vez mais mecanizada."

"Os artistas, por sua vez, fizeram vêr que poderiam contribuir muito em diversos níveis. Fora dos aspectos específicos, tais como superfícies murais ou a escultura, sua experiência seria de grande utilidade, por exemplo, no campo da utilização das côres. Segundo a opinião de alguns, o contrôle da ambientação, tal como se apresenta no desenvolvimento urbano, oferece grandes possibilidades para a obra de arte em grande escala. Neste ponto, porém, os arquitetos mostraram-se mais reservados pôsto que, êles mesmos, raramente têm o contrôle de tais trabalhos, cuja natureza envolve a participação de representantes de quase tôdas as profissões.

Não é fácil, evidentemente, estabelecer leis sôbre a integração das artes, dado que esta é o resultado de relações pessoais entre duas partes. Entretanto, muitas proposições neste sentido foram feitas. Sugeriu-se que a AIAP adquirisse a exposição organizada anos atrás por Jérome Melquist, bem como que dela se fizesse uma coleção de diapositivos, a ser posta eventualmente em circulação. Sôbre êste tema já existem filmes e outros poderiam ser feitos."

● **REIDY, "FELLOWSHIP" DA A.I.A.**

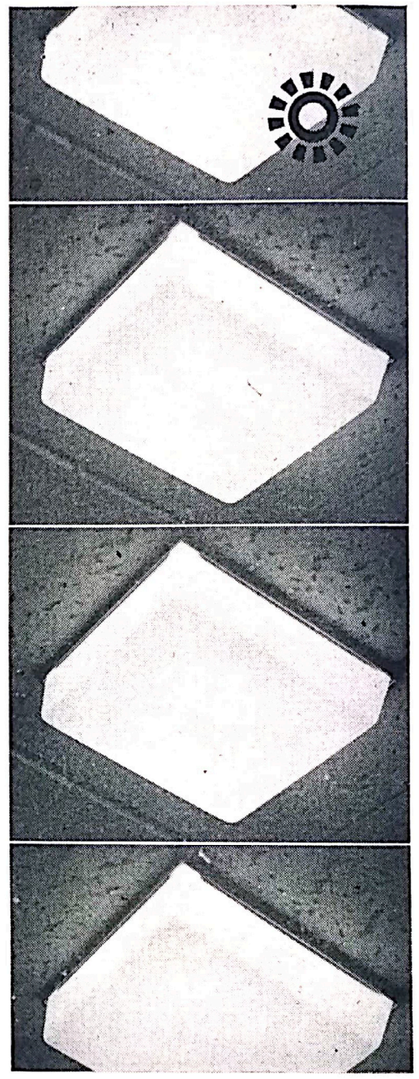
A A.I.A. (American Institute of Architects) conferiu ao arquiteto Afonso Eduardo Reidy (IAB-GB) o título de "Fellowship", uma das maiores distinções da entidade americana de arquitetos.

● **PROBLEMA HABITACIONAL**

O número de março de 1964 de Conjuntura Econômica, revista editada pela Fundação Getúlio Vargas, publica na sua seção de Estudos Especiais, um trabalho sôbre o problema habitacional e as inversões privadas.

● **CONCURSO DO PORTÃO — CURITIBA - PR**

A URBS (Companhia de Urbanização e Saneamento de Curitiba) promoveu um concurso público de ante-



LUMINÁRIAS "DECORLITE" EM PLÁSTICO ACRÍLICO

DECOR NEON S.A.

departamento de vendas:

av. nilo peçanha 12, grupo 423

Tels.: 22-9079, 42-0549, 52-4838

projetos, — com a colaboração do IAB - PR para o centro Comercial do Portão, em Curitiba. O prazo de inscrições encerrou-se a 15 de maio último e o de entrega dos trabalhos a 10 de junho corrente. O primeiro prêmio é de Cr$ 500.000,00, cabendo ao vencedor, obrigatòriamente, a execução do projeto definitivo e a fiscalização arquitetônica da obra. Dois outros prêmios são previstos: um de Cr$... 250.000,00 para o segundo colocado e outro de Cr$ 125.000.00 para o terceiro. O Júri está constituído pelos arquitetos Alberto Botti (IAB-SP), Eduardo Corona (IAB-SP) e Elgson Ribeiro Gomes (IAB-PR).

● SANTA CATARINA — PLANEJAMENTO URBANO

Para disciplinar o desordenado crescimento urbano das cidades catarinenses, a Associação Catarinense de Engenheiros dirigiu memorial ao governador Celso Ramos sugerindo a criação de um organismo estadual cuja finalidade seria a de se encarregar dos problemas relacionados com o planejamento urbano. O órgão sugerido poderia vir a criar as condições necessárias ao estabelecimento de planos diretores para as cidades catarinenses, planos êstes cada vez mais prementes. O memorial sugere ainda a criação de Conselhos e de um Fundo próprio para a elaboração e execução dos planos.

Também a Associação Catarinense de Engenheiros encaminhou ao Govêrno do Estado sugestão no sentido de que fôssem promovidos estudos para a transformação da atual Diretoria de Obras Públicas em um Departamento de Arquitetura e Edificações. Justificando a sua sugestão a **ACE** destaca: **1.º) reconhecimento que se deve à classe dos arquitetos, hoje já consagrada, tendo-se em conta a função eminentemente social em que se empenha a Arquitetura; 2.º) a necessidade de uma reformulação na estrutura do órgão, em face do incremento dado ao setor de construção de edifícios públicos; 3.º) melhor caracterização das atividades que desenvolve o órgão".**

● IAB-SP EXPÕE MÓVEIS

O Departamento de São Paulo promoveu em sua séde uma exposição de móveis planejados pelos arquitetos Lúcio Costa, Sérgio Rodrigues, Artur Lício Pontual e Sérgio Bernardes. A mostra foi feita em colaboração com a OCA, que lançou a linha de móveis desenhada pelos arquitetos. Foram também exibidas as últimas criações em tecidos de Elizabeth Wilheim

● IAB-GB DARÁ CURSOS

O Departamento da Guanabara está planejando para o segundo semestre de 1964 um amplo programa de atividades culturais. Dois cursos estão já com época marcada, — princípios de julho. Um dêles será sôbre Planejamento Urbano e o outro, Arquitetura de Interior. As inscrições para os cursos do IAB-GB serão limitadas (30 pessoas).

● ÍCARO EM OSLO — MOREIRA NA PRESIDÊNCIA DO IAB

O arquiteto Ícaro de Castro Mello, presidente do **IAB** viajou para Oslo onde se reune desta vez a Comissão de Construções Esportivas e Recreativas da **UIA.** Em virtude do afastamento, assumiu a presidência do **IAB** o arquiteto Jorge Machado Moreira, 1.º Vice-Presidente.



ECONOMIA

As formigas são dotadas de excepcionais qualidades de economia e não perdem tempo no verão, suprindo os seus celeiros contra os rigores do inverno. Aprenda com as formiguinhas a economizar o seu dinheiro empregando em suas construções um material que lhe dê o máximo de rendimento.

O cimento Portland Mauá supéra as especificações exigidas para cimento Portland no mundo inteiro

COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND

CIA. NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND MAUÁ BRASIL

● PREMIAÇÃO ANUAL DO IAB-GB - 1964

O Departamento da Guanabara já está preparando a Premiação Anual de 1964. Algumas pequenas modificações foram introduzidas no regulamento da Premiação a ser brevemente divulgada. A Diretoria do IAB-GB está convencida de que, êste ano, a Premiação Anual terá uma repercussão bem maior do que a do ano passado quando se constituiu em um autêntico sucesso.

● CONCURSO PARA PRAÇA PÚBLICA

William Breger, James Terjesen e Warren Winter, da Universidade de Pratt, Brooklyn, Nova York, foram os vencedores do concurso para a praça pública de Allegheny em Pittsburgh. O prêmio dos vencedores foi de US $ 5,000, para a primeira fase. Concorreram 305 trabalhos.

● EXPOSIÇÃO DE ARQUITETURA HOSPITALAR

A Sociedad Central de Arquitectos da República Argentina patrocinará, junto ao IV.º Congresso Mundial de Ginecologia e Obstetrícia, uma exposição de arquitetura hospitalar focalizando planos e projetos para unidades destinadas a departamentos de geinecologia e obstetrícia, especialmente centros maternais e infantis em zonas rurais e semi-rurais.

A exposição terá lugar em Mar del Plata entre 18 e 26 de setembro de 1964. Os pedidos de inscrição deverão ser enviados à Secretaria do Congresso, Boliver, 160, Buenos Aires, República Argentina, até o dia 15 de junho.

O material destinado a mostra deverá chegar às mãos do Comitê Organizador antes do dia 1.º de setembro do corrente ano. Os trabalhos deverão ser enviados sob a forma de material fotográfico. Maiores detalhes poderão ser obtidos na Secretaria do IAB.

Notícias Técnicas

● DETEÇÃO ELETRÔNICA ATIVA

Nôvo processo de sinalização de incêndio foi lançado recentemente no mercado brasileiro. Técnicos franceses — especialistas em eletrônica e em engenharia de incêndio — aperfeiçoaram e estão fabricando em escala industrial um sistema de pré-retenção de incêndio, capaz de reagir às primeiras manifestações de combustão.

Qualquer que seja a causa do incêndio (sobrecarga elétrica, reação química, combustão espontânea, fricção ou início de combustão devida à brasa ou chama viva), manifesta-se inicialmente por um diminuto aquecimento local — raramente perceptível, salvo pelo emprêgo de aparêlhos de precisão, do tipo usado em laboratórios. Mas, por menor que seja êste aquecimento inicial, dá-se, sempre como conseqüência da combustão, o despredimento de destilatos invisíveis e de fumaça. Êstes dois fatos são de fundamental importância a uma eficaz deteção de sinistros, pois esta é tanto mais positiva quanto mais cêdo são percebidas as manifestações primárias da combustão.

O processo agora fabricado em linha industrial pelos técnicos franceses, baseia-se na aspiração permanente do ar dos ambientes que devem ser vigiados e na análise de sua natureza. Desta forma, poucos instantes após o início da combustão, é possível assinalá-la pelo recolhimento, feito no detetor onde circula o ar aspirado, do destilato e da fumaça que dela se desprendem.

O detetor compõe-se, sumàriamente, de um elemento radioativo que se irradia em duas câmaras. Uma das câmaras serve de "câmara de referência" e nela não circula o ar aspirado dos ambientes vigiados. A outra, provida de uma antena isolada, colocada sob o fluxo do ar aspirado, funciona como "câmara de contrôle"; as irradiações radioativas chegam à antena após terem atravessado a veia de ar aspirado dos locais sob vigilância.

A intensidade da corrente elétrica (da ordem de 0,750 mA) entre o catodo e a grande auxiliar, em posição de equilíbrio eletrônico, é constante. Ocorrendo, na "câmara de contrôle", a interposição de moléculas grossas — provenientes de oxidação rápida (destilato ou fumaça) — entre o elemento radioativo e a antena, a intensidade da corrente entre o catodo e a grande auxiliar cresce para compensar o desequilíbrio provocado pelas moléculas.

Êste aumento na intensidade da corrente, apesar de muito pequeno, é acusado num circuito provido de contatos elétricos que desviam uma corrente de guarda para circuitos eletrônicos que interpretam a manifestação acusada, e segundo esta interpretação, podem determinar o acionamento de um dispositivo de alarme. Para tal fim, os detetores estão ligados a uma central de alarme por condutores elétricos.

A central de alarme, além dos dispositivos de interpretação dos "sinais" recebidos dos detetores, dispõe de um sistema de circuitos de sinalização acústica (sirenes, campainhas) e ótica (sinais luminosos) que permitem a localização instantânea do ponto onde se deu a reação do detetor. A central funciona com fonte de energia elétrica autônoma. Todos os circuitos são alimentados por baterias mantidas mediante carregadores automáticos. Pilhas sêcas sinalizam qualquer anomalia no funcionamento do sistema.

O sistema de deteção eletrônica ativa apresenta, sôbre os demais sistemas, vantagens consideráveis:

— permite uma permanente análise da natureza do ar dos locais vigiados, pois êle circula constantemente no detetor;

— é capaz de acusar qualquer manifestação de um possível sinistro — pela captação do destilato ou da fumaça — antes mesmo de ser perceptível o aumento de temperatura do local;

— reage sòmente às manifestações relativas à incêndio incipiente, não estando sujeito às influências do calor ambiente, nem à existência de poeiras, umidade ou outros fatores não diretamente ligados à finalidade do sistema de alarme;

— possue bastante flexibilidade; seus dutos de aspiração de ar podem ser de material rígido ou flexível, opaco ou transparente, permitindo alcançar qualquer ponto da edificação;

Êste equipamento de deteção eletrônica, patenteada pela emprêsa francêsa "La Detection Electronique Française" está sendo fabricado já no Brasil, com elevada percentagem de materiais nacionais, pela "Vigilex", Alarme e Proteção Ltda.".

● CLARABOIA ESPECIAL

(S.H.I.) Uma firma holandesa está fabricando um tipo especial de claraboia que oferece uma difusão luminosa máxima, sem perda de luminosidade.

A claraboia é de plástico (metil metacrilato) e apresenta em tôda sua superfície micro-difusores circuladores, com 15 cm de diâmetro, que permite a passagem da luz solar, dispersando-a completamente. Com o emprêgo dêste tipo de claraboia, os problemas relacionados com a luz solar direta, aquecimento local, reflexos e sombras deixam de existir.

Estas claraboias que são o resultado de pesquisas e testes realizados em conjunto com o Departamento de Técnica e Física do TNO (Organização para a Pesquisa da Física Aplicada) são fornecidos em cinco tamanhos: duas versões circulares, com diâmetros de 86 cm e 116 cm e três retangulares.

Legislação

DF — MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO PARA PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO ECONÔMICA DECRETO N.º 53 914 — DE 11 DE MAIO DE 1964

Define as atribuições do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, extingue órgãos da Presidência da República e dá outras providências:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, item I, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — Incumbe ao Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica:

a) dirigir e coordenar a revisão do plano nacional de desenvolvimento econômico, em cooperação com os Ministérios e demais órgãos da administração direta ou descentralizada do Govêrno da União;

b) coordenar e harmonizar, em planos gerais, regionais e setoriais, os programas e projetos elaborados por órgãos da administração pública, entidades paraestatais, sociedades de economia mista, e emprêsas subvencionadas pela União;

c) conhecer e coordenar os planos de ajuda externa, econômica, financeira e de assistência técnica prestadas aos órgãos e entidades referidas na alínea "b".

d) coordenar a elaboração e a execução do Orçamento Geral da União e dos orçamentos dos órgãos e entidades referidos no item "b" harmonizando-os com o plano nacional de desenvolvimento econômico;

e) assessorar o Presidente da República na decisão de assuntos relacionados com o plano de desenvolvimento econômico e na formulação de plano e projetos de desenvolvimento econômico e social;

f) exercer outras funções e encargos que lhe sejam atribuídos pelo Presidente da República.

Art. 2.º — Para o exercício das atribuições que lhe são conferidas por êste decreto, fica o Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica autorizado a:

a) requisitar servidores dos órgãos da administração direta, autarquias e sociedades de economia mista, sem prejuízo dos vencimentos, direitos e vantagens a que façam jús, obedecido o disposto na legislação em vigor;

b) recrutar pessoal especializado, administrativo e auxiliar, nos limites dos recursos financeiros postos à sua disposição, não adquirindo o pessoal assim recrutado a natureza de servidor público;

c) atribuir a pessoas, emprêsas e organizações idôneas a prestação de serviços técnicos específicos;

d) constituir grupos de trabalho, por prazo limitado, para execução de trabalhos específicos de natureza técnica.

ÁREAS PARA INDÚSTRIAS
EXCEPCIONAL LOCALIZAÇÃO

VENDEMOS TRÊS (3) ÁREAS COM 10.000, 18.000 E 30.000 m2: JUNTAS, SEPARADAS, OU EM LOTES JÁ DEMARCADOS (com documentação legalizada e plantas), COM ÁGUA, MEIO-FIO, RUAS ABERTAS; ÁGUA DE RIO E FÔRÇA PARA INDÚSTRIAS, SITUADAS NA AVENIDA AUTOMÓVEL CLUBE, PRÓXIMO A DEL CASTILLO (E.F.C.B.), COM FACILIDADE DE ACESSO, POR RUAS ASFALTADAS, À AVENIDA BRASIL, SUBURBANA E DOS DEMOCRÁTICOS, SUJEITAS A RÁPIDA VALORIZAÇÃO, DEVIDO À INAUGURAÇÃO DENTRO EM BREVE DO NÔVO VIADUTO DE BONSUCESSO (E.F.L.).

INFORMAÇÕES PELOS TELEFONES
54-3889 E 38-8973
COM O SR. WILLIAM

A MELHOR LINHA DE METAIS PARA LOUÇAS



Art. 3.º — A autorização concedida no artigo anterior ficará sujeita às seguintes limitações:

a) aos servidores requisitados e aos demais colaboradores poderá o Ministro de Estado Extraordinário conceder uma gratificação mensal de representação de gabinete, dentro dos limites dos recursos postos à sua disposição;

b) ao pessoal recrutado poderá o Ministro de Estado Extraordinário pagar um "pro labore" mensal, obedecidos os níveis aprovados pelo Presidente da República.

Art. 4.º — Compõem o Gabinete do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica:

Chefia do Gabinete

Assessoria de Relações Públicas e Informação

Assessorias Especiais

Secretaria Geral do Planejamento e Coordenação Econômica

Coordenação Técnica

Serviços Administrativos

Art. 5.º — Fica o Ministro de Estado Extraordinário autorizado a constituir o seu Gabinete Técnico e Administrativo, mediante a expedição de portaria em que sejam fixadas as atribuições e responsabilidades de suas unidades e servidores, bem como a expedir os atos de designação do pessoal.

Art. 6.º — Ficam extintos os seguintes órgãos da Presidência da República:

a) Coordenação do Planejamento Nacional;

b) Assessoria Técnica;

c) Comissão Nacional de Planejamento;

d) Conselho de Desenvolvimento;

e) Grupo de Trabalho incumbido de estudar a situação econômica da Bacia Hidrográfica do rio Itajaí no Estado de Santa Catarina;

f) Grupo de Trabalho incumbido de estudar a economia da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul;

g) Grupo Executivo de Ajuda à Baixada da Guanabara;

Art. 7.º — Fica subordinada ao Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica a Comissão de Coordenação da Aliança para o Progresso (COCAP), criada pelo Decreto n.º 1 040, de 23 de maio de 1962.

Art. 8.º — O pessoal pertencente aos órgãos extintos pelo artigo 6.º dêste Decreto poderá ser aproveitado no Gabinete do Ministro de Extado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica uma vez verificada, em cada caso, a conveniência dêsse aproveitamento e a habilitação do servidor para as funções que deverá exercer.

Art. 9.º — O acêrvo dos órgãos extintos, pelo artigo 6.º dêste Decreto, compreendendo material e instalações, será transferido para o Gabinete do Ministro do Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, mediante tombamento.

Art. 10.º — O Ministério da Fazenda colocará à disposição do Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica a seguinte dotação orçamentária do Orçamento Geral da União para o corrente exercício (Lei n.º 4 295, de 16 de dezembro de 1963):

4.01.20 — Presidência da República. (Encargos Gerais)

Despesas Ordinárias

Consignação 1.6.00 — Encargos diversos.

Sub-Consignação:

1.6.24 — Diversos.

.....

.....

14 — Manutenção e funcionamento dos Ministérios Extraordinários, criados pela Lei Delegada n.º 1, de 25 de setembro de 1962. — Cr$ ..... 200 000 000,00.

Art. 11 — Fica o Ministro de Estado Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica autorizado a movimentar e a aplicar os saldos dos recursos orçamentários e extra-orçamentários atribuídos ou postos à disposição dos órgãos extintos pelo artigo 6.º dêste Decreto, sem prejuízo da verificação da bôa aplicação dada à parte já utilizada dêsses recursos.

Parágrafo único — O Ministro de Estado Extraordinário poderá delegar competência para a aplicação da dotação orçamentária referida no artigo 10.º e dos saldos de recursos mencionados neste artigo, prestando contas desta aplicação ao Presidente da República.

Art. 12 — Ficam cancelados todos os ajustes e convênios asinados pelos órgãos extintos pelo artigo 6.º dêste Decreto com entidades públicas, inclusive autarquias e sociedades de economia mista.

Art. 15 — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 11 de maio de 1964; 143.º da Independência e 76.º da República.

Ass. H. Castello Branco
Milton Campos
Octávio Gouveia de Bulhões
Vasco da Cunha
Roberto Campos.

GB — CONJUNTO RESIDENCIAL BAIRRO MORRO NOVA CINTRA DECRETO "E" N.º 422 — DE 18 DE MAIO DE 1964

Revoga o Decreto n.º 572, de 15 de setembro de 1961, e aprova plano de urbanização, estabelecendo condições para construção do "Conjunto Residencial Bairro Morro Nova Cintra".

O GOVERNADOR DO ESTADO DA GUANABARA, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo n.º 7.703.280-63, decreta:

Art. 1.º — Em substituição ao P.A.7.676, fica pelo presente decreto aprovado o Projeto n.º , referente ao "Plano de Urbanização do Conjunto Residencial Bairro Nova Cintra", situado nos fundos do Parque Eduardo Guinle (4.ª Região Administrativa), com frente para as Ruas Campo Belo e Tavares Bastos.

§ 1.º — Ficam os proprietários desobrigados de construírem o plano inclinado que, através de servidão, ligaria o conjunto residencial à Rua Paulo Cesar de Andrade.

§ 2.º — Se entretanto o Plano Viário do Estado restabelecê-lo o ônus de sua construção e conservação será de responsabilidade dêles.

Art. 2.º — A ocupação do terreno pelos Edifícios de Apartamentos e pelo Clube projetado será feita dentro dos limites, características o uso indicados na planta do conjunto ora aprovado e nas condições do têrmo de obrigações a ser assinado, de conformidade com a referida planta e o presente decreto.

Art. 3.º — A construção dos edifícios e do Clube poderá ser feita parceladamente, obedecida a legislação que vigorar na data de aprovação de cada projeto e a unidade arquitetônica dos blocos — o que deverá ser devidamente verificado, oportunamente, pelos competentes do Estado.

Art. 4.º — A área "non aedificandi" não doada ao Estado e situada abaixo da curva de nível de 170,00 m, deve ser utilizada como reserva e convenientemente cuidada a vegetaçoã existente.

Art. 5.º — Da área global de 204.000 m2 (duzentos e quatro mil metros quadrados), serão doadas no Estado:

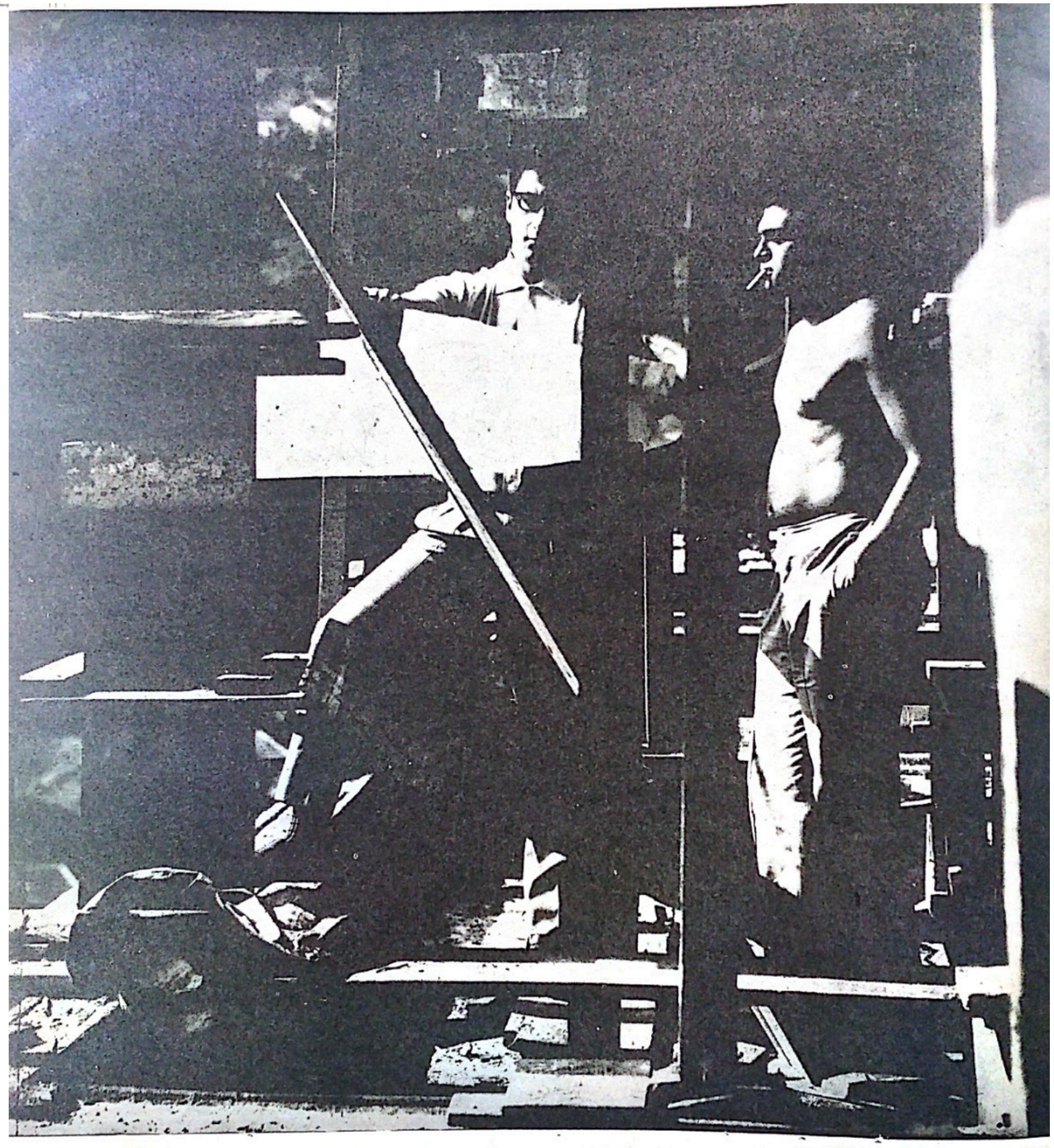
1 — Áreas para escolas e praças, em um total de 12.240,00 m2 (doze mil, duzentos e quarenta metros quadrados), nos têrmos do § 18, do art. 557, do Decreto n.º 6 000, de 1 de julho de 1937; 2) Uma área de 10.200,00 m2, para constituir reserva florestal, nos têrmos do art. 10, § 1.º, da Lei n.º 948, de 27 de novembro de 1959, tudo conforme consta do projeto ora aprovado.

Art. 6.º — Os proprietários, seus herdeiros ou sucessores a qualquer título, mediante assinatura de têrmo, ficam obrigados à conservação permanente dos jardins, instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário e pluvial, bem como a conservar e cuidar da vegetação protetora existente na Gleba 1, principalmente aquela situada acima da curva de nível de 170,00 m, considerada como "non aedificandi".

Art. 7.º — O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto número 572, de 15 de setembro de 1961.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1964, 76.º da República e 5.º do Estado da Guanabara.

Ass. Raphael de Almeida Magalhães
Enaldo Cravo Peixoto.



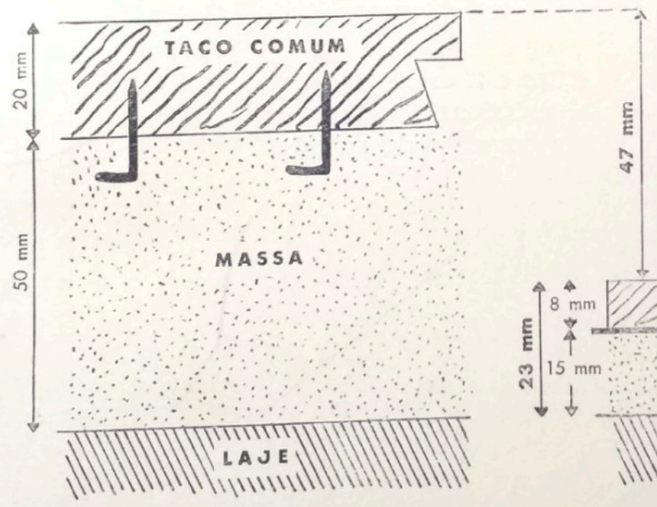
QUEM ESPECIFICA?

O arquiteto não concebe coisas irreais. A sua concepção é material desde o primeiro traço. O traço, a linha são notações que correspondem a determinados materiais. É o arquiteto pois quem decide qual o material a ser empregado. Há diversos tipos de materiais e nem todos são conhecidos pelos arquitetos Será que êles conhecem o seu material? A melhor maneira que o senhor tem para tornar o seu material conhecido pelos arquitetos é apresentá-lo através das páginas de **ARQUITETURA**. A revista que todo arquiteto brasileiro lê e coleciona.

PARKEX

... o parquet higiênico de classe superior !

PREPARAÇÃO DO PISO PARA **PARKEX**
E SUAS VANTAGENS

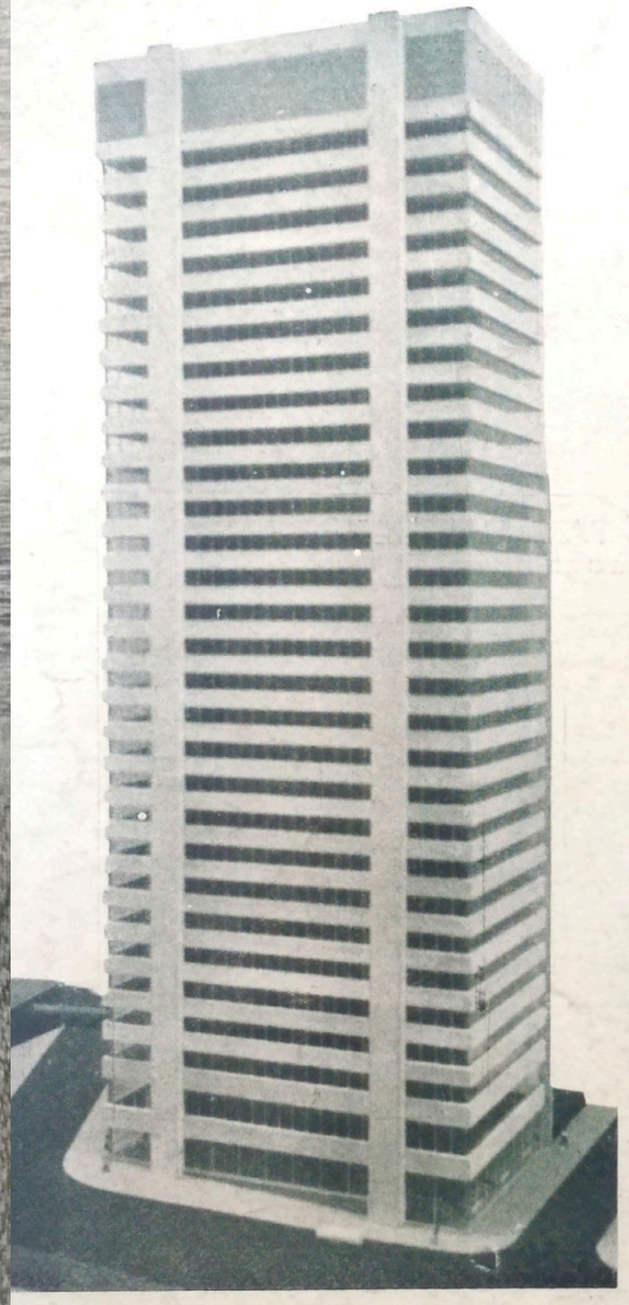


ECONOMIA
DO PÊSO DA CONSTRUÇÃO DE
60 a 80 kgs por m² de Piso

ECONOMIA
NA ALTURA DA CONSTRUÇÃO
50 mm por Andar

PARKEX S. A.
INDÚSTRIA DE PARQUET

RIO DE JANEIRO: RUA CANDELÁRIA, 9, S. 410 - TEL.: 43-7798



BANCO DO ESTADO DA GUANABARA S.A.

Edifício-Sede

Local: Av. Nilo Peçanha — Rio de Janeiro
Projeto: Escritório Técnico Henrique E. Mindlin
Construção: Companhia Construtora Nacional S.A.

O majestoso Edifício do BANCO DO ESTADO DA GUANABARA S.A., será atendido em sua circulação vertical por 18 elevadores e 2 escadas rolantes ATLAS, de características técnicas e acabamento os mais avançados do mundo.

Características dos Elevadores:

Comando: MARK IV (o mais avançado e eficiente comando de elevadores)

Velocidade: 320 metros por minuto.

Cabines: luxuosas e amplas, iluminadas com luz fluorescente e com acabamento completo em aço inoxidável.

INDÚSTRIAS VILLARES S. A. — SÃO PAULO • RIO DE JANEIRO • BRASÍLIA • BELO HORIZONTE • SANTOS • RECIFE
PÔRTO ALEGRE • SALVADOR • CURITIBA • JUIZ DE FÓRA • PELOTAS • RIBEIRÃO PRÊTO • FORTALEZA • BELÉM
BUENOS AIRES • HAVANA • MONTEVIDÉU • MÉXICO • CARAÇAS • LIMA • SANTIAGO DO CHILE • ASSUNÇÃO • LA PAZ